

REVISTA MULEMBA

Revista Científica - ISSN: 2176-381x



28
v.15
2023

 Faculdade de Letras
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

LETRAS
50
ANOS
UFRJ





MULEMBA

Revista Mulemba
e-ISSN: 2176-381X
v. 15, n. 28, jan-jun, 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Dr. Roberto de Andrade Medronho

Vice-Reitora

Dra. Cássia Curan Turci

FACULDADE DE LETRAS

Diretora

Dra. Sônia Cristina Reis

Diretor Adjunto de Ensino de Graduação

Dr. Humberto Soares da Silva

PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Diretora Adjunta de Pós-Graduação e Pesquisa

Dra. Maria Mercedes Riveiro Quintans Sebold

Vice-Diretor de Pós-Graduação e Pesquisa

Dr. Pedro Paulo Garcia Ferreira Catharina

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS VERNÁCULAS

Coordenador

Dra. Eliete Figueira Batista da Silveira

Substituta Eventual

Dra. Violeta Virgínia Rodrigues

DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS

Chefe do Departamento

Dra. Ana Paula Victoriano Belchor

Substituta Eventual

Dra. Beatriz Protti Christino

SETOR DE LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Supervisor

Dra. Vanessa Ribeiro Teixeira

Conselho

Editorial

Ana Paula Ribeiro Tavares (Univ. Lisboa), Ana Mafalda Leite (Univ. Lisboa), Benjamin Abdala Júnior (USP), Carmen Lucia Tindó Secco (UFRJ), Conceição Lima (São Tomé e Príncipe), Edna Maria dos Santos (UERJ), Elena Brugioni (Unicamp), Elisalva Madruga (UFPB), Filomena Malva (My Angola), Francisco Noa (UEM), Glória Brito (CLEPUL), Inocência Mata (Univ. Lisboa), Jane Tutikian (UFRS), Júlio Machado (UFF), Laura Cavalcante Padilha (UFF), Livia Apa (Univ. Nápoles), Lourenço do Rosário (A Politécnica, Moçambique), Jorge Vicente Valentim (UFSCAR), José Octavio Van-Dúnem (Univ. Agostinho Neto, Angola), Margarida Calafate Ribeiro (Univ. Coimbra), Maria Geralda de Miranda (UNISUAM), Maria Nazareth Soares Fonseca (PUC/MG), Maria Odete Semedo (Guiné-Bissau), Mário César Lugarinho (USP), Maximiliano Torres (UERJ), Nazir Ahmed Can (Universitat Autònoma de Barcelona), Pires Laranjeira (Univ. Coimbra), Renata Flavia da Silva (UFF), Rita Chaves (USP), Silvio Renato Jorge (UFF), Simone Caputo Gomes (USP), Tania Macêdo (USP), Vânia Chaves (Univ. Lisboa), Vera Duarte (Cabo Verde).

Editores Executivos

Carmen Lucia Tindó Secco – UFRJ (*campus* Fundão) – CNPq, FAPERJ
Vanessa Ribeiro Teixeira – UFRJ (*campus* Fundão)

Editores Colaboradores

Beatriz de Jesus Santos Lanziero – ISERJ
Fernanda Antunes Gomes da Costa – UFRJ (*campus* Macaé)
Guilherme de Sousa Bezerra Gonçalves – Colégio Pedro II
João Vítor Sanches da Matta Machado – UFRJ (*campus* Fundão)
Júlia Goulart da Silva - UFRJ (*campus* Fundão)
Maria Geralda de Miranda – UNISUAM e Centro Cultural da Justiça Federal
Marlon Augusto Barbosa – UFF, bolsista Pós-Doutorado na UFRJ, bolsa Faperj
Nota 10

Tradutores

João Victor Sanches da Matta Machado – UFRJ
Ester Moraes Gonçalves – UFRJ

Organizadores da Mulemba volume 15, nº 28 de 2023

Andrea Cristina Muraro
Gabriel Chagas
Luciana Brandão Leal
Marlon Augusto Barbosa

Correspondência

Revista Mulemba

Setor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa
Departamento de Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, UFRJ
Av. Horácio Macedo, 2151 – Cidade Universitária – Ilha do Fundão
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
21941-590
E-mail: revistamulemba@letras.ufrj.br

Dados para catalogação

Mulemba – Revista do Setor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa da UFRJ.
A Revista Mulemba é uma revista semestral, disponibilizada exclusivamente em meio eletrônico,
podendo ser acessada pela URL: <https://www.revistas.ufrj.br/index.php/mulemba>

Rio de Janeiro, UFRJ, v.15, n. 28, jan. – jun., 2023.

Periódicos. 1. Literaturas Africanas de Língua Portuguesa: Divulgação da Cultura e das Letras Africanas; Debate Crítico e Democrático

ISSN 2176-381X

Design e Diagramação

Editora Letra1 | <https://www.editoraleta1.com>



MULEMBA

SUMÁRIO

Apresentação Andrea Cristina Muraro, Gabriel Chagas, Luciana Brandão Leal, Marlon Barbosa	7
Onde a voz e a letra se encontram: desafiando paradigmas com Laura Padilha Lucas Laurentino de Oliveira	11
A entrevista e os estudos das Literaturas Africanas em português Jessica Falconi	24
Entrevista com a professora Dra. Maria Nazareth Soares Fonseca Luciana Brandão Leal, Wellington Marçal de Carvalho	46
Breves reflexões sobre a construção de saberes na literatura de autoria feminina senegalesa: o caso da educação da mulher em Mariama Bâ e Fatou Diome Rodrigo Nunes de Souza, Vanessa Neves Rimbau Pinheiro	69
A língua é o auxílio no que sonhas: uma reflexão sobre as tonalidades poético-identitárias de Virgílio de Lemos Idemburgo Pereira Frazão	83
As caligrafias de um corpo moçambicano: passeio pelo caderno de memórias coloniais Shayara Lorena Arantes Oliveira	100
Literatura-mundo: modos de olhar, modos de saber Rafael Sarto Muller	116
The Africas in the World and the World in the Africas, organizado por Sandra Sousa e Nazir Ahmed Can Ana Beatriz Matte Braun	130



Revista Mulemba
e-ISSN: 2176-381X
v. 15, n. 28, p. 7-10, 2023
DOI: 10.35520/mulemba.2023.v15n28a61335

Apresentação

Apresentação

Andrea Cristina Muraro¹ 

Gabriel Chagas² 

Luciana Brandão Leal³ 

Marlon Barbosa⁴ 

¹ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB, Redenção, Ceará, Brasil.

E-mail: a.c.muraro@gmail.com

² University of Miami, Miami, Florida, EUA.

E-mail: gabriel.chagas19@gmail.com

³ Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, Brasil.

E-mail: luciana_brandao@hotmail.com

⁴ Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: marl.augustbarbos@gmail.com

Editoras-chefe

Carmen Lucia Tindó Secco
Vanessa Ribeiro Teixeira

Editores convidados

Andrea Cristina Muraro
Gabriel Chagas
Luciana Brandão Leal
Marlon Augusto Barbosa

Autor correspondente

Marlon Barbosa
marl.augustbarbos@gmail.com

Como citar:

MURARO, Andrea Cristina; CHAGAS, Gabriel; LEAL, Luciana Brandão; BARBOSA, Marlon. Apresentação. *Revista Mulemba*, v. 15, n. 28, p. 7-10, 2023. doi: <https://doi.org/10.35520/mulemba.2023.v15n28a61335>

A presente edição da *Mulemba*, revista do Setor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa da UFRJ, Volume 15, Número 28, reúne alguns artigos em torno da crítica literária construída acerca as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, de escritos de autoria feminina senegalesa e das Áfricas no Mundo. Essa crítica se constrói através de um conjunto de vozes e também de enunciados que são propostos a partir de exercícios de leitura que se colocam como procedimentos de leitura do texto literário. A matéria literária aqui analisada – e não só – é composta por narrativas e poemas dos contextos de produção da África de Língua Portuguesa. Essa constelação crítica se faz como um repositório de memória em abismo. Queremos dizer com isso que esse número da *Mulemba* se reconhece enquanto pedaço de arquivo – incompleto – de uma crítica que se faz em torno de literaturas que se realizam constantemente enquanto exercício de memória. A crítica é uma espécie de biblioteca que se insere em um estado de constante (re)fazer, de resgates e invenções que a matéria literária

é capaz de proporcionar, imbuída de ancestralidade e da oralidade que permeiam o fazer literário nesses contextos como traços de sobrevivência.

É nesse sentido que os artigos, a resenha e a entrevista são alocados neste número com a intenção de contribuir com a construção da crítica – material necessário para que se alimente o crescente número de pesquisadores e professores interessados no estudo das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Esse processo de construção se realiza no coletivo, com leituras que tocam a forma e o conteúdo dos textos literários, evidenciam a riqueza crítica já formulada por esse campo de estudo em crescimento contínuo e promovem o avanço na superação da colonialidade que permeia as perspectivas canônicas de leitura. Não são poucos os pesquisadores que se debruçam sobre as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa: há críticos importantes como Benjamin Abdala Júnior, Maria Aparecida Santilli, Rita Chaves, Tânia Macêdo, Michel Laban, Pires Laranjeira, Ana Mafalda Leite, Francisco Noa, Fátima Mendonça, Néelson Saúte, Luís Kandjimbo, Brito Semedo, Manuel Ferreira, Russell Hamilton, Jane Tutukian, Elisalva Madruga, Vera Maquêa, Simone Schmidt, Inocência Mata, Edvaldo Bérghamo, Carmen Tindó Secco, Mário Lugarinho, Elena Brugioni, Sílvio Renato Jorge entre tantos outros que, mesmo não fazendo parte deste número, contribuíram e ainda contribuem para os estudos literários.

Nesse sentido, os artigos que compõem este número – que tenta recuperar um pequeno fragmento da história e da leitura de textos literários – promovem um arranjo de olhares sobre as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e a produção crítica realizada em torno delas. Esses olhares, apesar de abordarem temas diversos que são propostos pelos textos literários, se aproximam pelo método de valorização da crítica em torno dessas obras enquanto disruptiva de uma epistemologia calcada em valores eurocentrados.

O artigo de Lucas Laurentino de Oliveira inaugura o número promovendo uma reflexão em torno do apagamento subjetivo implicado na produção científica atual. Com o título **Onde a voz e a letra se encontram: desafiando paradigmas com Laura Padilha** insere seu debate de caráter metodológico através de um diálogo direto com a produção crítica de Laura Padilha. O artigo científico, dentro de seu modelo tradicional enquanto gênero textual, é estudado por seu aspecto conservador da impessoalidade na enunciação crítica. Laurentino, ecoando o trabalho de Laura Padilha, evoca o resgate da razão oral como parâmetro performático capaz de (re)inserir o sujeito nesse processo enunciativo.

A ruptura de processos enunciativos pela via da representação subjetiva também é motivo de investigação de Rodrigo Nunes de Souza e Vanessa Neves Rimbau Pinheiro. Tendo como título **Breves reflexões sobre a construção de saberes na literatura de autoria feminina senegalesa: o caso da educação da mulher em Mariama Bâ e Fatou Diome**, os autores realizam uma aproximação temática de duas autoras senegalesas como forma de buscar espaços comuns, partilha que o corpo feminino pode imprimir na matéria literária. O trabalho analítico de Souza e Pinheiro indica um mergulho no sujeito que, ao

ser ficcionalizado, também é capaz de traduzir uma experiência coletiva desenhada pelas colonialidades e na cultura em que esses corpos estão inseridos.

Dialogando com a ideia de uma crítica capaz de descolonizar o olhar sobre as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, contamos com a publicação da **entrevista concedida pela professora e pesquisadora Maria Nazareth Soares Fonseca**. Realizada por Luciana Brandão Leal e Wellington Marçal de Carvalho; a entrevista é mais do que um motivo para conhecermos e aprofundarmos a leitura do trabalho crítico consolidado dessa respeitável pesquisadora, já que se trata de um exemplo de postura ética e estética frente ao objeto literário. Respeito com relação à matéria oral e escrita que é resultado do compromisso histórico – que devemos assumir enquanto leitores – da crítica em deslocar a leitura de seu lugar tradicional na episteme ocidental.

A multiplicação de significados que um sujeito trabalhado ficcionalmente pode promover é tema (re)visitado também na leitura que realiza **Idemburgo Pereira Frazão** da obra *A Língua é o Exílio do que Sonhas*, do autor moçambicano Virgílio de Lemos. **A língua é o auxílio no que sonhas: uma reflexão sobre as tonalidades poético-identitárias de Virgílio de Lemos** acompanha o sentido disruptivo da crítica implicada nas análises desse número da Revista *Mulemba*, pois é capaz de evidenciar no texto de Virgílio de Lemos seu caráter “errante”. A pluralidade de sentidos atribuídos à obra do autor moçambicano, sob olhar de Frazão, está inscrita tanto na biografia de caráter diaspórico do próprio autor - Tema também já trabalhado e analisado em outros trabalhos sobre o poeta moçambicano –, quanto no trabalho formal de intertexto com autores como Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro.

Virgílio de Lemos é também visitado na construção do painel epistemológico elaborado por Rafael Sarto Muller em seu artigo **Literatura-Mundo: modos de olhar, modos de saber**. O sobrevoo realizado por Muller em torno de algumas prerrogativas atuais do conceito de literatura-mundo permite ao leitor perceber a relevância crescente desse debate para a crítica contemporânea. Elencando, inclusive, trabalhos críticos e metodologias relacionadas a esse conceito, e evocando o trabalho da professora Inocência Mata, Muller permite que tenhamos contato com a possibilidade de alinhamento da poética de Virgílio de Lemos ao movimento contemporâneo de subversão canônica.

No artigo intitulado **As caligrafias de um corpo moçambicano: passeio pelo *Caderno de memórias coloniais***, de Shayara Lorena Arantes Oliveira, vemos intercalados aspectos da identidade com sua inscrição no corpo e na letra. A partir da leitura que Shayara Lorena Arantes Oliveira realiza da narrativa de Isabela Figueiredo, fica evidente a capacidade de o discurso ficcional de fazer ressoar traços da memória de tempos marcados pela colonialidade, simbolizados na relação da personagem com seu pai. Esses tempos se tornam recorrentes no imaginário pela maneira como a crítica reconhece sua sobrevivência nos indícios do cânone português do qual a escrita tenta se distanciar.

A enunciação produzida pelo sujeito e sua inscrição biográfica na matéria literária se torna central na análise realizada por Jéssica Falconi da entrevista enquanto método analítico.

Em seu artigo **A entrevista e os estudos das Literaturas Africanas em português**, Falconi demonstra como o trabalho de registro das entrevistas concedidas por autores do contexto das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa não é só essencial para a manutenção da área, como também é incontornável enquanto arquivo a ser visitado por qualquer pesquisador que tenha compromisso com a crítica desses textos literários. Ao evocar a tradição marcada no trabalho de pesquisadores como Michel Laban e Patrick Chabal, Falconi consolida a importância da entrevista como matéria de leitura pertinente à construção de uma crítica sobre Literaturas Africanas.

O número se encerra com a publicação de uma resenha que apresenta um convite para (re)visitarmos textos incontornáveis para o trato com as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. A resenha é um convite para mergulharmos em uma crítica que visa a transbordar as fronteiras que circundam material e epistemologicamente os estudos das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, sendo a organização de artigos de fôlego sobre esse *corpus* literário realizado pelos professores Sandra Sousa e Nazir Ahmed Can. A resenha de Ana Beatriz Matte Braun percorre o arcabouço crítico dos artigos reunidos no livro *The Africas in the World and the World in the Africas* como quem mapeasse uma biblioteca, cuja geografia transborda os limites tradicionais da crítica em torno das literaturas produzidas no continente africano.

A todos, uma excelente leitura.



Revista Mulemba
e-ISSN: 2176-381X
v. 15, n. 28, p. 11-23, 2023
DOI: 10.35520/mulemba.2023.v15n28a59098

Artigos Livres

Onde a voz e a letra se encontram: desafiando paradigmas com Laura Padilha

Where the voice meets the letter: challenging paradigms with Laura Padilha

Donde la voz y la letra se encuentran: desafiando paradigmas con Laura Padilha

Lucas Laurentino de Oliveira 

Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

E-mail: lucas2abril@gmail.com

Editoras-chefe

Carmen Lucia Tindó Secco
Vanessa Ribeiro Teixeira

Editores convidados

Andrea Cristina Muraro
Gabriel Chagas
Luciana Brandão Leal
Marlon Augusto Barbosa

Autor correspondente

Lucas Laurentino de Oliveira
lucas2abril@gmail.com

Recebido: 01/06/2023

Aceito: 11/06/2023

Como citar:

OLIVEIRA, Lucas Laurentino de. Onde a voz e a letra se encontram: desafiando paradigmas com Laura Padilha. *Revista Mulemba*, v. 15, n. 28, p. 11-23, 2023. doi: <https://doi.org/10.35520/mulemba.2023.v15n28a59098>

Resumo

O artigo pretende discutir alguns aspectos da produção de conhecimento acadêmico atual, sua história e suas implicações. Partimos da noção de que o artigo científico obedece a determinadas normas que impessoalizam a sua autoria e, assim, contribuem para uma percepção da pesquisa científica que não leva em conta as pessoas que efetivamente a realizam, reforçando estereótipos e posições de poder. Daí, encontramos em uma entrevista de Laura Cavalcante Padilha uma via alternativa de se pensar a produção de conhecimento escrito. A autora, estudiosa da literatura angolana, discute questões literárias e pessoais, articulando a experiência de pesquisa e a vivência intelectual num discurso denso e plurissignificativo.

Palavras-chave

Laura Padilha; literatura angolana; crítica literária

Abstract

The article intends to discuss some aspects of current academic knowledge production, its history and its implications. We start from the notion that the scientific article obeys certain norms that impersonalize its authorship and, thus, contribute to a perception of scientific research that does not take into account the people who actually carry it out, reinforcing stereotypes and positions of power. Hence, in an interview with Laura Cavalcante Padilha, we find an alternative way of thinking about the production of written knowledge. The author, who studies Angolan literature, discusses literary and personal issues, articulating her research experience and her intellectual experience in a dense and plurisignificant discourse.

Keywords

Laura Padilha; Angolan literature; literary criticism

Resumen

El artículo pretende discutir algunos aspectos de la producción de conocimiento académico actual, su historia y sus implicaciones. Partimos de la noción de que el artículo científico obedece a ciertas normas que despersonalizan su autoría y, por tanto, contribuyen a una percepción de la investigación científica que no toma en cuenta a las personas que realmente la realizan, reforzando estereotipos y posiciones de poder. Así, en una entrevista con Laura Cavalcante Padilha, encontramos una forma alternativa de pensar la producción de conocimiento escrito. La autora, estudiosa de la literatura angolana, aborda cuestiones literarias y personales, articulando su experiencia investigativa y su experiencia intelectual en un discurso denso y plurisignificativo.

Palabras-clave

Laura Padilha; literatura angolana; crítica literaria

Quando observamos o meio acadêmico atual, percebemos que o artigo científico e seus gêneros correlatos (a monografia, a dissertação e a tese) é um modelo de produção de conhecimento escrito. Ou seja, a princípio, ele apresenta todas as características que um texto de caráter científico deveria ter, em particular a impessoalidade, expressa no discurso em terceira pessoa do singular, e a uniformidade do estilo, que sustenta uma univocidade a despeito do número de autores envolvidos. Assim, através de

uma análise do modo de composição do artigo, podemos compreender os valores que embasam a noção contemporânea de conhecimento.

Neste caminho, entendemos, por exemplo, que o conhecimento é uma entidade externa aos sujeitos humanos. Devemos falar sobre os temas de pesquisa de maneira distanciada, *objetiva*. A subjetividade, embora largamente reconhecida como inultrapassável, uma vez que são ainda pessoas que pesquisam e fazem ciência, precisa ser mantida sob controle, com a menor interferência possível no texto. Daí a necessidade de elaborar um discurso que evite marcas pessoais, apague os rastros dos corpos concretos que materialmente escrevem. O artifício mais utilizado para isso é a terceira pessoa do singular. Não é um “eu” que escolhe um tema e propõe uma argumentação, um levantamento de dados, uma teoria. São os argumentos, os dados, as teorias que se mostram, se justificam e se desenvolvem como que movidas por uma lógica interna.

Outro recurso interessante que contribui para esse apagamento é a univocidade. No estágio de desenvolvimento técnico e informacional em que nos encontramos, é quase impossível fazer ciência de maneira individual. Grupos de trabalho que mobilizam dezenas, por vezes centenas, de profissionais se tornaram parte do cotidiano de pesquisa. No entanto, o que prevalece no texto, no artigo a ser escrito, é a ausência das múltiplas vozes que fizeram parte do processo. No fim, ainda que a referência mencione diversos autores, há apenas uma autoria de fato. As várias mãos que compuseram o texto se mesclam, algo violentamente, numa só voz. Este fenômeno, claro está, é parte da busca pela impessoalidade do conhecimento acadêmico-científico.

Desse modo, temos um texto sanitizado, dessubjetivado, que oferece a quem lê um conjunto de informações que parecem ter-se derivado umas das outras e chegado a uma conclusão evidente. Quando extraímos do componente textual, a escrita, suas marcas humanas, qual é o resultado? Mais do que isso, o que essa “filosofia” da objetividade quer nos dizer?

Para nós, o artigo acadêmico que procura seguir fielmente esses padrões expressa uma vontade de eliminar a sua própria historicidade. Isto é, a postulação valorativa de uma neutralidade que se quer absoluta (embora a admita inatingível) oculta ou descarta as bases sobre as quais foi erigida. Numa palavra, o artigo acadêmico foi condicionado historicamente para ser como é. Os valores que ele expressa, na estrutura do texto, são valores de um recorte social. E só notamos tal condicionamento quando esses valores são postos em causa. A partir disso, distinções aparentemente óbvias, como subjetivo/objetivo, racional/emocional, pessoal/impessoal, deixam de sê-lo. Afinal, falar objetivamente é falar de objetos. Mas quem se arroga na posição de sujeito para determinar o quê ou quem pode ser objeto?

Acreditamos que é nesse espírito desafiador que Grada Kilomba, em seu livro *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (2020), discute as implicações

de um discurso que se quer científico, ou seja, com o mínimo de interferências subjetivas, na análise da questão do racismo.

Como acadêmica, por exemplo, é comum dizerem que meu trabalho acerca do racismo cotidiano é muito interessante, porém não muito científico. Tal observação ilustra a ordem colonial na qual intelectuais *negras/os* residem: “Você tem uma perspectiva demasiado *subjetiva*”, “muito *pessoal*”; “muito *emocional*”; “muito *específica*”; “Esses são *fatos objetivos*?”. Tais comentários funcionam como uma máscara que silencia nossas vozes assim que falamos. Eles permitem que o *sujeito branco* posicione nossos discursos de volta nas margens, como conhecimento desviante, enquanto seus discursos se conservam no centro, como a norma. Quando elas/ eles falam é científico, quando nós falamos é acientífico (Kilomba, 2020, p. 33).

Desta passagem, chama a atenção a expressão “Como acadêmica”, porque a conjunção “como” delinea duas situações paralelas, dois modos de encarar a pesquisa sobre o racismo cotidiano. Visto de uma perspectiva não-acadêmica, o trabalho é interessante, até mesmo importante. Porém, dentro da perspectiva acadêmica, há um “mas”, um juízo de valor que se pretende objetivo, “mas não é muito científico”. O problema, dessa forma, não é simplesmente a pesquisa em si, mas o lugar em que ela está situada. A academia é um lugar de poder, de produção e, principalmente, de legitimação do conhecimento. Fora dela, investigar as maneiras como opera o racismo cotidiano estaria no patamar da curiosidade, talvez. Dentro, essa pesquisa abala todo o corpo de conhecimento produzido sobre o tema até então. Ela desafia a relação sujeito-objeto ao recusar às pessoas negras o papel de objeto, postulando um novo arranjo, uma situação sujeitos-sujeitos.

A partir de tal procedimento, Kilomba expõe a desigualdade das posições de poder, “a ordem colonial na qual intelectuais *negras/os* residem”; “Eles permitem que o *sujeito branco* posicione nossos discursos de volta nas margens”. Nesses dois trechos, a metáfora espacial é relevante. Residir e posicionar são verbos que indicam agência e mobilidade. As intelectuais negras se encontram em uma ordem colonial e, por isso, seu discurso é posicionado nas margens. Quem possui a agência de posicionar o discurso do outro é o *sujeito branco*. Nessa construção textual, vem à tona a percepção de que não existe nada natural nesses posicionamentos e que eles podem ser alterados, deslocados, subvertidos. A ordem colonial do discurso, que se julga no poder de silenciar ou de dar voz, fica explícita, e suas categorias “neutras” são localizadas como parte de um sistema de referências e valores que a sustenta.

Por conseguinte, desafiar o discurso em terceira pessoa do singular é devolver ao artigo acadêmico a sua historicidade enquanto denuncia os artifícios sobre os quais

ele se instituiu. De modo análogo, um texto que não recusa as suas vozes dissonantes representa igual desafio.

A uniformidade do estilo é, até certo ponto, uma questão estética. Se pensarmos no objetivo principal de um texto acadêmico, que é transmitir informações relevantes sobre uma pesquisa, a variação estilística pode configurar um obstáculo para o seu entendimento adequado. Por isso é necessário haver algum grau de homogeneidade na estrutura textual. Entretanto, precisamos reconhecer o risco decorrente de tal escolha. Se as vozes autorais acabam por convergir numa autoria singular, é possível que esta prática se transforme numa “fábrica de consensos”. As marcas pessoais, os elementos dissonantes, são parte fundamental do processo de pesquisa, pois é a partir do desacordo que se chega a novos resultados, a novas realidades. Uma vez suprimidas as divergências, a pesquisa aparece como um corpo homogêneo e quase incontestável, que gera categorias fictícias como “a Ciência”, espécie de entidade divinizada que deteria o verdadeiro conhecimento. As armadilhas de tal compreensão não podem ser ignoradas, principalmente quando aliamos o pensamento científico ao ensino. Se a “Ciência” é um conjunto acabado de saberes que precisam ser transmitidos a estudantes-recipientes, como desenvolver o espírito de investigação que é motor da pesquisa científica? Estamos no terreno da *concepção bancária de educação*, nos termos de Paulo Freire (1968).

Aliás, o autor quebra com essa noção de univocidade em algumas de suas obras mais importantes. Por exemplo, o livro *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*, publicado originalmente em 1990, é escrito em parceria com Donaldo Macedo. Mais do que isso, é um livro *dialogado*, em que uma autoria não se submete à outra, mas ambas compartilham da responsabilidade de reflexão. O texto “Repensando a alfabetização: um diálogo” é emblemático deste gesto subversivo. Nele encontramos a marca explícita dos autores em conversa. O tema sobre o qual discutem é a relação intrínseca entre a leitura do mundo e a leitura da palavra, ou seja, um alargamento da concepção de leitura que ultrapasse a simples ideia de descodificação dos grafemas. Destacamos as seguintes passagens:

FREIRE: [...] o papel mais importante da pedagogia crítica é levar os alunos a reconhecer as diversas tensões e habilitá-los a lidar com elas eficientemente. Tentar negar essas tensões acaba por negar o próprio papel da subjetividade. A negação da tensão significa a ilusão de ter superado essas tensões quando, na verdade, elas estão apenas ocultas (Freire; Macedo, 2021b, p. 82).

FREIRE: [...] Só os que têm poder podem generalizar e estabelecer que as características de seu grupo são representativas da cultura nacional. Assim estabelecendo, o grupo dominante necessariamente deprecia todas as características pertencentes aos grupos subalternos,

características que se desviam dos padrões estabelecidos (Freire; Macedo, 2021b, p. 87).

Dessas duas *falas* de Freire, identificamos o reconhecimento da subjetividade, da tensão que emerge do contato entre diferentes mundividências e as relações de poder envolvendo a cultura. A pedagogia crítica se insurge contra a pedagogia bancária, por isso não pode reproduzir as suas práticas. Como o autor escreve em *Pedagogia do oprimido*: “Muitos [revolucionários] [...] terminam usando, na sua ação, métodos que são empregados na ‘educação’ que serve ao opressor. Negam a ação pedagógica no processo de libertação, mas usam a propaganda para convencer [...]” (Freire, 2021a, p. 75). Na segunda passagem supracitada, percebemos uma aproximação interessante com o texto de Grada Kilomba. Em ambos os casos, há a afirmação do conhecimento como espaço de disputa. Quem tem o poder não só impõe o seu modo de conhecimento como também avalia e legitima (ou não) os conhecimentos alheios. Com isso, o critério científico-acientífico se torna valorativo quando os discursos do centro o utilizam para avaliar o que é conhecimento “verdadeiro”, “legítimo”.

Portanto, o texto de Freire e Macedo é mais do que uma alternativa ao modo tradicionalmente acadêmico de produzir conhecimento, é uma *práxis*, a um só tempo ação e reflexão. A recusa em fundir as duas vozes num único texto expositivo-argumentativo, mas sustentá-las e referenciá-las, mostra um caminho efetivamente plural de se pesquisar. Nesse caso, ainda que não haja discordâncias vitais entre os pontos de vista dos autores, o simples assinalamento das autorias é subversivo.

Por fim, na esteira do gesto Paulo freiriano de gerar diálogos, bell hooks, em *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade* (1994), constrói um texto a duas vozes, intitulado “A construção de uma comunidade pedagógica (Um diálogo)”, diálogo este feito com Ron Scapp. Na introdução ao texto, hooks expõe suas razões de maneira que nos é bastante significativa:

A prática do diálogo é um dos meios mais simples com que nós, como professores, acadêmicos e pensadores críticos, podemos começar a cruzar as fronteiras, as barreiras que podem ser ou não erguidas pela raça, pelo gênero, pela classe social, pela reputação profissional e por um sem-número de outras diferenças (hooks, 2017, p. 174).

Destacamos a possibilidade de cruzar fronteiras, não só as sociais, mas também as textuais. hooks, de modo semelhante a Freire e Kilomba, reposiciona o lugar do “acadêmico” ao endereçar as vozes insurgentes, o rastro histórico presente em toda produção intelectual e a necessidade de oferecer alternativas ao discurso padrão. Além disso, no diálogo com Ron Scapp, hooks realça um elemento que é constantemente

sublimado no gênero acadêmico: o corpo. Apagar as marcas pessoais é apagar o corpo que escreve, o corpo que fala, o corpo que habita/reside aquele determinado espaço de produção do conhecimento, espaço de poder.

bh: O mascaramento do corpo nos encoraja a pensar que estamos ouvindo fatos neutros e objetivos, fatos que não dizem respeito à pessoa que partilha a informação. Somos convidados a transmitir informações como se elas não surgissem através dos corpos (hooks, 2017, p. 186).

Ressoando a freiriana crítica à concepção bancária de educação, hooks aponta como o desvanecimento do corpo acarreta a ficcionalização da neutralidade das informações. O professor em sala é uma mente que fala. Os fatos de que fala, independentemente de serem fórmulas matemáticas, eventos históricos, estruturas sintáticas ou conceitos filosóficos, são objetivos, neutros. O que essa elisão deixa de fora é o corpo professoral, um corpo tradicionalmente masculino, branco, eurocêntrico, cisgênero, heteronormativo¹. Quando o corpo é recolocado, reposicionado, o padrão torna-se evidente. Por que não professoras? Por que não negras? O que até então era indisputado vira objeto de reflexão e de crítica. hooks fala em outra passagem:

bh: Dou aula a muitos alunos brancos e eles têm posições políticas diversas. Mas eles chegam à aula de literatura feminina afro-americana e não querem ouvir discussões sobre políticas de raça, classe e gênero. Frequentemente reclamam: “Eu pensei que este curso era de literatura.” O que estão me dizendo, na verdade, é: “Achei que este curso seria dado como qualquer outro curso de literatura que eu já fiz, apenas substituindo os escritores brancos do sexo masculino por escritoras negras do sexo feminino.” Eles aceitam a mudança no foco de representação, mas resistem a mudar as maneiras como pensam sobre as ideias. Isso é ameaçador. É por isso que a crítica do multiculturalismo busca fechar de novo a sala de aula – deter essa revolução em como sabemos o que sabemos (hooks, 2017, p. 193).

Raça, classe e gênero não existem sem corpo. Trazer esses aspectos para a discussão provoca, ou deve provocar, uma meta-análise da própria situação acadêmica. Como se estudam as autoras negras? É possível estudá-las usando a mesma metodologia dos

¹ E aqui vale sublinhar a diferença de gênero na atividade docente. O professor de adultos, o acadêmico, é masculino. A professora de crianças, a normalista, é feminina. Essa estrutura pressupõe que, enquanto o professor produz conhecimento, a professora o reproduz.

escritores brancos? A questão do sujeito-objeto retorna e suscita novas interpretações. A mesma lente analítica pode ver *corpora* diversos?

Assim como o professor está na sala de aula enquanto mente ambulante, o texto unívoco e objetivo é um texto sem corpo, fornecedor de informações. Quando tais características são desafiadas, criticadas, a estrutura textual também precisa ser repensada. Como investigar o racismo cotidiano usando uma metodologia de origem racista? Como criticar a pedagogia bancária usando os mesmos procedimentos dela? Como abordar raça, classe e gênero sem recuperar o corpo que escreve/fala/produz?

Achamos necessário elaborar tais considerações para podermos posicionar o discurso de Laura Cavalcante Padilha, acadêmica, professora universitária de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, num registro menos “científico”, uma entrevista. Pretendemos ler as *falas* de Padilha à luz do que foi exposto pelos autores supracitados, reconhecendo que a autora conjuga características e práticas abordadas nos textos mencionados. Assim, nos vemos diante de uma intelectual negra produzindo conhecimento a partir de uma chave que contorna/supera tanto o discurso da terceira pessoa do singular quanto a ideia de texto unívoco. Com isso, propomos que a entrevista realiza o encontro entre “voz e letra”, tão importante para o pensamento da autora em sua pesquisa sobre a ficção angolana.

A entrevista foi concedida à *Revista Crioula*, em novembro de 2007, por ocasião da homenagem recebida por Padilha no III Encontro de Professores de Literaturas Africanas, ocorrido no Rio de Janeiro. Os entrevistadores foram Avani Souza Silva, Érica Antunes Pereira, Flávia C. Bandeca Biazetto e Flávia Merighi Valenciano. O diálogo perpassa por questões gerais sobre os estudos das literaturas africanas no Brasil e pessoais, sobre a trajetória biográfico-acadêmica da entrevistada. A primeira pergunta, por sinal, é referente à contribuição da crítica brasileira aos estudos africanos, ao que a professora responde:

Muito da inovação do universo crítico das africanas está no Brasil. Hoje, há uma gama de professores brasileiros a trabalhar estas literaturas e a criar todo um aparato teórico que sustenta uma crítica de caráter desconstrutor, por assim dizer. Os brasileiros não só são convidados para dar cursos ou fazer palestras no exterior, mas lá começam a publicar suas obras. Isso indica que há uma atitude de respeito em relação à crítica literária brasileira sobre as africanas (Padilha, 2007, p. 2).

Nesta fala, estão sobrepostas duas dimensões dos estudos literários que se interconectam. Primeiramente, Padilha faz referência ao seu próprio trabalho enquanto pesquisadora e ao de colegas acadêmicos, mostrando o reconhecimento dos seus esforços por investigar a produção literária africana. Em segundo lugar, a resposta

evoca uma relação de cumplicidade e parceria entre Brasil e África, mais especificamente os países lusófonos, que se evidencia nas declaradas influências dos autores brasileiros para as literaturas africanas ao longo do século XX, assim como demonstra a existência dos laços culturais e históricos entre esses países, dadas as experiências semelhantes de colonização e racismo de que foram alvo. A crítica brasileira exerce um poder sobre as literaturas africanas que não pode ser desconsiderado. Pelo contrário, é preciso reconhecê-lo responsabilmente.

O diálogo avança e Padilha tem a oportunidade de analisar a situação das literaturas dos países africanos lusófonos tendo em vista as contradições que emergem dos processos de independência, da busca por uma consolidação de uma consciência nacional, das tensões entre uma herança oral tradicional e uma cultura escrita influenciada largamente pelos aparatos tecnológicos modernos. Nesse sentido, afirma a autora:

Não se deve esquecer, também, que houve um momento, depois da chegada da escrita e de sua apropriação pelos africanos, em que se fez necessário buscar outros modelos, pelos quais o projeto literário se pudesse afirmar e consolidar como alteridade, pois, só assim, poderiam ser enfrentados os paradigmas formais e temáticos impostos pelo colonizador. A tradição, que circulava pela voz, foi, em certa medida, incorporada ao texto escrito, não só por seu sentido ético de resistência, mas por sua própria dimensão estética como produção imaginária (Padilha, 2007, p. 3).

Entendemos dessa passagem que a tradição oral, em vez de sofrer uma simples substituição pela escrita decorrente do processo colonizador, se transformou em substrato e agente de uma escrita rebelde e de vocação revolucionária. Assim como a língua portuguesa, que passou de imposição imperialista para instrumento de libertação nas mãos dos escritores, a escrita foi apropriada pelos africanos e ressignificada, tendo como base motora a cultura da voz. Desse modo, houve um entrelaçamento entre voz e letra, a tradição oral sendo incorporada pela escrita, sem que isso representasse o desaparecimento daquela.

Ao longo da entrevista, a análise ponderada dos objetos de estudo aos poucos é mesclada a experiências de vida. A autora passa a falar de si quando fala das literaturas que estudou. Nesse percurso, opiniões são emitidas e reconsideradas num fluxo de pensamento que se faz durante a interlocução. Talvez o exemplo mais emblemático de tal procedimento seja a visão de Padilha a respeito da expressão “literatura afro-brasileira”. Ela diz o seguinte:

Vou dizer uma heresia, mas acho que há uma única literatura e ponto final: a brasileira. Talvez nesse momento ainda seja necessária

a designação “afro-brasileira”, mas qualquer catalogação, dentro de uma literatura, limita-a. O que aconteceu é que dizem que os negros nunca fizeram parte da literatura brasileira, e isso não é verdade. Temos Machado de Assis, Lima Barreto, Cruz e Sousa, Mário de Andrade, isso apenas para exemplificar (Padilha, 2007, p. 12).

Nesta passagem, é digno de atenção o cuidado com que a autora prepara a sua declaração, algo polêmica. Uma decisão consciente que admite a dificuldade do que será pronunciado: só existe uma literatura. Reconhecemos a aguda consciência da diferença entre opinião e análise. Repare como ela diz “mas acho que há uma única literatura” e logo depois complementa “Talvez nesse momento ainda seja necessária”. O ponto de vista pessoal se articula à percepção analítica da necessidade de se afirmar uma literatura afro-brasileira. Para ela, no entanto, essa denominação é problemática porque o termo acaba por insinuar que a literatura brasileira é eminentemente branca, o que Padilha confronta com exemplos de escritores canônicos. Afinal, o afro de afro-brasileiro ainda carrega um elemento geográfico, portanto, “estrangeiro”. Ou seja, em vez de reconhecer a presença dos escritores de ascendência africana no rol da literatura brasileira, o termo separa, cria uma categoria própria para abrigar esses escritores. Entretanto, Padilha enxerga os limites do seu ponto de vista e ressalta a relevância política do termo, ao sublinhar a participação negro africana na cultura brasileira.

Outro ponto interessante dessa passagem é o uso do termo “heresia”. A autora joga com signos da tradição cristã ao longo de toda a entrevista. Em determinado momento, ao explicar a relação que desenvolvera com a leitura desde a infância, ela menciona um acontecimento: “Lembro agora que deixei de ir à igreja por causa de Eça de Queirós, pois o padre achou um absurdo que meu pai me desse, aos catorze anos, *O Crime do Padre Amaro* para ler. Revoltei-me com o padre e nunca mais quis frequentar igrejas.” (Padilha, 2007, p. 5). O choque entre o desejo (conhecer o livro de Eça de Queirós) e a imposição de regras derivadas de uma postura moralista (jovens mulheres não deveriam ler certos livros) sugere uma cena de “expulsão do paraíso” (“nunca mais quis frequentar igrejas”). Mais do que isso, há uma inversão da própria ideia de expulsão, uma vez que é iniciativa da jovem leitora deixar de ir à igreja. Entre a vivência censurada e a busca do saber, Padilha optou pela segunda opção.

Mais adiante, lemos: “É entre o leitor e o produtor há uma diferença enorme: nós, leitores, só temos que ter prazer ao ler o texto. Infelizmente, para nós, professores de literatura, esse prazer fica, às vezes, meio abortado, porque temos que costurar pela lateral. É ‘nosso dever e nossa salvação’” (Padilha, 2007, p. 8). Se, um pouco antes, vimos Padilha dando as costas para a Igreja, a presente citação de uma passagem da Oração Eucarística, a resposta dada pelo público durante o rito da missa que prepara a consagração da hóstia e do vinho, “é nosso dever e salvação”, aparece na

chave da ironia. Não se trata, porém, de simples deboche ou jogo de palavras. É o apontamento de que a relação leitor, produtor e professor envolve algum aspecto do sagrado. Em nome da clareza, da pesquisa, da produção de conhecimento, é preciso “abortar o prazer da leitura”, uma vez que os professores de literatura se encontram numa posição intermediária, mediúnica talvez, entre o produtor e o leitor.

Ao final da entrevista, Laura Padilha conta a experiência de se descobrir negra, do racismo sofrido na escola até a lição dada por seu pai. A mirada no espelho, a conscientização de si, a percepção de um aprendizado – “O reflexo do espelho recuperou para sempre a cor da minha pele para mim” (Padilha, 2007, p. 17) – culmina em outra referência religiosa cristã: “E, como diz o gênesis bíblico, até hoje acho que isso foi e é bom.” (Padilha, 2007, p. 17). Ora, mais uma vez estamos diante de uma compreensão irônica da tradição cristã. Não mais como Eva, e sim como o próprio Deus contemplando sua criação, Padilha vê, em retrospecto, presentificando essa experiência infantil, a descoberta de seu próprio corpo como um acontecimento genesíaco. Importante mencionar que o estopim da cena é devido aos conhecimentos de Latim da jovem Laura Padilha, língua esta oficial do catolicismo. Assim, quando voltamos ao anúncio, “vou dizer uma *heresia*”, percebemos que a escolha da palavra é precisa. É heresia não por violar uma norma, mas por lhe oferecer uma alternativa.

O reconhecimento da diferença geográfica é outro elemento que atravessa a entrevista. A autora compreende os laços que a ligam à África, mas faz questão de se posicionar como estrangeira: “não me considero professora ou investigadora das cinco literaturas, mas, sim, uma estudiosa da angolana, embora fique sempre um pouco desconfiada daquilo que escrevo e penso, pois sou uma leitora estrangeira.” (Padilha, 2007, p. 9). Em outra passagem, após narrar a sua primeira viagem a Angola, Padilha diz: “Aquela não é a minha terra. Minha terra é essa aqui; é esse lugar aqui. A África foi a terra de parte dos meus ancestrais. Só isso.” (Padilha, 2007, p. 12). Tal percepção parece em consonância com a experiência da diáspora africana. A vontade de restituir um passado perdido depara-se com a sua impossibilidade, decorrente da ferida colonial. E essa consciência da distância é significativa para que não se caia na armadilha de interpretar as literaturas africanas à luz das dinâmicas das populações negras brasileiras, por exemplo.

Por fim, é importante salientar as marcas da plurivocidade própria à entrevista, a presença dos corpos em interlocução. Desde rubricas como “(gargalhadas)” (Padilha, 2007, p. 6) até momentos em que a entrevistada trata sua fala como um “desabafo” (Padilha, 2007, p. 15) e, principalmente, no desdobramento do eu que ocorre a partir do diálogo, “Eu tenho muita dificuldade com a Laura Padilha, pois ela, às vezes, fica meio pesada para mim...” (Padilha, 2007, p. 8), todos esses aspectos contribuem para a construção de um texto em abertura, que não apenas indica a presença das várias

mãos que o compuseram, como também aponta traços de conhecimento próprios de um modo desafiador de produzir conhecimento.

A Laura Padilha, referência incontornável nos estudos de literaturas africanas, ocupa um espaço de poder, a academia, e pela sua atuação, oferece uma resistência e reavaliação desse mesmo lugar. A certa altura, a autora lembra:

Quando dizia, lá na Faculdade Nacional de Filosofia em que estudava, que eu, Magnólia Brasil Barbosa e Domício Proença Filho éramos negros, a resposta era uma só: “Não são, mesmo!” Ríamos muito disso, apesar de entendermos o que o subtexto da resposta continha. Se nós tínhamos chegado à Universidade do Brasil, não éramos negros. Eles estavam em um outro lugar. E eu me pergunto: “Onde eles estão, até hoje, cinquenta anos depois?” É duro, muito duro... (Padilha, 2007, p. 16-17).

A pergunta, que ecoa a discussão de Kilomba (2020) – “Tais comentários funcionam como uma máscara que silencia nossas vozes assim que falamos” (Kilomba, 2020, p. 33) – mostra os obstáculos ainda existentes no processo de revisão dos paradigmas acadêmico-universitários. Na fala de Padilha, é o lugar que determina a raça: se está na universidade, não pode ser negro. É uma questão de posicionamento, como demonstra Kilomba. O sujeito branco delimita os espaços e legitima (ou não) os discursos que podem circular neles, mais ainda, quais discursos podem ser, de fato, produzidos.

Apesar de ainda ser “muito duro”, a ação e a atuação de Laura Padilha, seja nos textos convencionalmente científicos, seja nessa entrevista de múltiplos saberes, se mostra mais do que necessária, é uma verdadeira *práxis* educacional e crítica. E a partir desse diálogo gerador de diálogos, podemos fazer jus ao legado da autora.

Diante do objetivo principal deste texto, partir de uma discussão sobre a produção de conhecimento escrito e seus desdobramentos, e chegar à leitura de uma entrevista de Laura Padilha, parece apropriado encerrarmos com as suas palavras, que, a nosso ver, articulam os principais pontos tratados ao longo destas páginas: “Só será dada visibilidade às produções literárias africanas e/ou afro-brasileiras, quando os aparatos de dominação, que sustentam a própria crítica literária, se reverterem.” (Padilha, 2007, p. 16).

Referências

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021a.
- FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021b.
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.
- PADILHA, Laura Cavalcante. “Laura Cavalcante Padilha: uma fiandeira da voz e da letra” – entrevista. **Revista Crioula**, [S. l.], n. 2, p. 1-17, nov. 2007.

Lucas Laurentino de Oliveira. Doutorando em Literaturas Portuguesa e Africanas pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas (UFRJ). Pesquisa atualmente a escrita ensaística de Jorge de Sena e a estética do horror em novas mídias. Administra o site Ler Jorge de Sena (www.lerjorgedesena.lettras.ufrj.br), sob a coordenação de Gilda Santos.



Revista Mulemba
e-ISSN: 2176-381X
v. 15, n. 28, p. 24-45, 2023
DOI: 10.35520/mulemba.2023.v15n28a56710

Artigos Livres

A entrevista e os estudos das Literaturas Africanas em português

The interview and the studies of African Literatures in portuguese

La entrevista y los estudios de las Literaturas Africanas en portugués

Jessica Falconi 

Universidade de Lisboa, Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento, Lisboa, Portugal

E-mail: jessicafalconi@iseg.ulisboa.pt

Editoras-chefe

Carmen Lucia Tindó Secco
Vanessa Ribeiro Teixeira

Editores convidados

Andrea Cristina Muraro
Gabriel Chagas
Luciana Brandão Leal
Marlon Augusto Barbosa

Autora correspondente

Jessica Falconi
jessicafalconi@iseg.ulisboa.pt

Recebido: 01/02/2023

Aceito: 11/06/2023

Como citar:

FALCONI, Jessica.
A entrevista e os estudos das literaturas africanas em português. *Revista Mulemba*, v. 15, n. 28, p. 24-45, 2023. doi: <https://doi.org/10.35520/mulemba.2023.v15n28a56710>

Resumo

Este artigo defende que os livros de entrevistas fazem parte, “de pleno direito”, da história e da biblioteca crítica das literaturas africanas de língua portuguesa. Referimo-nos, em particular, à coleção de entrevistas *Encontros com escritores* de Michel Laban, publicada entre 1991 e 2002, e ao volume de depoimentos de escritores moçambicanos *Vozes moçambicanas. Literatura e nacionalidade* de Patrick Chabal, publicado em 1994. Trata-se de contribuições incontornáveis para a construção dos estudos das literaturas africanas de língua portuguesa que veicularam importantes mapeamentos dos espaços literários nacionais africanos. Partindo de uma introdução sobre a entrevista literária, procura-se compreender de que modo estes investigadores conceberam a entrevista como forma de construção do conhecimento em contextos literários e culturais periféricos, emergidos da dominação colonial. Consideram-se também outras experiências análogas e mais recentes para se refletir sobre a atual relevância da entrevista nos estudos destas literaturas.

Palavras-chave

Entrevista, história e crítica literária, literaturas africanas em português, Patrick Chabal, Michel Laban.

Abstract

This article argues that books of interviews form a “full right” part of the history and critical library of African literature in Portuguese. We refer, in particular, to the collection of interviews with writers by Michel Laban, published between 1991 and 2002, and to the volume of testimonials by Mozambican writers *Vozes Moçambicanas. Literatura e Nacionalidade* by Patrick Chabal, published in 1994. These are unavoidable contributions to the construction of studies of African literature in Portuguese, which also conveyed relevant maps of African literary national spaces. Starting from an introduction about the literary interview, the aim is to understand how these researchers conceived the interview as a form of knowledge construction in peripheral literary and cultural contexts, which emerged from the colonial domination. Other similar and more recent experiences are also considered in order to reflect on the current relevance of the interview in the studies of these literatures.

Keywords

Interview, literary criticism and history, knowledge construction, African literatures in Portuguese.

Resumen

Este artículo argumenta que los libros de entrevistas forman parte “de pleno derecho” de la historia e de la biblioteca crítica de las literaturas africanas en portugués. Nos referimos, en particular, a la colección de entrevistas a escritores de Michel Laban, publicada entre 1991 y 2002, y al volumen de testimonios de escritores mozambiqueños *Vozes Moçambicanas. Literatura e nacionalidade* de Patrick Chabal, publicado en 1994. Estas son contribuciones ineludibles para la construcción de los estudios de las literaturas africanas en lengua portuguesa, que también transmitieron cartografías importantes de los espacios literarios nacionales africanos. A partir de una introducción sobre la entrevista literaria, se pretende comprender cómo estos investigadores concibieron la entrevista como forma de construcción del conocimiento en contextos literarios y culturales periféricos, que emergieron de la dominación colonial. También se consideran otras experiencias similares y más recientes para reflexionar sobre la relevancia actual de la entrevista en los estudios de estas literaturas.

Palabras-clave

Entrevista, crítica e historia literaria, construcción del conocimiento, literaturas africanas en lengua portuguesa.

Introdução

A presença de entrevistas nos mais variados meios de comunicação e em diversos campos discursivos e disciplinares tem vindo a chamar cada vez mais a atenção de estudiosos de várias áreas para este género híbrido e flutuante. É sobretudo a partir da década de 1990 que os estudos sobre este género se têm desenvolvido mais sistematicamente, gerando uma vasta bibliografia que procura definir as características da entrevista, os usos e abusos bem como a sua história e a sua genealogia em diversas tradições culturais, destacando-se a entrevista literária com uma das declinações simultaneamente mais populares e mais difíceis de se teorizar. Já Philippe Lejeune (1980) considerou a entrevista como uma forma moderna de autobiografia enquanto que Gérard Genette procurou defini-la na perspectiva narratológica e no quadro da produção paratextual, enquadrando-a espacialmente no epitexto e categorizando-a como um epitexto público mediatizado (Genette, 1987).

Num artigo que teve grande influência nos estudos da entrevista, os sociólogos Paul Atkinson e David Silverman (1997) formularam a noção de “Interview society”, para se referirem à omnipresença deste género tanto no âmbito dos meios de comunicação social, quanto no domínio das ciências humanas e sociais. Este conceito serviu para descrever uma tendência geral para os modos confissionais como formas de construção de si, mas também para questionar a autenticidade e a espontaneidade atribuídas às entrevistas enquanto ferramenta de investigação. A sociedade da entrevista caracteriza-se, segundo os dois estudiosos, pelo impulso coletivo de atribuir um carácter inédito de autenticidade às formas de experiência pessoal. Assim, o sucesso da entrevista dependeria da sua natureza de confissão privada em público, com a promessa implícita de deixar o usuário acessar a esfera íntima do entrevistado, ao passo que, na verdade, seria uma forma de construção do eu.

Num artigo publicado em 2014, Masschelein *et al.* (2014a) realizaram um mapeamento dos estudos da entrevista em contextos literários e não literários e uma bibliografia anotada, mostrando que diversos estudos têm focado, principalmente, os dualismos estruturadores deste género, alguns dos quais já sugeridos por Claire Parnet em seu célebre diálogo com Gilles Deleuze: “em uma entrevista literária, há, antes de tudo, o dualismo entrevistador-entrevistado e depois, para-além, o dualismo homem-escritor, vida-obra no próprio entrevistado, e ainda o dualismo obra-intenção ou significação da obra” (Deleuze; Parnet, 1998, p. 29). Outros dualismos intrínsecos da entrevista dizem respeito à relação oralidade-escrita e à questão da autenticidade vs. fabricação (Portelli, 2010).

No que diz respeito às origens e funções da entrevista, ainda de acordo com Masschelein *et al.* (2014a), a maioria dos estudos abordaram estes aspetos no domínio dos meios de comunicação – jornais, televisão, rádio - em diferentes contextos

geográficos e tradições culturais, com especial destaque para a França, os Estados Unidos, Inglaterra e a Itália (Fastelli, 2019).

As propostas de classificação deste género transmedial e, no domínio da investigação científica, também transdisciplinar, têm focado ora a relação entre entrevistado e entrevistador em termos de simetria e assimetria; ora o produto em si, distinguindo entre entrevistas temáticas e entrevistas pessoais, sendo a entrevista literária muitas vezes uma combinação de ambas as tipologias, isto é, entrevistas que têm como tema a literatura, mas que também procuram traçar um perfil da personalidade de quem escreve, a sua trajetória biográfica, as suas opiniões. Outros estudos têm procurado complexificar esta classificação, identificando quatro tipos de entrevista: a entrevista com personalidade de renome, que tem a sua origem fora do contexto jornalístico, inserindo-se na tradição da visita; a entrevista temática; o inquérito/investigação, geralmente constituído por um conjunto de entrevistas para esclarecer um problema; e a entrevista breve com especialistas (Fastelli, 2019).

As várias sub-categorias de entrevistas têm vindo a ser propostas com base em diferentes critérios, como por exemplo os diferentes espaços e momentos, reais e mediatizados, da sua ocorrência e divulgação. Com base neste critério têm surgido outras classificações como aquela que distingue entre a conversa ritual, isto é, ligada a um evento específico (uma homenagem, um lançamento); a conversa jornalística, especificamente pensada para as colunas de um jornal; e a conversa na oficina, isto é, a entrevista realizada junto da casa ou do escritório de uma personalidade, o que também remonta à tradição da visita à grande personalidade (Masschelein *et al.* 2014a; Fastelli, 2019). Este último modelo, como se verá mais adiante neste artigo, é o que mais se aproxima das entrevistas realizadas no domínio das literaturas africanas em língua portuguesa.

Também a figura de quem conduz a entrevista tem sido analisada em função do seu posicionamento em relação ao tema e à pessoa entrevistada. Nalguns estudos foram identificadas pelo menos três tipologias referentes a esta figura: a tipologia “nos bastidores”, que consegue delinear o perfil da pessoa entrevistada com intervenções invisíveis e muito limitadas; a tipologia coadjuvante, que se coloca como presença secundária no diálogo, dirigindo-o por meio de perguntas ou intervenções explícitas, em direção ao que mais lhe interessa; e, finalmente, a tipologia intrusiva, que tende a interferir continuamente nas palavras da pessoa entrevistada, buscando efetivamente o centro do palco (Fastelli, 2019).

Os protocolos de transcrição, edição e publicação/divulgação das entrevistas não podiam deixar de entrar na equação das diferentes reflexões sobre o género e dizem respeito, de forma ainda mais pertinente, ao uso da entrevista como ferramenta e material de investigação. Assim, tem-se teorizado a possível existência da “entrevista-verdade”, à maneira do cinema-verité, ou seja uma entrevista que reproduz fielmente, sem nenhum tipo de intervenção, o que foi dito oralmente. É evidente que se trata

de casos muito raros, quase utópicos, porque “a passagem entre o encontro real e a forma final que o representa em forma escrita ou audiovisual resulta de um trabalho de seleção, organização e síntese que restabelece uma gramática, define um tempo e um espaço através da narrativa” (Fastelli, 2019, p. 14, tradução nossa)¹. E é este também um dos motivos da afirmação e legitimação do género, que encontra na publicação em livro uma importante consagração. Seja qual for a classificação mais completa ou adequada de um género que tem vindo cada vez mais a assumir funções e características as mais diversificadas, foi-se afirmando uma abordagem da entrevista que a aproxima cada vez mais do exercício crítico, do repertório documental e de fonte para o conhecimento das dinâmicas polimórficas das sociedades culturais e literárias (Masschelein *et al.*, 2014a).

Esta breve síntese introdutória, baseada nos mapeamentos já realizados por Masschelein *et al.* (2014a; 2014b) e Fastelli (2019), mostra claramente que a maioria dos estudos têm como coordenadas principais o desenvolvimento da cultura de massa em contextos ocidentais, existindo um vazio significativo no que se refere às zonas periféricas do sistema literário global. No entanto, sobretudo em contextos emergidos da dominação colonial, a entrevista literária, analogamente à história oral, parece ocupar um lugar de destaque como ferramenta de investigação e de construção de fontes menos marcadas pela fragilidade inerente às epistemologias coloniais e ocidentais (Grangaud, 2008). Tais parecem ser os pressupostos, por exemplo, do volume de entrevistas a escritoras latinoamericanas organizado por Bridget Kevane e Juanita Heredia, que enquadram o uso desta ferramenta numa “forma alternativa de crítica literária, tanto pessoal, quanto pedagógica, analítica e reflexiva” (Kevane; Heredia, 2000, p. 1, tradução nossa)². O mesmo pode afirmar-se em relação ao volume *Talking with african writers*, que reúne entrevistas com quinze escritores africanos, realizadas entre 1987 e 1990 por Jane Wilkinson (1992). Na introdução ao volume, a autora questiona o estatuto da entrevista “como uma espécie de apêndice das fontes primárias relativas à obra de um autor ou como um ingrediente estranhamente não classificado da bibliografia secundária” (Wilkinson, 1992, p. 4). É nesta perspetiva que se pretende aqui enquadrar o uso da entrevista no domínio das literaturas africanas de língua portuguesa por estudiosos como Patrick Chabal e Michel Laban, considerando-se também outras experiências análogas e mais recentes, que serão abordadas na parte final do artigo.

¹ Do original: “Il passaggio tra l’incontro realmente avvenuto e la forma finale che lo rappresenta per iscritto o in forma audiovisiva consiste in un lavoro di selezione, organizzazione e sintesi che ne ristabilisce una grammatica, ne definisce un tempo e uno spazio attraverso la narrazione”.

² Do original: “an alternative form of criticism that is both personal and pedagogical, analytic and reflective”.

Utilizamos aqui, como estes estudiosos também fizeram, o termo “entrevista” para nos referirmos, na realidade, a resultados textuais que apresentam certas diferenças, resultantes do posicionamento de quem entrevistou, dos seus objetivos e dos seus protocolos de transcrição e edição. Ao olharmos mais de perto para os volumes de Patrick Chabal e Michel Laban, estas diferenças aparecerão mais evidentes.

Vozes moçambicanas. Literatura e Nacionalidade de Patrick Chabal

Como realça Clara Carvalho, Patrick Chabal, historiador e cientista político sediado no King’s College de Londres, foi um pioneiro da constituição do campo de estudos interdisciplinares sobre a África lusófona, surgido na década de 1980 “por contraponto aos estudos sobre a África Francófona, Anglófona ou Arabófona” (Carvalho, 2014, p. 14). As suas contribuições para este campo de estudos incidiram na análise das especificidades da África lusófona e mostraram “como as ex-colónias portuguesas de África partiam de diferentes estruturas conceptuais e, conseqüentemente, tinham evoluído de maneiras culturais e políticas muito diferentes” (Ribeiro; Rothwell, 2020, p. 12). Esta perspetiva orientou também a abordagem de Chabal das literaturas africanas de língua portuguesa, que foram objeto do seu interesse científico enquanto produções culturais fortemente marcadas pelos processos políticos e sociais. Esta abordagem refletiu-se quer na edição da obra seminal *The Postcolonial Literature of Lusophone Africa* (Chabal, 1996), em que sobressai o enquadramento histórico e político das produções literárias dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa, quer no livro de entrevistas *Vozes moçambicanas. Literatura e nacionalidade*, publicado em 1994 pela Editora Vega, no âmbito da coleção Palavra Africana, dirigida por Ana Mafalda Leite³.

O livro reúne 22 entrevistas com escritores moçambicanos⁴, realizadas entre 1986 e 1992. Como é evidente, o primeiro termo escolhido para o título – *Vozes* – põe a ênfase na dimensão oral e falada da entrevista, marcando a sua ligação ao domínio da história oral, o que se coaduna com a afiliação disciplinar de Chabal. Por outro lado, a tônica na dimensão oral e falada remete não apenas para uma característica

³ Embora de duração efémera, esta coleção contribuiu de forma relevante para a biblioteca crítica das literaturas africanas de língua portuguesa, com a publicação de volumes como *A Poética de José Craveirinha* e *A Modalização Épica das Literaturas Africanas* de Ana Mafalda Leite; *O Desafio Africano* de José Carlos Venâncio.

⁴ Orlando Mendes, José Craveirinha, Noémia de Sousa, Fonseca Amaral, Eugénio Lisboa, Rui Nogar, Rui Knopfli, Malangatana, Fernando Ganhão, Calane da Silva, Jorge Viegas, Albino Magaia, Juvenal Bucuane, Luís Carlos Patraquim, Mia Couto, Paulina Chiziane, Pedro Chissano, Ungulani Ba Ka Khosa, Armando Artur, Suleiman Cassamo, Eduardo White, Nelson Saúte.

estruturante da entrevista em si, mas também para a dimensão da oralidade enquanto fenómeno cultural constitutivo das literaturas africanas escritas. Este aspeto é confirmado pela secção da ampla introdução do autor dedicada à relação entre cultura e literatura africana e à desconstrução da dicotomia “cultura tradicional oral africana” vs. “a designada ‘moderna’ literatura escrita” (Chabal, 1994, p. 23). Nesta perspetiva, a arquitetura do livro de Chabal projeta uma espécie de jogo de espelhos: tanto a entrevista (transcrita e editada), quanto as literaturas africanas, inscrevem-se no interface oralidade/escrita, isto é, há uma relação direta entre a forma e o conteúdo. A este propósito, cabe realçar que o título do livro de Wilkinson já mencionado aponta para uma relação análoga entre a forma – *Talking with* – e o conteúdo – *African Writers*, o que, a nosso ver, torna credível a hipótese de a entrevista ser um exemplo de ferramentas oriundas das formas de comunicação da cultura de massa e dos paradigmas disciplinares do Ocidente que ganha relevância e especificidade ao ser utilizada em domínios culturais e epistemológicos não ocidentais. O próprio Chabal afirma que o trabalho produzido constitui um “importante material de pesquisa”, a ser utilizado para futuros enquadramentos históricos e críticos da literatura moçambicana, ainda mais relevante “em casos como o de Moçambique em que há tão pouco material histórico digno de confiança” (Chabal, 1994, p. 8-9), inscrevendo abertamente o uso da entrevista no âmbito de uma biblioteca crítica e historiográfica das literaturas africanas.

O outro elemento do título do livro, reforçado pelo subtítulo *Literatura e nacionalidade*, foca, de imediato, um dos temas principais das entrevistas, isto é, a questão da nação e o papel da literatura na construção da nacionalidade. Chabal desenvolve este tema na introdução e procura enquadrar a literatura moçambicana no contexto das literaturas do continente africano, sublinhando o seu estatuto periférico, devido, principalmente, às especificidades da dominação colonial portuguesa em Moçambique; ao estatuto da língua portuguesa no país; ao impacto da luta de libertação nacional e aos conflitos da época pós-independência.

Chabal enuncia explicitamente os objetivos gerais das suas entrevistas: contribuir para reconstruir as origens e o desenvolvimento da literatura moçambicana; definir o que é a literatura moçambicana e quem são os escritores moçambicanos; indagar qual o papel da literatura na construção da identidade nacional moçambicana (Chabal, 1994, p. 7). Estes objetivos foram ‘traduzidos’ em perguntas sobre quatro tópicos principais: a trajetória pessoal da pessoa entrevistada; as suas influências literárias; o seu ponto de vista sobre a literatura moçambicana e o papel desta na construção da identidade nacional (Chabal, 1994, p. 11).

É de salientar que o investigador descreve, ainda que de forma sucinta, os protocolos de edição das entrevistas, afirmando ter reorganizado o material de acordo com os seus objetivos, cortando segmentos e rearrumando sequências de forma a dar coêrência, mas ao mesmo tempo garante que o livro é uma reprodução fiel e exata

das conversas ocorridas. O resultado são textos em forma de depoimento em que é suprimida a estrutura de perguntas e respostas típica da entrevista, o que levaria a identificar em Chabal a tipologia do “entrevistador nos bastidores” (Fastelli, 2019), cujo objetivo é conseguir gerir a entrevista quase sem intervir nela. Cabe realçar que as opções de edição de Chabal produzem uma presença do entrevistador mediada pela fala do entrevistado, sendo percebida pelos leitores através da repetição da pergunta no corpo dos depoimentos, como nos seguintes exemplos:

Para quem é que nós escrevíamos? [...] Quais são os objetivos principais da revolução moçambicana? [...] Literatura moçambicana? [...] O problema da avaliação literária? (Chabal, 1994, p. 73-84, Orlando Mendes).

Tenho uma dificuldade enorme em falar disso, do que é a poesia moçambicana [...] O que queria fazer com a minha poesia? (Chabal, 1994, p. 126-145, Fonseca Amaral).

O debate sobre literatura moçambicana? [...] Se a temática dos jovens não tem que ver com a África? [...] A relação da literatura com o partido? (Chabal, 1994, p. 221-229, Calane da Silva).

Se os contos serão uma forma mais africana do que o romance? [...] Os brasileiros? [...] A crítica em Moçambique? (Chabal, 1994, p. 309-315, Ungulani Ba Ka Khosa).

Assim, se na representação transcrita, editada e publicada das entrevistas o entrevistador fica, de facto, nos bastidores, o seu posicionamento frente à matéria recolhida é essencialmente veiculado pela longa introdução, onde se esboça uma proposta de periodização e classificação histórico-literária da literatura moçambicana e dos seus produtores, assente na articulação de critérios histórico-políticos e temático-formais. No que toca à seleção de escritores a entrevistar, Chabal definiu critérios que lhe permitissem juntar uma amostra representativa de gerações, origens raciais e afiliações políticas, identificando quatro grupos principais: os brancos do tempo colonial; os não brancos do tempo colonial; os nacionalistas e pós-coloniais. O investigador tece também considerações sobre a importância da construção de um cânone literário aberto e mais inclusivo, aludindo às anteriores polémicas sobre a nacionalidade literária e às exclusões de alguns autores do corpus nacional da literatura moçambicana. Trata-se de polémicas e debates que remontam ao período colonial, desencadeadas por publicações individuais de críticos e escritores ou por recolhas e antologias de poesia publicadas nas décadas de 1950 e 1960, como no caso do debate entre o crítico Alfredo Margarido e o poeta Rui Knopfli. Tais debates ressurgiram também logo a seguir à independência, estruturando-se em torno do conceito de “moçambicanidade literária”, entendida por alguns como expressão

literária da identidade coletiva forjada pela luta de libertação nacional, por outros como dimensão mais especificamente estética, assente na mobilização de repertórios culturais mais diversificados. Frente a estes debates, o posicionamento de Chabal e a seleção de entrevistas recolhidas é de especial interesse para a crítica e a história da literatura moçambicana na medida em que incide mais na reconstituição dos elementos que contribuíram para a emergência de um espaço literário nacional em Moçambique, do que na construção de um cânone representativo da literatura nacional moçambicana. Convoca-se aqui o conceito de “espaço literário nacional” utilizado por Pascale Casanova na construção do seu modelo de análise do espaço literário internacional, designado de *República mundial das letras* (Casanova, 2004). Analisando a íntima relação que historicamente se foi estabelecendo entre literatura e nação na emergência e unificação do espaço literário internacional, por outro lado a autora aponta para os vários casos de espaços literários emergidos “na ausência de um Estado formalmente constituído” (Casanova, 2004, p. 104, tradução nossa)⁵. Esta observação lembra-nos do célebre “Poema do futuro cidadão” de José Craveirinha (1964): embora Moçambique tivesse existência jurídico-política no quadro da dominação colonial portuguesa, o seu espaço literário nacional se foi construindo antes da constituição do Estado independente e em rutura com o discurso cultural da nação portuguesa. De fato, Casanova realça que “os espaços literários nacionais não devem ser confundidos com os territórios nacionais” (Casanova, 2004, p. 206, tradução nossa)⁶. Focando o que define de “pequenas literaturas”, entendidas como tradições literárias periféricas emergentes, desprovidas do capital literário e cultural próprio das literaturas dos centros, Casanova fornece um conjunto de elementos relevantes para a análise da emergência do espaço literário nacional em territórios colonizados como Moçambique, permitindo reequacionar também as escolhas e o enquadramento propostos por Patrick Chabal. Assim, o apelo para a construção de um cânone mais aberto e inclusivo, que haveria de vincar nas posteriores propostas de sistematização histórico-literária da literatura moçambicana (Ribeiro; Meneses, 2008) reflete-se na periodização e classificação propostas por Chabal na introdução, cujo intuito é iluminar os diferentes “recursos literários e culturais” de que o espaço literário nacional moçambicano se foi dotando para constituir-se enquanto tal. A noção de recursos literários é utilizada frequentemente por Casanova para “medir” as diferenças e desigualdades, em termos de “capital literário”, entre as grandes e as pequenas literaturas, e refere-se a um conjunto de elementos materiais e imateriais que se vão acumulando nos diferentes espaços literários nacionais – livros, traduções,

⁵ Do original: “literary spaces have been able to appear in the absence of a formally constituted state”.

⁶ Do original: “national literary space must not be confused with national territory”.

estilos, géneros, etc. Assim, lida nesta perspetiva, a introdução de Chabal, ao debruçar-se sobre o objeto “literatura moçambicana”, procura dar conta da acumulação dos recursos literários que haveria de permitir a unificação do espaço literário nacional.

Chabal separa o período colonial do pós-independência, identificando para o primeiro, quatro “elementos culturais distintos” (Chabal, 1994, p. 39). O primeiro é “a cultura mestiça”, vigente até à década de 1940 e essencialmente veiculada pelo associativismo cultural dos mestiços, que inclui o trabalho jornalístico e editorial dos irmãos José e João Albasini, e pela poesia “precursora” de Rui de Noronha. Este poeta é considerado expoente da chamada fase de “assimilação” do desenvolvimento geral da literatura em contextos coloniais. Chabal caracteriza esta fase como tentativa dos primeiros escritores africanos em provar as suas habilidades literárias imitando os modelos europeus. Como se realça noutro artigo (Falconi, 2021), a periodização geral de Chabal é derivada do modelo de evolução literária elaborado por Franz Fanon, que, de facto, identificava esta primeira fase de total dependência literária dos modelos europeu e metropolitanos. Cabe realçar que também Casanova identifica a assimilação como etapa de formação do espaço literário nacional, equacionando-a como

o nível mais baixo de revolução literária, o roteiro obrigatório de todo aprendiz de escritor de uma região empobrecida sem recursos literários próprios - por exemplo, uma área colonizada antes da formação de um movimento pela independência ou a proclamação de uma identidade nacional distintiva (Casanova, 2004, p. 207, tradução nossa)⁷.

O segundo elemento que caracteriza o espaço literário moçambicano de acordo com Chabal, e que é interessante salientar na perspetiva de um mapeamento dos recursos literários deste espaço, é “a literatura europeia ou os textos dos moçambicanos brancos”, isto é, uma categoria em que cabe toda uma série de poetas de várias gerações, como Alberto Lacerda, Reinaldo Ferreira, Rui Knopfli, Glória de Sant’Anna, etc., e cuja inclusão é discutida por Chabal numa perspetiva que aponta para a necessidade de autonomização do espaço literário em relação ao espaço político-nacional:

Uma jovem literatura autónoma e segura como a moçambicana não tem nada a perder mas antes tudo a ganhar com a aceitação mais ampla da sua ascendência. [...] Um compromisso com

⁷ Do original “the lowest level of literary revolt, the obligatory itinerary of every apprentice writer from an impoverished region having no literary resources of its own—for example, a colonized area prior to the formation of a movement for independence or the proclamation of a distinctive national identity”.

Moçambique, enquanto nova nação, ou uma tentativa deliberada de fazer poesia moçambicana escolhendo temas, imagens, metáforas, linguagem, etc., pode ter sido importante como afirmação política. A longo prazo é, no entanto, menos importante para a literatura *qua* literatura do que o mérito poético do que foi sendo escrito (Chabal, 1994, p. 43-46).

Na categoria dos “europeus”, Chabal menciona também figuras de artistas e críticos literários que contribuíram para o desenvolvimento da literatura moçambicana na medida em que, de acordo com o modelo de Casanova, participaram na acumulação de valor e recursos literários e culturais do espaço literário em construção. Daí a inclusão da entrevista a Eugénio Lisboa, figura de difícil enquadramento se se tratasse de veicular um cânone da literatura moçambicana, sendo que a sua atuação no período colonial em Moçambique foi marcante, sobretudo, no domínio da crítica literária e na dinamização do debate cultural, como revelam as suas contribuições em jornais como *A Voz de Moçambique* e *Tribuna*. Assim, a inclusão de Eugénio Lisboa na seleção dos entrevistados, tal como de outras personalidades ligadas à construção da moçambicanidade literária e artística, como é o caso do pintor Malangatana, parece-nos confirmar que a intenção da recolha de Chabal se prendia menos com a construção de um cânone nacional da literatura moçambicana do que com o mapeamento do espaço literário em construção em Moçambique, como já foi mencionado.

O terceiro elemento cultural identificado por Chabal é a “literatura revolucionária”, fortemente marcada pela luta de libertação nacional, constituindo, no modelo de Casanova, o polo menos autónomo do espaço literário nacional moçambicano. Chabal também identifica a dependência da literatura em relação à política e à ideologia, salientando a escassa capacidade de inovação, no plano estético, deste tipo de literatura. É evidente que o propósito de sintetizar as principais vertentes constitutivas do espaço literário moçambicano não permite a Chabal aprofundar a produção designada de revolucionária, o que haveria de ser feito pelo trabalho de Maria Benedita Basto, no qual se demonstra a bem mais complexa realidade e diversificação desta produção poética (Basto, 2006).

O quarto elemento, ao qual Chabal dedica uma parte significativa da sua introdução às entrevistas é a chamada “literatura da moçambicanidade”, de que a poesia de José Craveirinha é considerada especialmente exemplificativa. Trata-se, no entanto, de uma categoria abrangente, que acaba por incluir também escritores classificados de acordo com as outras vertentes. De resto, como o próprio Chabal reconhece, as categorias propostas não pretendem ser rígidas e fechadas, cabendo alguns escritores em mais do que uma.

Não abordaremos, por razões de espaço, as tendências identificadas por Chabal no período pós-independência, nomeadamente, a poesia individualista e a ficção popular. Cabe salientar, no entanto, a avaliação global que Chabal faz do conjunto da produção literária moçambicana pós-colonial: “Os jovens escritores já não criam literatura moçambicana *ex nihilo*, mas estão a trabalhar dentro de uma tradição relativamente bem sucedida.” (Chabal, 1994, p. 39). Emerge, neste comentário, a perceção da acumulação de recursos literários ‘suficientes’ para a constituição de um espaço literário nacional mais autónomo em relação ao passado, constituindo as entrevistas uma forma de dar visibilidade e voz a este espaço, se não no âmbito do espaço literário internacional, pelo menos no quadro das literaturas africanas de língua portuguesa. Surgido como uma espécie de inquérito sobre o que é a literatura moçambicana e editado de acordo com um protocolo que aparentemente coloca o entrevistador nos bastidores, o livro de entrevistas organizado por Chabal acaba por esclarecer menos a visão da literatura moçambicana dos próprios escritores, do que aquela de Chabal, sendo o objetivo melhor atingido o de iluminar as trajetórias pessoais e literárias dos entrevistados e, sobretudo, o de mapear a constituição do espaço literário nacional moçambicano ilustrando quer a acumulação de recursos literários ao longo do tempo – isto é, a construção de uma tradição literária nacional – quer o posicionamento, neste espaço, de diferentes grupos ou categorias de escritores. Trata-se de uma contribuição relevante para a história e a crítica da literatura moçambicana especialmente se lida em diálogo com o modelo de desenvolvimento do espaço literário internacional formulado por Casanova, como se procurou demonstrar.

Michel Laban e os seus *Encontros com escritores*

Investigador e professor catedrático da Universidade Sorbonne Nouvelle/Paris, Michel Laban foi uma figura chave para a circulação das literaturas africanas de língua portuguesa na França e para a consolidação e internacionalização do campo de estudos destas literaturas. Foi também tradutor literário para o francês de várias obras de língua portuguesa, entre as quais destacam *Chiquinho* de Baltasar Lopes; *Nous avons tué le chien teigneux* [Nós matámos o cão tinoso] de Luís Bernardo Honwana; *L'esprit des eaux* [O Desejo de Kianda] de Pepetela; *La maison vieille des rives* [A casa velha das margens] de Arnaldo Santos; *Le porc-épique: roman* [Quem me dera ser onda] de Manuel Rui; *La saison de fous* [Estação das Chuvas] de José Eduardo Agualusa; *Nous autres de Makulusu* [Nós, os do Makulusu], *João Vêncio: ses amours* [João Vêncio: os seus amores] e *Autrefois, dans la vie* [No antigamente, na vida] de José Luandino Vieira.

O trabalho de Laban no domínio da entrevista literária é bastante diferente do de Patrick Chabal, por várias razões. Em primeiro lugar, Laban recolheu entrevistas com escritores de quatro países africanos de língua portuguesa, a saber: Angola

(Laban, 1991)⁸, Cabo Verde (Laban, 1992)⁹, Moçambique (Laban, 1998)¹⁰ e São Tomé e Príncipe (Laban, 2002)¹¹, chegando a publicar um total de oito volumes de entrevistas, aos quais se junta o livro-entrevista a Mário Pinto de Andrade (Laban, 1997). Como o próprio Laban declarou (Laban, 1991, p. 5), a opção por uma recolha sistemática e alargada de entrevistas com escritores surgiu na sequência de uma primeira entrevista com Luandino Vieira, da qual resultou o volume *Luandino - José Luandino Vieira e a sua obra*, (Laban, 1980). Dada a vastidão desta obra, constituída por 88 entrevistas, optamos por ensaiar uma abordagem global, salientando as características principais e comuns aos vários conjuntos ‘nacionais’.

Partindo novamente do título, a ideia de “encontro” realça a dimensão relacional e dialógica da entrevista. Evoca o encontro real dos corpos, no espaço e no tempo, e remete para a tradição da visita à grande personalidade (Fastelli, 2019) que, na tradição francesa, se traduziu no género do “entretien”. A este propósito, recorreremos novamente a Gérard Genette, que introduziu uma distinção significativa entre “interview” e “entretien”: de acordo com esta distinção, “interview” designa um diálogo geralmente breve e dirigido por um jornalista profissional, centrado na publicação de um livro ou outro evento específico, enquanto que “entretien” aponta para uma conversa mais extensa e aprofundada, não necessariamente ligada a um evento particular, gerida por um mediador fortemente ligado à obra literária ou à pessoa entrevistada (Genette, 1987). Julgamos que os encontros de Laban se

⁸ Vol. I: Oscar Ribas, Raul David, Aires de Almeida Santos, Uanhenga Xitu, António Jacinto, Domingos Van Dúnem, Antero Abreu, Henrique Abranches, António Cardoso, Mário António, Luandino Vieira, Manuel dos Santos Lima, Fernando Costa Andrade. Vol. II: Arnaldo Santos, Arlindo Barbeitos, Jofre Rocha, Ruy Duarte de Carvalho, Manuel Rui, Jorge Macedo, Pepetela, Boaventura Cardoso, Paula Tavares, Encontro com jovens escritores (António de Azevedas, E. Bonavena, Lopito Feijó e Eduardo F. Pimenta).

⁹ Vol I: Baltasar Lopes, Manuel Lopes, Manuel Ferreira, Henrique Teixeira de Sousa, Luís Romano, Aguinaldo Brito Fonseca, Orlanda Amarílis, Teobaldo Virgínio, Gabriel Mariano. Vol. II: Corsino Fortes, Oswaldo Osório, João Varela, Mário Fonseca, Arménio Vieira, João Henrique Oliveira Barros, Manuel Veiga, Rui Figueiredo, Leão Lopes e Germano Almeida, Jorge Carlos Fonseca, Jorge Miranda Alfama, José Luís Hopffer Almada, Manuel Delgado e Manuel Brito Semedo, Tomé Varela da Silva.

¹⁰ Vol. I: Aníbal Aleluia, José Craveirinha, Glória de Sant’Anna, Ascêncio de Freitas, Noémia de Sousa, Virgílio de Lemos. Vol II: Rui Knopfli, Lília Momplé, Sebastião Alba, Sérgio Vieira, Luís Bernardo Honwana, Heliodoro Baptista, Leite de Vasconcelos, Calane da Silva, Júlio Carrilho, Albino Magaia. Vol III: Jorge Viegas, Marcelo Panguana, Luís Carlos Patraquim, Paulina Chiziane, Mia Couto, Ungulani Ba Ka Khosa, Filimone Meigos, Elton Rebello, Suleiman Cassamo, Armando Artur, Eduardo White, Chagas Levene, Celso Manguana, Rui José Cardoso e Bruno Macame.

¹¹ Luís Cajão, Sum Marky, Alda Espírito Santo, Manuela Margarido, Fernando de Macedo, Tomás Medeiros, Sacramento Neto, Amadeu Quintas da Graça, Albertino Bragança, Olinda Beja, Francisco Costa Alegre, Jerónimo Salvaterra, Armindo Vaz d’Almeida, Frederico Gustavo dos Anjos, Aito Bonfim, Lúcio Pinto, Albertino Will Pires dos Santos.

aproximam desta modalidade, o que também se coaduna com a sua formação e vivência no contexto literário e académico francês.

Nos vários volumes de entrevistas recolhidas, Laban insere páginas introdutórias que, embora de curtíssima extensão, revelam igualmente os objetivos e as motivações deste trabalho monumental. Laban considera a atividade de entrevistar como “uma tarefa a um tempo secundária e essencial” (Laban, 2002, p. 5): secundária em relação ao estatuto de fonte primária da obra literária, mas essencial para a sua contextualização sócio-histórica. De facto, as entrevistas surgem para fazer frente, de acordo com as suas palavras, “à dificuldade de acesso à informação sobre os autores, as suas experiências culturais, os contextos sociais em que as obras tinham sido publicadas” (Laban, 1998, p. 5), bem como mapear os contatos literários, os projetos culturais ou os organismos e as entidades que facilitaram a interação, a criação de redes e tertúlias. Estamos, novamente, perante um projeto de mapeamento da constituição dos espaços literários em contextos coloniais e pós-coloniais, onde a entrevista parece representar uma ferramenta privilegiada para a recolha de informação sobre relações e posicionamentos dos escritores nestes espaços em construção. O próprio Laban refere diversos aspetos que, a nosso ver, traduzem a especificidade da investigação dos contextos de dominação colonial: “Não é indiferente, por exemplo, saber se um autor foi educado num meio rural, se falava uma língua local, ou, ainda, se ocupava um posto de responsabilidade política quando elaborou a obra” (Laban, 2002, p. 5). Tal como Chabal, também Laban considera as entrevistas um material de interesse para os estudiosos de literatura, inscrevendo-as de pleno direito nas fontes de pesquisa para o estudo das literaturas africanas de língua portuguesa.

Diversamente de Chabal, Laban mantém a tradicional estrutura pergunta-resposta, atuando como entrevistador coadjuvante, isto é, mantendo-se num lugar secundário e direcionando a entrevista com intervenções limitadas e pouco intrusivas. Alguns exemplos das perguntas de abertura das entrevistas revelam o tipo de informação procurada por Laban, os temas tratados, mas também o alto nível de preparação do entrevistador, bem como a estrutura subjacente à conversa aparentemente livre e espontânea. Os primeiros passos no mundo da criação literária; a importância da infância; a evolução da própria obra são as perguntas inaugurais recorrentes, mas também comentários específicos sobre livros, poemas, entrevistas anteriores, bem como considerações gerais sobre a literatura do país em foco ou sobre a posição do próprio escritor em relação aos outros, na tentativa de mapear os posicionamentos individuais nos espaços literários em construção. Além de iluminar as trajetórias pessoais, intelectuais e políticas dos entrevistados, as perguntas do entrevistador procuram também aprofundar a dimensão estética e exegética das obras literárias, as motivações para a escrita, as redes de relações ou as dimensões da solidão e do isolamento.

Segue um apanhado das perguntas de abertura, que além dos tópicos mencionados, demonstra também a ampla versatilidade do entrevistador:

OSCAR RIBAS: Gostaria de saber se se considera mais escritor ou mais etnógrafo (Angola, v. I, p. 11).

UANHENGA XITU: Numa entrevista que deu em 1979 (*Lavra & Oficina*, n. 7), dizia: “Até agora nunca me considere escritor. Faço apanhado para o escritores.” Poderia explicar esta declaração? (Angola, v. I, p. 113).

MÁRIO ANTÓNIO: Em que condições sentiu pela primeira vez o desejo de escrever? (Angola, v. II, p. 373).

LUANDINO VIEIRA: Dirijo-me, primeiro, ao secretário-geral da União dos Escritores Angolanos: que pensas da literatura angolana desde a Independência? Consideras este período como um período de crise? – uma crise que se explicaria pela inversão do papel dos escritores antes e depois da Independência: ele já não luta contra um sistema, mas está associado a um processo de reconstrução... Isto paralisa-o, muitas vezes... (Angola, v. I, p. 411).

RUY DUARTE DE CARVALHO: Como é que te situas em relação aos outros escritores angolanos? (Angola, v. II, p. 697).

BALTASAR LOPES: Poderia precisar a data em que escreveu *Chiquinho*? (CV, v. I, p. 11).

ORLANDA AMARILIS: Teria a sua criação literária sido afectada pelo facto de há muito tempo estar ausente de Cabo Verde? (CV, I v., p. 263)

GABRIEL MARIANO: Faço esta primeira pergunta ao autor de “Capitão Ambrósio”. Pensa que o escritor tem deveres em relação à sua terra? (CV, v. I, p. 296).

RUI KNOPFLI: Poderia evocar as suas primeiras experiências culturais? Qual foi a sua primeira percepção da África, da Europa, da Ásia da sua infância? (Moçambique, v. II, p. 441).

LÍLIA MOMPLÉ: Teve uma experiência bastante diferente da maior parte dos outros escritores, por viveu fora de Moçambique, em Portugal, em Londres, no Brasil. Essa experiência cultural teve importância na sua motivação para escrever? (Moçambique, v. II, p. 583).

Veja-se também o caso da entrevista a Virgílio de Lemos, em que há uma inicial inversão dos papéis, sendo o escritor quem dá início à conversa:

VIRGÍLIO DE LEMOS: “Sugiro que me perguntes: “Acabas de regressar de Moçambique. O que é que viste? Quais foram as tuas emoções, trinta anos depois?”. Na segunda pergunta poderia falar-se do regresso ao país natal – um título que lembra o Aimé Césaire ... E eu explico e tal... (Moçambique, v. I, p. 349).

Em todos os volumes aparecem longas entrevistas que sugerem o formato de um livro, tal como aquela com Arlindo Barbeitos, no segundo volume de Angola, com 142 páginas, ou aquela com Rui Knopfli, no segundo volume de Moçambique, com 138.

Se o critério das diferentes gerações é comum ao trabalho de Chabal, o elemento distintivo de Laban é a forma de abordar os jovens escritores, entrevistados em sessões conjuntas, de modo a realçar as novas dinâmicas de grupos, projetos, revistas, como no caso das conversas com jovens angolanos, caboverdianos e moçambicanos, nos respetivos volumes.

No trabalho de edição sobressai a construção da matéria recolhida enquanto ferramenta de estudo e pesquisa, através da inclusão de dois elementos principais: o índice temático de cada entrevista (Figura 1), cujo intuito é facilitar a leitura e identificar trechos de interesse, e o índice analítico final.

Como demonstra o índice analítico final incluído em todos os volumes, são abordados nas entrevistas também conceitos e tópicos relevantes e transdisciplinares para os estudos literários, culturais, sociais e históricos dos países africanos de língua portuguesa, tais como: a africanização dos europeus; a alfabetização; a questão dos assimilados, a censura; o conflito de gerações; o trabalho contratado; a cultura tradicional; a relação entre o escritor e o povo; a questão das línguas nacionais e da língua portuguesa; o marxismo; as relações raciais, a segregação, e a discriminação. Assim, as entrevistas funcionam como construção de fontes de informação e de conhecimento sobre uma multiplicidade de temas, contextos e conceitos que acabam por criar histórias multifacetadas e polifónicas das literaturas africanas de língua portuguesa. No seu conjunto, trata-se de um trabalho que atingiu o estatuto de fonte primária para os estudos destas literaturas, constituindo um arquivo que por vezes substitui uma parte relevante da historiografia literária e cultural destes países, uma história que articula o público e o privado, o individual e o coletivo, o oral e o escrito, em forma de encontros/entrevistas.

ENCONTRO COM NOÉMIA DE SOUSA

O primeiro poema, a «Canção fraterna»	243, 250
Posição dos pais em relação aos estudos dos filhos.....	243-244
A biblioteca do pai	244-245
Os jornalinhos passados à máquina (1937-1938).....	246
As origens da família.....	246-247
Menos discriminação racial, antes do Acto Colonial	247
O cargo do pai	248
As reivindicações dos que escreviam no <i>Brado Africano</i>	248-249
O jornal da escola	249
«Achava que as pessoas escreviam sempre sobre Portugal».....	249
«Achava que as pessoas estavam a voltar as costas à realidade»	250
As iniciais da assinatura.....	250-251
«Poema» («Mãe / Era noite e havia uma lua enorme»).....	251
As capulanas da mãe.....	251, 257
Missões protestantes.....	251-252
Importância dos tios.....	252
O Grémio Africano, as tradições	252-253
Influência inglesa em Lourenço Marques	253
A casa da Catembe, a infância feliz	253-255
As visitas na casa, modestas ou importantes.....	255-257
«Tinha de tudo na minha família, só faltavam chineses»	256
O casamento dos pais	257
«O meu pai é que me ensinou a ler».....	258
Missões católicas.....	258-259
O pai, católico praticante	258
As actividades do pai.....	260
As terras do pai	260-261
Os emigrantes e a «civilização».....	261
«A minha família segue o trajecto da despromoção social que se verificou depois»	261
O negro, a instrução e a assimilação.....	262
Mondlane, o ronga, o português e o inglês.....	264
As condições de vida das populações do interior	265
A escola: «Vocês não têm vergonha de ser uma negra a saber mais português do que vocês».....	266-267
Num machimbombo, um «senhor» «a troçar de mim».....	267

Figura 1. Índice temático da entrevista a Noémia de Sousa

Nação e narrativa pós-colonial II e IV. Angola e Moçambique – Cabo Verde, Guiné-Bissau e São-Tomé e Príncipe

Antes de passar para outras publicações em que quem escreve participou diretamente, cabe ainda mencionar um outro livro de entrevistas com escritores moçambicanos recolhidas pelo escritor Nelson Saúte sob o título *Os Habitantes da Memória* (Saúte, 1998). Como o título indica, trata-se de um projeto pessoal do escritor de recolha e registo de testemunhos, em forma de entrevista, junto de escritores com os quais o entrevistador teve uma relação muito próxima e que fazem parte da sua memória individual, mas também da memória colectiva do seu país e do seu espaço literário. Neste livro, as entrevistas – algumas delas póstumas – são precedidas de um parágrafo introdutório em que Saúte salienta a relação pessoal que teve com o escritor entrevistado. O projeto geral do livro e as opções de edição remetem para um tipo de entrevista em que o entrevistador, sendo ele próprio um escritor que pertence à tradição literária dos entrevistados, ocupa um lugar de destaque na interação. Embora tenhamos alguma hesitação em definir de “intrusivo” o papel de Nelson Saúte, pela conotação negativa que este termo pode acarretar, parece-nos evidente um posicionamento mais próximo desta tipologia de entrevistador em comparação com o de Chabal e Laban.

Reconhecendo a importância destes antecedentes, mas também ciente dos novos contextos de receção das literaturas africanas de língua portuguesa, a equipa do projeto Nação e narrativa pós-colonial, liderado por Ana Mafalda Leite, decidiu utilizar a ferramenta da entrevista para pensar a nação e a condição pós-colonial juntamente com alguns escritores africanos. Optou-se também por uma abordagem comparativa entre Angola e Moçambique, selecionando-se um número reduzido de entrevistas quer com escritores consagrados fora dos territórios nacionais, quer com escritores cuja circulação se tem dado principalmente dentro das fronteiras nacionais: Luandino Vieira, Ana Paula Tavares, Boaventura Cardoso, José Eduardo Agualusa, Ondjaki e Pepetela para Angola; João Paulo Borges Coelho, Marcelo Panguana, Mia Couto, Paulina Chiziane, Ungulani Ba Ka Khosa e Luís Carlos Patraquim para Moçambique. Em comparação com as anteriores seleções de entrevistas, este projeto registou a entrada no espaço literário moçambicano de João Paulo Borges Coelho, cuja estreia se deu em 2003 com o livro *As duas sombras do rio*.

A maioria das entrevistas foi recolhida entre 2010 e 2011, em Moçambique, Angola e em Portugal. Tratou-se quer de “entrevistas em painel” em que vários membros da equipa interagiram na entrevista com o escritor, quer de entrevistas a dois (um membro/um entrevistado). Preparou-se um guião de entrevista semi-estruturada

orientado por 4 tópicos principais: 1) O autor e o seu tempo social, com o intuito de enquadrar a experiência do escritor como cidadão, as suas memórias sociais; 2) Nação, narrativa e identidades: para focalizar o modo como o conceito de nação, através da construção narrativa, reflecte a configuração ou desconfiguração das identidades; 3) o Papel do intelectual e da literatura no contexto pós-colonial de Angola e Moçambique e 4) finalmente, as literaturas angolana e moçambicana enquanto sistemas, isto é, as considerações e percepções dos escritores frente aos patrimónios literários nacionais e as eventuais leituras cruzadas e comparativas destas literaturas. Além destes tópicos, foram abordadas outras questões, como as relações de género no domínio literário e cultural e o estado da arte da crítica e da instituição literária a nível interno.

Na fase de transcrição e edição manteve-se a estrutura de perguntas e respostas da entrevista oral, durante a qual procurou-se assumir o papel de entrevistadoras coadjuvante, com intervenções limitadas que porém pretendiam direccionar as entrevistas para os objetivos científicos do projeto, de acordo com o estilo de Michel Laban. Adaptando a metodologia de Laban, foram inseridos subtítulos temáticos no corpo das entrevistas transcritas e editadas que guiassem e facilitassem a leitura (Leite *et al.*, 2012).

Um segundo projeto, intitulado Narrativas Escritas e Visuais da Nação Pós-colonial. Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, deu continuidade ao primeiro e introduziu outro eixo de comparação, desta vez intermedial, pondo em diálogo a produção cinematográfica e audiovisual com a produção literária. A metodologia foi a mesma do projeto anterior e as entrevistas foram recolhidas nos três países em foco e em Portugal. As personalidades entrevistadas foram: Corsino Fortes, Oswaldo Osório, Arménio Vieira, Dina Salústio, Vera Duarte, Filinto Elísio (literatura), Leão Lopes, Júlio Silvão Tavares e Guenny Pires (cinema) para Cabo Verde; Tony Tcheka, Abdulai Silá, Odete Semedo, Waldir Araújo (literatura), Flora Gomes, Sana Na N'Hada e Adulai Jamanca (cinema) para a Guiné-Bissau; e Rafael Branco, Aíto Bonfim, Conceição Lima (literatura), Januário Afonso e Ângelo Torres (Cinema) para São-Tomé e Príncipe. Para além de se ilustrarem as trajetórias pessoais de escritores e cineastas, bem como os contextos de produção e receção das suas obras, procurou-se discutir com os entrevistados tópicos de interesse científico e cultural, tal como o papel da literatura e do cinema na construção da Nação em África; a atuação dos intelectuais na sociedade colonial e póscolonial; os caminhos futuros da criação literária e cinematográfica em África. Refletiu-se em conjunto sobre o modo como a literatura e o cinema têm vindo a discutir e espelhar as múltiplas vertentes das identidades nacionais e culturais, ao deslindar com as suas vozes e narrativas os limites da nação póscolonial, no que se refere à atual instituição literária e cinematográfica nos países em questão (Leite *et al.*, 2018).

Conclusões

Estes projetos mais recentes e outros que por razões de espaços não abordamos¹² demonstram tanto o legado das experiências anteriores, quanto a necessidade de experimentar novas vias e abordagens, mas também a vitalidade da entrevista enquanto ferramenta privilegiada para se ter acesso a informação, opiniões e experiências nas zonas periféricas do espaço literário internacional. Funcionam como metodologia reconhecidas e legitimadas de investigação no domínio dos estudos literários, sendo avaliadas positivamente pelos painéis de avaliação de projetos científicos. Por outro lado, é um facto que as entrevistas com escritores e artistas ocupam cada vez mais também secções de revistas científicas e académicas, ou são incluídas em coletâneas de ensaios, o que vem legitimar ainda mais o seu duplo estatuto de ferramenta e de resultado da investigação científica.

Há ainda que salientar que as reflexões teóricas e os debates em torno da descolonização do conhecimento (Meneses; Bidaseca, 2018) têm desafiado as metodologias tradicionais da investigação científica, colocando o diálogo entre os saberes científicos e outros saberes não científicos, bem como entre diferentes sujeitos de conhecimento no cerne de novos paradigmas epistemológicos e de co-construção e co-produção de conhecimento. Estas perspetivas levantam o desafio de se enfrentarem novas práticas, novos objetos e por vezes novas abordagens dos cânones literários e culturais dos países africanos e dos Sul global em geral. Caberá a uma recolha mais sistematizada, em forma de bibliografia anotada e/ou base de dados, reavaliar o amplo trabalho desenvolvido por diferentes investigadores, para redefinir as perguntas certas, em processos de co-construção de conhecimento e de diálogo, à maneira das boas entrevistas.

Referências

ATKINSON, Paul; SILVERMAN, David. Kundera's Immortality: The Interview Society and the Invention of the Self. *Qualitative Inquiry*, v. 3, n. 3, p. 304-325, 1997.

BASTO, Maria Benedita. *A guerra das escritas*. Lisboa: Vendaval, 2006.

CARVALHO, Clara. Patrick Chabal e a África Lusófona. *Caderno de Estudos Africanos*, v. 27, n. 1, p. 13-20, 2014.

¹² Vejam-se, no domínio do cinema, os volumes *Cinegrafias Moçambicanas*, organizado por Carmen Tindó Secco, Ana Mafalda Leite e Luís Carlos Patraquim (2019) e *Cinegrafias Angolanas*, por Secco, Ana Paula Tavares, Ana Mafalda Leite e Octávio Van-Dúnem (2022).

- CASANOVA, Pascale. *The world republic of letters*. Cambridge; London: Harvard University Press, 2004.
- CHABAL, Patrick. *The postcolonial literature of Lusophone Africa*. Londres; Chicago; Johannesburg: Hurst, Northwestern University Press & Witwatersrand University Press, 1996.
- CHABAL, Patrick. *Vozes Moçambicanas: Literatura e nacionalidade*. Lisboa: Vega, 1994.
- DELEUZE, Gilles, PARNET, Claire. *Diálogos*. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.
- FALCONI, Jessica. Para além da Nação? Outras 'declinações' nas literaturas africanas de língua portuguesa. *Abriu: Estudos de textualidade do Brasil, Galícia e Portugal*, v.10, p. 9-38, 2021.
- FASTELLI, Federico. *L'intervista letteraria*. Storia di un genere trascurato. Roma: Carocci, 2019.
- GENETTE, Gérard. *Seuils*. Paris: Seuil, 1987.
- GRANGAUD, Isabelle. Premessa. *Quaderni storici*, v.129, n. 3, p. 562-574, 2008.
- KEVANE, Bridget; HEREDIA, Juanita. *Latina Self-Portraits*. Interviews with Contemporary Women Writers. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2000.
- LABAN, Michel. *Angola: Encontro com escritores*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1991. 2 v.
- LABAN, Michel. *Cabo Verde: Encontro com escritores*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1992. 2 v.
- LABAN, Michel. *Luandino-José Luandino Vieira e a sua obra*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- LABAN, Michel. *Mário Pinto de Andrade: Uma entrevista*. Lisboa: Sá da Costa, 1997.
- LABAN, Michel. *Moçambique: Encontro com escritores*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1998. 3 v.
- LABAN, Michel. *São Tomé e Príncipe: Encontro com escritores*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2002.
- LEITE, Ana Mafalda et al. *Nação e Narrativa Pós-colonial IV*. Literatura & Cinema. Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Entrevistas. Lisboa: Colibri, 2018.
- LEITE, Ana Mafalda; KHAN, Sheila; FALCONI, Jessica; KRAKOWSKA, Kamila. *Nação e Narrativa Pós-colonial II*. Angola e Moçambique. Entrevistas. Lisboa: Colibri, 2012.
- LEJEUNE, Philippe. *Je est un autre*. L'autobiographie de la littérature aux médias. Paris: Seuil, 1980.
- MASSCHELEIN, Anneleen; MEURÉE, Christophe; MARTENS, David; VANASTEN, Stéphanie. The literary interview: Toward a poetics of a hybrid genre. *Poetics Today*, v. 35, n. 1-2, p. 1-49, mar./aug. 2014a.

MASSCHELEIN, Anneleen; MEURÉE, Christophe; MARTENS, David; VANASTEN, Stéphanie. The literary interview: An annotated bibliography. *Poetics Today*, v. 35, n. 1-2, p. 51-116, mar./aug. 2014b.

MENESES, Maria Paula; BIDASECA, Karina. *Epistemologías del Sur*. Buenos Aires; Coimbra: CLACSO; CES, 2018.

PORTELLI, Alessandro. L'inter-vista nella storia orale. In: PISTACCHI, Massimo. *Vive voci: l'intervista come fonte di documentazione*. Roma: Donzelli, 2010. p. 3-12.

RIBEIRO, Margarida Calafate; MENESES, Maria Paula. *Moçambique das palavras escritas*. Porto: Afrontamento, 2008.

RIBEIRO, Margarida Calafate; ROTHWELL, Phillip. *Heranças pós-coloniais nas literaturas de língua portuguesa*. Porto: Afrontamento, 2020.

SAÚTE, Nelson. *Os Habitantes da Memória: entrevista com escritores moçambicanos*. Praia; Mindelo: Embaixada de Portugal; Centro Cultural Português, 1998.

WILKINSON, Jane. *Talking with African Writers: Interviews with african poets, playwrights & novelists*. Portsmouth: Heinemann Educational Books, 1992.

Jessica Falconi é investigadora doutorada no CEsA/ISEG/ULisboa. É doutorada em Estudos Ibéricos pela Universidade de Nápoles (Itália) “L’Orientale”, onde leccionou na área das literaturas lusófonas e da língua portuguesa. Foi bolseira de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal). Em 2018 foi professora visitante na Universitat Autònoma de Barcelona (Espanha) onde dirigiu o Centro de Língua Portuguesa/Instituto Camões. Tem publicado em revistas nacionais e internacionais na área das literaturas e dos cinemas africanos de língua portuguesa, com especial enfoque na literatura moçambicana.



Revista Mulemba
e-ISSN: 2176-381X
v. 15, n. 28, p. 46-68, 2023

DOI: 10.35520/mulemba.2023.v15n28a55901

Entrevista

Entrevista com a professora Dra. Maria Nazareth Soares Fonseca

Luciana Brandão Leal^{1,2} 

Wellington Marçal de Carvalho³ 

¹ Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-Graduação em Letras,
Viçosa, MG, Brasil

² Universidade do Estado de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em
Letras, Cáceres, MT, Brasil

³ Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

E-mail: luciana_brandao@hotmail.com, marcalwellington@yahoo.com.br

Editoras-chefe

Carmen Lucia Tindó Secco
Vanessa Ribeiro Teixeira

Editores convidados

Andrea Cristina Muraro
Gabriel Chagas
Luciana Brandão Leal
Marlon Augusto Barbosa

Autora correspondente

Luciana Brandão Leal
luciana_brandao@hotmail.com

Recebido: 01/12/2022

Aceito: 11/06/2023

Como citar:

LEAL, Luciana Brandão;
CARVALHO, Wellington
Marçal de. Entrevista com
a professora Dra. Maria
Nazareth Soares Fonseca.
Revista Mulemba, v. 15,
n. 28, p. 46-68, 2023. doi:
[https://doi.org/10.35520/
mulemba.2023.
v15n28a55901](https://doi.org/10.35520/mulemba.2023.v15n28a55901)

Professora Doutora Maria Nazareth Soares Fonseca é uma referência incontornável entre os intelectuais que se dedicam aos estudos das literaturas africanas de língua portuguesa e das literaturas afro-diaspóricas. Professora muito amada por seus alunos; pesquisadora muito admirada e muito querida por seus colegas. É doutora em Literatura Comparada pela UFMG, com período de pesquisas na Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3. De 1995 a 2018, atuou como professora adjunta no Programa de Pós-Graduação da PUC Minas, orientando inúmeras dissertações e teses. Em 2008, recebeu, como orientadora, o prêmio CAPES de Teses. Pesquisadora 1D do CNPq, possui diversos livros publicados, dentre eles: *Brasil Afro-Brasileiro* (2000); *Poéticas afro-brasileiras* (2003); *Literaturas Africanas de Língua Portuguesa: percursos da memória e outros trânsitos* (2008), *Mia Couto: espaços ficcionais* (2008); *Literaturas africanas de língua portuguesa: mobilidades e trânsitos diaspóricos* (2015). Co-organizadora do volume 4 da coletânea *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica* (2011), que foi considerado pela Folha de São Paulo um dos duzentos livros mais importantes para se entender o Brasil. Em 2021, organizou o dossiê de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, publicado pela

Revista da Academia Mineira de Letras. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Estéticas Diaspóricas (2010 – 2022). Atualmente, coordena o *literÁfricas*, projeto de divulgação científica vinculado ao Portal literafro (UFMG), que possui milhares de acessos.

1 – Há uma passagem de Luandino Vieira que nos diz que para alcançar a raiz das coisas devemos começar pelo começo. A senhora poderia falar um pouco sobre a sua origem familiar e seus primeiros contatos com a escolarização até sua entrada na UFMG para a graduação em Letras Clássicas?

Sou oriunda de família constituída de pai branco e mãe negra, ambos nascidos em cidades próximas de Belo Horizonte. Minha mãe nasceu na cidade de Contagem e meu pai, em Rio Acima. Casaram-se e foram morar no interior de Minas, numa fazenda em Morro Vermelho, distrito de Caeté. A descoberta de ouro em região próxima à fazenda levou os proprietários e meu pai a decidirem explorar uma mina antiga, já abandonada. A exploração foi interrompida, pouco depois de iniciada, porque, segundo contava o meu pai, não foi possível continuar cavando, porque brotou muita água de nascentes dentro da mina. O alto preço que teriam de pagar pelo escoamento da água e pela drenagem das nascentes impediu a sua exploração. Esses fatos eram exaustivamente contados e recontados pelo meu pai, quando lamentava a morte do sonho de mineração que o obrigou a trazer a família para Belo Horizonte para ele tentar conseguir outro tipo de trabalho e, principalmente, dizia ele, para que os filhos pudessem se educar. Lutando com muita dificuldade, porque os primeiros anos em Belo Horizonte foram muito difíceis para a minha família, consegui cursar o primário em um Grupo Escolar que tinha um programa de ensino voltado à formação integral dos alunos e que, para atingir os seus objetivos, utilizava a poesia como ferramenta de ensino e aprendizagem.

Embora não houvesse livros de literatura em minha casa, meu pai nos transmitia as notícias que lia em jornais comprados quando o pouco dinheiro permitia ou as que ele ouvia no rádio. Desse costume paterno de se inteirar das coisas do mundo, herdei o interesse por saber, desde cedo, o que se passava além da minha casa. Em contrapartida, minha mãe, que adorava contar aos filhos a vida de santos e santas, encantava-me com as cantigas que cantava enquanto fazia as muitas lidas da casa. Foi através das canções que a minha mãe passou aos filhos, principalmente às filhas, o gosto pela palavra e o interesse por entender os jogos poéticos criados pelas canções que saíam da boca dos cantores e cantoras prediletos da minha mãe. Tive uma infância de que fazia parte estar junto dos pais, principalmente da mãe, no cuidado com a conservação da casa, do quintal e do jardim e a se inteirar do que se passava no mundo através do que podia entender das notícias trazidas pelas ondas sonoras do rádio, mas também a se deixar encantar com as canções cantadas por minha mãe. Embora tenha tido uma infância pobre e difícil, ela foi recheada de sonhos e de vontade de conhecer o mundo. Dessa infância, por vezes muito sacrificada pela

pobreza, recordo, ainda hoje, os varais cheios de roupa sacudindo ao vento e as cores da casa renovadas a cada ano por meu pai como forma de permitir que o encanto do Natal pudesse nos visitar, ainda que isso nem sempre acontecesse.

O contato mais direto com a literatura, na infância, iniciou-se no curso primário com leitura de poemas que faziam parte das atividades do programa escolar. Os poemas eram lidos e decorados como forma de inculcar nos alunos e nas alunas os bons princípios e de prepará-los para viver em sociedade, sendo bons e úteis cidadãos. Particpei de muitas solenidades, nesse período escolar, porque decorava os poemas com facilidade e conseguia disfarçar bem a timidez quando me via no palco da escola. Até hoje sei parte de poemas de Castro Alves, Olavo Bilac, Vicente de Carvalho, Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu, Alphonsus de Guimaraens que aprendi nos anos da escola primária. A escola exigia também muita “composição”, nome dado à redação naquela época. Eu escrevia com facilidade, embora detestasse muitos dos títulos dados pelas professoras. A leitura de textos narrativos era também praticada em todas as etapas do ensino primário, mas não me lembro de ter sido incentivada a questionar as situações sociais que perpassavam os textos e as situações concretas com que os alunos e as alunas conviviam diariamente no bairro em que morávamos. As dificuldades financeiras rondavam as casas e os moradores sem precisar se esconder.

No curso ginásial, devo ter lido as obras indicadas pela disciplina de Português. Recordo-me de ter lido, com prazer imenso, *O Guarani*, de José de Alencar, que me foi dado de presente pela orientadora do curso, porque ela descobriu que eu gostava muito de ler. Já não me lembro de quando comecei a ler os muitos livros proibidos cujos títulos eram transcritos no “quadro negro” pela professora de Português, no início de cada ano letivo, como medida de proteção às alunas, pois penso que as listas eram diferentes das indicadas nas escolas de alunado masculino. Ler os livros proibidos era uma aventura instigante porque eu não podia retirá-los da biblioteca do colégio. Às vezes, conseguia alguns na Biblioteca Municipal de Belo Horizonte, quando alguma bibliotecária me emprestava os livros, sem desconfiar que eles estavam na lista de livros proibidos criada por minha professora de Português. Outros títulos dessas listas só foram lidos por mim mais tarde, quando eu já cursava o segundo grau. E pensar que eram proibidos alguns livros de José de Alencar, Machado de Assis e até do Monteiro Lobato. Os do Aluísio de Azevedo e do Jorge Amado eram proibidíssimos.

No segundo grau, felizmente, tive professores magníficos, que incentivavam a leitura de obras da literatura brasileira e da literatura europeia. Não eram apenas os professores de literatura que nos incentivavam a ler. Tive um excelente professor de História que nos mostrou o quanto a literatura pode ser lida como documento, embora sendo ficção. Foram anos de encantamento em que li não apenas livros de literatura, mas de História, Sociologia e Filosofia. Conheci, nessa época, o *Geografia*

da fome, de Josué de Castro, o *Casa Grande e Senzala e Sobrados e mucambos*, de Gilberto Freyre, os principais romances de Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Jorge Amado, embora já existisse uma censura grande sobre vários livros desse escritor baiano, considerado comunista e “indecente”. Li também muitas obras de literatura estrangeira, principalmente, a portuguesa, e traduções de obras italianas, inglesas e norte-americanas. O meu primeiro contato com obras de William Faulkner, John Steinbeck e Shakespeare deu-se nesse período.

O curso de Letras Clássicas, escolhido porque eu temia não ser aprovada no de Letras Neolatinas, o mais procurado, foi feito com muita dificuldade, porque eu já trabalhava e tinha pouco tempo para me dedicar às disciplinas. Mas reli, com prazer, muitos dos livros de Machado de Assis e de José de Alencar que eu já conhecia do segundo grau. Li também muitas obras da literatura francesa, porque fiz o curso da Aliança Francesa concomitantemente à graduação em Letras Clássicas. Mais tarde, quando passei no concurso para lecionar no Colégio Estadual Central, uma das escolas de maior prestígio, em Belo Horizonte, à época, li muita literatura para preparar os cursos na área de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira.

2 – Sob orientação da Professora Letícia Malard, a senhora desenvolveu interessante discussão sobre a relação estória e história, a partir de um dos romances do escritor brasileiro Érico Veríssimo. Como foi esse início na sua caminhada como pesquisadora em Estudos Literários?

O motivo de eu haver escolhido a relação História e Estória na dissertação de Mestrado decorreu das leituras e discussões feitas desde o segundo grau e, principalmente, das reflexões produzidas em cursos do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) que, infelizmente, foi fechado pela Ditadura Militar. A crítica literária voltada aos aspectos sociais das obras me interessava bastante e era muito bem apresentada pelos professores do ISEB, principalmente pelo Leandro Konder e por Nelson Werneck Sodré, que foi o orientador do meu trabalho de final de curso.

Desde que fiz o curso do ISEB, conseguia transitar, com mais facilidade, pelas discussões que consideravam a literatura um fato social e cultural e não somente um produto estético, fechado em si mesmo. Penso que nunca assumi a análise do texto literário sem prestar atenção no contexto em que ele fora produzido, aspecto muito discutido nas aulas do ISEB e em algumas disciplinas do Mestrado na UFMG.

Na época em que cursei o Mestrado, o foco teórico era o Estruturalismo, que eu estudei à exaustão, principalmente levando em consideração autores que discutiam a Teoria, fazendo relação com outras áreas do conhecimento. Isso me permitiu construir análises literárias que levavam em consideração a relação texto *vs* contexto e essa perspectiva me deu condição de apresentar um projeto de dissertação que foi aprovado e até elogiado.

Escolhi analisar o romance *Incidente em Antares*, do escritor Érico Veríssimo, lançado em 1971, em plena Ditadura Militar, com a ajuda de reflexões do Mikhail Bakhtin sobre a carnavalização, a sátira menipeia e a crítica social. A escolha do livro e da teoria com que embasei a dissertação possibilitava-me retomar a relação História e Literatura, que era a vertente crítica que me interessava à época.

3 – No início da década de 1990, a senhora, de certa maneira, inaugurou no Brasil os estudos sobre a “carnavalização”, o “real maravilhoso” (via Alejo Carpentier, das Antilhas) e o “maravilhoso” (via Jacques Aléxis, do Haiti). Poderia retomar alguns aspectos da pesquisa feita sob orientação da Professora Eneida Maria de Souza e coorientação do Professor Daniel Henry Pageaux?

Não é verdade que eu tenha inaugurado os estudos sobre a carnavalização no Brasil e que eu tenha sido a primeira pesquisadora a discutir os conceitos de “real maravilhoso”, de Alejo Carpentier e o de “maravilhoso”, a partir das reflexões encaminhadas pelo crítico haitiano Jacques Stéphen Aléxis, assassinado, em 1961, pela Tonton Macoute, a temida força paramilitar do regime ditatorial de François Duvalier. Havia no Brasil, principalmente na USP, UERJ, UFRGS e PUC do Rio Grande do Sul, estudiosos(as) das literaturas francófonas que já consideravam esses conceitos. Por isso, eu, depois de ter estudado a literatura do Borges, do Cortázar e de outros autores da América Latina, passei a fazer contato com grupos de pesquisadores das literaturas das Antilhas Francesas que seguiam diferentes rotas do chamado “realismo mágico”. Motivada por essas discussões, voltei a obras de autores sul-americanos e reli o *Pedro Páramo*, do Ruan Hulfo, *Cem anos de solidão*, do García Márquez, o “O Guarda-chaves”, de Juan José Arreola. Junto com a Ivete Walty desenvolvi, na UFMG, um projeto sobre escritores da América Latina que me instigou a também conhecer a literatura de Cuba, principalmente as obras do Alejo Carpentier.

Após o estágio sanduíche, na França, fiz parte de um grupo de discussões voltado à literatura francófona das Antilhas, coordenado pela Profa. Eunice Galery, na FALE/UFMG. Como integrante desse grupo, pude conhecer melhor a literatura da Martinica e do Caribe e, acho que, por minha própria conta, fui aprofundando as pesquisas sobre as obras do Alejo Carpentier.

Essas novas incursões me fizeram perceber as limitações do conceito de “literatura fantástica”, discutido por Tzvetan Todorov em livro traduzido no Brasil em 1970 e com o qual alicercei as discussões apresentadas na minha dissertação de Mestrado. Considerei que a teoria do Todorov era incapaz de dar conta do que Stéphen Aléxis, Carpentier e muitos escritores e teóricos das Antilhas e do Haiti denominavam de real maravilhoso, realismo fantástico, *merveilleux* e mesmo de realismo mágico.

No estágio sanduíche na França, sob a orientação do Prof. Henri Pageaux, no início da década de 1990, retomei muitas das discussões sobre o *merveilleux* haitiano e sobre o real maravilhoso, visto a partir da percepção do Alejo Carpentier, para a

discussão do romance *O reino deste mundo* e da peça *La tragédie du Roi Christophe*, do Aimé Césaire, obras que também me permitiam explorar a relação História e Literatura e algumas das teorias sobre o imaginário cultural e social, discutidas a partir de teorias desenvolvidas pelo Prof. Pageaux, um especialista em Alejo Carpentier.

Ao voltar ao Brasil, a Profa. Eneida Maria de Sousa, minha orientadora, me sugeriu incluir, na tese, uma obra da literatura brasileira, para que eu pudesse justificar a pesquisa na área em que ela se desenvolveu na FALE/UFMG. Escolhi incluir o romance *Viva o povo brasileiro*, do João Ubaldo Ribeiro, pela possibilidade de continuar discutindo a relação entre História e Literatura que também levava em consideração as encenações literárias do Henri Christophe, um antigo escravo que se tornou presidente do Haiti. Passei a conhecer melhor as diversas versões históricas e literárias criadas sobre essa instigante personagem da história do Haiti e vários aspectos da colonização francesa nas Antilhas. Cheguei a integrar, a convite do Prof. Maximilien Laroche, da Universidade do Laval, no Canadá, um grupo de estudiosos do Henri Christophe. Abandonei essas pesquisas ao me aposentar, na UFMG, em 1994, e, principalmente, ao assumir a disciplina Literaturas Africanas de Língua Portuguesa na PUC Minas, em 1995.

As muitas discussões sobre o “real maravilhoso”, via Alejo Carpentier, e sobre o “maravilhoso”, via Jacques Stéphen Alexis, são aspectos da pesquisa que desenvolvi na Sorbonne Nouvelle, sob a supervisão do Prof. Pageaux e, na volta ao Brasil, com a Eneida Maria de Sousa, minha orientadora de tese. Na tese, apresentei reflexões sobre questões que estavam sendo discutidas na França, sobretudo, no âmbito da Literatura Comparada, mas que não estavam presentes, de forma mais sistemática, nas discussões do Departamento a que eu pertencia na UFMG.

Como pode ser constatado, minha tese pende para discussões que estavam sendo produzidas em vários núcleos de investigação sobre as literaturas francófonas, as quais, à época, eram retomadas, no Brasil, a partir das literaturas das Antilhas Francesas e do Canadá. O diálogo proposto por minha tese entre obras literárias das Antilhas e do Brasil retomou discussões de alguns desses grupos, perspectivas encaminhadas por obras do Prof. Henri Pageaux sobre a literatura de Alejo Carpentier e discussões no campo da Literatura e Sociedade, Literatura e História, herança do meu curso no ISEB.

4 – Conte-nos sobre sua trajetória pessoal e acadêmica ao encontro dos estudos de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa.

Eu entrei no Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas, como professora das literaturas africanas de Língua Portuguesa, em fevereiro de 1995. Essas literaturas já vinham sendo estudadas em outras universidades, geralmente integradas aos estudos de Literatura Portuguesa. Alguns pioneiros, como o Prof. Fernando Mourão, do Centro de Estudos Africanos, criado em 1966, na USP, e

alguns professores da USP, da UFRJ, da UFF, da PUC Rio, já trabalhavam com autores e autoras africanos desde a década de 1970. Dentre eles, Maria Aparecida Santilli, Jorge Fernandes da Silveira, Vilma Areas, Maria Aparecida Ribeiro, Laura Cavalcante Padilha. Mas em nenhuma dessas universidades existia, até então, cursos específicos de literaturas africanas de Língua Portuguesa. Na maioria das vezes, os estudos sobre essas literaturas eram oferecidos nas disciplinas de Literatura Portuguesa. Na Faculdade de Letras, na UFMG, a Profa. Lélia Duarte, uma das docentes de Literatura Portuguesa, incluía, dentre os estudos sobre autores e autoras da Literatura Portuguesa, alguns escritores das literaturas africanas. A Profa. Lúcia Castelo Branco, também de Literatura Portuguesa, tinha artigos publicados sobre livros do Luandino Vieira. Nessa época, a exceção foi o curso da PUC Minas, criado em 1989, em nível de Pós-graduação, com Mestrado em Letras – Literaturas em Língua Portuguesa.

Na UFMG, sendo professora do Departamento de Semiótica e Teoria da Literatura, instigada por algumas ementas de cursos, cheguei a ler algumas obras de escritores africanos de língua portuguesa porque a Editora Ática lançara, no Brasil, entre 1979 e 1991, uma série de obras de autores africanos de várias nacionalidades. *A vida verdadeira de Domingos Xavier*, de Luandino Vieira, foi o livro que inaugurou a coleção, em 1979, junto com *Os flagelados do vento leste*, de Manuel Lopes, de Cabo Verde. Foram lançados vários outros autores e eu cheguei a comprar alguns livros da coleção, dentre eles, *Kinaxixi e Outras Prosas*, do Arnaldo Santos, *Estórias do Musseque*, do Jofre Rocha, *Nós matamos o Cão Tinhoso*, de João Bernardo Honwana, *As aventuras de Ngunga*, de Pepetela, e o *Dzanga dia Muenhu*, do Boaventura Cardoso, cuja escrita abririam novas trilhas no campo da escrita literária. Eu tinha, portanto, conhecimento de algumas obras literárias, mas nada sabia sobre a instituição literária de cada um dos países africanos de língua portuguesa.

A imersão mais efetiva nas literaturas dos países africanos de língua portuguesa só se deu após eu ter sido convidada pela coordenadora do Programa de Pós-graduação da PUC Minas, Profa. Dra. Ângela Leão, para assumir a disciplina Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, no Mestrado. Ao ser convidada a assumir a disciplina, pedi um prazo para pensar sobre o convite e para conhecer obras de autores e autoras dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa existentes na Biblioteca da PUC Minas. Li, nesse período, muita poesia, uma significativa quantidade de contos de diferentes autores e autoras e alguns dos romances existentes na Biblioteca da PUC Minas. Li também obras críticas que me foram cedidas pela Profa. Lélia Duarte, professora de Literatura Portuguesa na UFMG. Após decidir assumir a disciplina no Mestrado da PUC Minas, elaborei as ementas dos primeiros cursos que ofereci, valendo-me de teorias que eu conhecia bem em decorrência das pesquisas realizadas na França e das discussões que apresentei em minha tese de doutorado.

As teorias de que me vali para oferecer os primeiros cursos vinculavam-se à Negritude e às reflexões de Aimé Césaire, Frantz Fanon, René Depestre, Édouard Glissant, teóricos que circulavam ainda pouco no Brasil. Lembro-me de ter recebido crítica por considerar aspectos negritudinistas na obra poética de Noémia de Sousa, mas o sólido conhecimento que eu tinha da Negritude, em decorrência dos estudos realizados no estágio sanduíche na Sorbonne Nouvelle, em Paris, me autorizavam a considerar feições negritudinistas visíveis na obra de alguns poetas de Angola, Moçambique e de outros países africanos, embora eu tivesse certeza de que a Negritude, como um movimento, não chegara à África de Língua Portuguesa. Essa questão ficou solidificada com a publicação do livro do Pires Laranjeira, *A Negritude africana de língua portuguesa* (1995), a que tive acesso no ano de 1998, em Portugal.

A boa prática em pesquisa que eu trouxera da UFMG me ajudou muito na condução das aulas e das orientações nos primeiros anos de PUC Minas. Já em 1995, ano em que entrei na PUC Minas, tive de assumir a orientação de três alunos que haviam escolhido fazer dissertação sobre autores africanos. Eles precisavam defender a dissertação no final de 1995, mas estavam muito atrasados com a pesquisa, porque não tinham orientador(a). Orientar os três alunos que haviam lido muitas obras de escritores africanos nos cursos, mas que não dominavam nenhuma teoria que pudesse alicerçar as suas dissertações, foi a minha prova de fogo. A orientação desses primeiros orientandos me mostrou o quanto é importante propor um cronograma de orientação em que as etapas da pesquisa sejam seguidas pelos orientandos(as) e orientador(a) a partir de encontros frequentes em que as questões mais pontuais possam ser resolvidas, e contornadas as dificuldades decorrentes da prática em pesquisa. Felizmente, as dissertações das duas alunas e de um aluno foram defendidas no prazo, tendo alcançado notas excelentes na defesa.

Também em 1995, ano em que entrei na PUC Minas, por sugestão de Dona Ângela e do Pe. Geraldo Magela, o reitor da PUC Minas, consegui realizar o I Simpósio de Estudos Africanos, que contou com a presença de escritores e teóricos angolanos e moçambicanos – Jofre Rocha, de Angola, Gilberto Matusse de Moçambique – e com a Profa. Inocência Mata, que eu não conhecia até então. Do Brasil, além dos professores que assumiram a disciplina Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, de 1989 a 1994, Profa. Maria Aparecida Santilli e Prof. Benjamin Abdalla Júnior, da USP e Profa. Laura Padilha, da UFF, estavam presentes muitos professores e alunos vindos das universidades brasileiras que já contavam com a disciplina em suas grades curriculares. Entre os professores que já ministravam a disciplina em outras universidades, ressalto Rita Chaves, da USP, e Carmen Tindó, da UFRJ, pela importante participação no evento e porque, a partir de então, estiveram sempre em vários momentos em que precisei contar com a ajuda delas para organizar eventos e compor bancas de defesa.

O I Simpósio de Estudos Africanos teve uma boa repercussão no Brasil, em Portugal, em Angola e em Moçambique e ajudou a projetar a PUC Minas como um importante espaço de pesquisa e disseminação de estudos sobre as literaturas africanas de Língua Portuguesa, posição que se fortaleceu não somente com os demais eventos produzidos na área, mas também com a criação dos Seminários Internacionais Guimarães Rosa, coordenados pela Profa. Lélia Parreira Duarte, docente de Literatura Portuguesa, com as publicações da revista *Scripta*, criada em 1997, e do Dossiê de Literaturas Africanas nessa revista. A *Scripta*, apesar de ter alterado a antiga estruturação que privilegiava os dossiês de literaturas africanas, brasileira e portuguesa, continua a publicar textos sobre as literaturas africanas. Foram também importante meio de divulgação do trabalho realizado na PUC Minas para consolidar os estudos sobre as literaturas africanas de língua portuguesa os números publicados do *Veredas de Rosa*, organizados pela Profa. Lélia Duarte. Com várias atividades e publicações, a PUC Minas projetou-se no cenário nacional e internacional como um centro de pesquisa importante na área das literaturas africanas de Língua Portuguesa, principalmente porque conseguiu trazer muitos teóricos de universidades em que tais estudos se fortaleceram no Brasil, em Portugal e na África de Língua Portuguesa. E por contar com a presença de muitos(as) escritores(as) africanos(as) em palestras e discussões sobre sua obra.

5 – Como a PUC Minas colaborou, no cenário nacional e internacional, para a difusão dos estudos críticos e dos textos literários produzidos nos CINCO?

O curso de pós-graduação em Letras da PUC Minas, como já ressaltado na pergunta anterior, teve o privilégio, desde a criação do Mestrado em Literaturas de Língua Portuguesa, em 1989, de contar com um grupo de professores e professoras que se responsabilizaram pela disciplina Literaturas de Língua Portuguesa entre 1989 e 1994. Por isso, reitero, foi importante a contribuição de professores como Maria Aparecida Santilli e Benjamin Abdalla Júnior, da USP, Laura Cavalcante Padilha, da UFF, e Lourenço do Rosário, de Moçambique nos anos iniciais do Mestrado em Letras da PUC Minas. Esses professores começaram a divulgar o trabalho da PUC em suas universidades e em outros centros de estudo e o Prof. Lourenço do Rosário fez o mesmo em seu país. O Prof. Lourenço do Rosário tornou-se responsável por apresentar aos(as) mestrandos(as) escritores e escritoras moçambicanos e angolanos e por trazer várias obras literárias a cada vez que vinha ministrar cursos no Programa de Pós-graduação da PUC Minas. Foi ele quem apresentou aos alunos os poemas de Noémia de Sousa, José Craveirinha, Agostinho Neto e romances e contos de Pepetela, Manuel Rui, Luiz Bernardo Howana e, principalmente, os contos iniciais do Mia Couto e o romance *Terra sonâmbula*, analisados por ele em vários de seus cursos. Esse trabalho explica o fato de duas das dissertações levadas à defesa por mim, em 1995, terem como proposta o estudo de obras do Mia Couto. A terceira

apresentou, pioneiramente, um estudo sobre poemas de Noémia de Sousa, muitos deles nos foram cedidos pelo Arquivo Histórico de Moçambique. O escritor Mia Couto, em vários momentos, no Brasil e em Moçambique, expressou o sentimento de gratidão pela acolhida de suas obras pelos pós-graduandos da PUC Minas, desde os primeiros anos do Mestrado.

Foi muito importante para a divulgação do trabalho executado pela PUC Minas com relação ao ensino e às pesquisas voltadas às literaturas africanas de língua portuguesa o fato de o Programa de Pós-graduação em Letras ter a disciplina como obrigatória, e não apenas como optativa, no currículo de Mestrado e, posteriormente, no do Doutorado. Essa condição só foi alterada em meados dos anos 2000, quando as disciplinas obrigatórias; Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Literatura Portuguesa, passaram a constituir uma disciplina obrigatória única, em que são privilegiadas as interseções entre essas literaturas, abrindo-se um caminho mais comprometido com o Comparativismo Literário, embora conceitos e teorias específicas da área nem sempre precisassem estar presentes nos cursos.

Infelizmente, com a alteração da carga horária da disciplina obrigatória, ofertada com 60 horas, os resultados obtidos foram bastante afetados. O aprofundamento dos estudos sobre a disciplina passou a ser feito quase que exclusivamente pelas disciplinas optativas e, principalmente, pelos grupos de estudo criados na área.

Para reiterar a importância da PUC Minas na difusão dos estudos críticos e dos textos literários produzidos nos países africanos de língua portuguesa, é preciso considerar também que o Programa de Pós-graduação da PUC Minas trouxe vários teóricos e críticos estrangeiros para oferecer cursos, minicursos e palestras na Pós-graduação em Letras, principalmente quando era Reitor o Padre Geraldo Magela.

Dentre os teóricos e críticos estrangeiros, destaquem-se a Profa. Ana Maria Mão-de-Ferro Martinho, da Universidade Aberta de Lisboa, a Profa. Inocência Mata, da Universidade de Lisboa, o Prof. Pires Laranjeira, da Universidade de Coimbra e o Prof. Russell Hamilton, que trabalhou em várias universidades americanas, tendo residido em todos os países de língua portuguesa, para conhecer de perto suas cultura e literatura. Alguns críticos estrangeiros participaram de eventos importantes organizados pela Pós-graduação e, dentre vários, devem ser destacados Gilberto Matusse, Fátima Mendonça e Francisco Noa, de Moçambique, Moema Augel, sem dúvida, a grande estudiosa da literatura da Guiné-Bissau, Ana Mafalda Leite, da Universidade de Lisboa.

Além dos professores que assumiram as primeiras turmas da disciplina no Mestrado, Maria Aparecida Santilli, Benjamin Abdalla Júnior e Laura Padilha, estiveram em várias atividades do Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas, em diferentes momentos, Rita Chaves, Tânia Macedo, Simone Caputo Gomes, da USP, Carmen Lúcia Tindó Secco e Teresa Salgado, da UFRJ. Escritores e escritoras

africanos(as) estiveram presentes, na PUC Minas, para participar de eventos e, por vezes, para apresentar seus livros aos(as) alunos(as). Dentre vários, podem ser destacados, Jofre Rocha, Pepetela, José Eduardo Agualusa, Ondjaki e João Melo, de Angola, Orlanda Amarilis e Vera Duarte, de Cabo Verde, Mia Couto, Paulina Chiziane, de Moçambique, Odete Semedo e Abdulai Sila, da Guiné-Bissau, nos anos 1990 e na primeira década dos anos 2000.

Até 2010, a PUC fortaleceu o seu lugar de destaque nos estudos sobre as literaturas africanas de língua portuguesa com os dois Simpósios Internacionais de Estudos Africanos (1995 e 2003), com os Seminários Internacionais Guimarães Rosa, que criaram uma feição voltada aos escritores africanos leitores de Guimarães Rosa, e o IV Encontro de Literaturas Africanas, em parceria com a UFMG e a UFOP, em 2010. Considero também muito importante o fato de a escritora Odete Semedo haver escolhido fazer o Doutorado na PUC Minas. Ela, além de divulgar o trabalho feito pela PUC Minas na área, contribuiu muito para um maior intercâmbio entre alunos guineenses matriculados na PUC Minas e na UFMG.

Vejo, com imensa satisfação, as propostas atuais do Centro de Estudos Luso Afro-Brasileiro (CESPUC) e da Coordenação do Programa de Pós-graduação em Letras, no sentido de revitalizar o lugar antes ocupado pela PUC Minas nas discussões sobre as literaturas africanas, brasileira e, também, sobre a portuguesa. Vejo, com entusiasmo, as propostas encaminhadas por eventos programados para 2022 que, certamente, expandirão as realizações culturais que fizeram da PUC Minas, sobretudo na década de 1990 e na primeira década dos anos 2000, um excelente Fórum de discussão teórica e literária.

6 – Nos primeiros anos da década de 1990, como era, no Brasil, a recepção dos textos (poéticos e ficcionais) de autores africanos de língua portuguesa? Quais eram os autores mais lidos aqui no final do século XX e como suas obras circulavam entre os pesquisadores e estudantes?

Nos primeiros anos da década de 1990, os poetas mais estudados eram os pertencentes à literatura engajada, como Agostinho Neto, António Jacinto, Viriato da Cruz, Noémia de Sousa, José Craveirinha, Francisco José Tenreiro, Alda Espírito Santo. Os poetas criadores de *Claridade*, de Cabo Verde, também já eram estudados, embora, na minha opinião, os estudos sobre a literatura de Cabo Verde só tenham ganhado maior visibilidade a partir do impulso extraordinário que tiveram em decorrência do trabalho realizado pela Profa. Simone Caputo, da USP, na divulgação da cultura e da literatura do arquipélago.

Ressalto, por fim, que, mesmo quando muitas obras de autores e autoras africanos(as) de língua portuguesa eram estudadas através de cópias xerocadas, a biblioteca da PUC Minas já era reconhecida por seu acervo de obras africanas de língua portuguesa, o que permitia uma variedade de leituras de poetas e ficcionistas africanos.

7 – Sabe-se que, a partir da década de 1980, há marcos significativos na produção de textos narrativos africanos, como é o caso, por exemplo, de romances angolanos e moçambicanos. Como a crítica literária brasileira recebeu e colaborou para popularização desses romances entre o público leitor?

Como expliquei em pergunta anterior, a Editora Ática publicou, entre 1971 e 1991, várias obras de escritores africanos e essa coleção foi fundamental para os primeiros cursos de literaturas africanas. Não sou capaz de esclarecer quais narrativas africanas foram mais lidas nos cursos criados pela USP, e pela UFF e pela UFRJ, na fase inicial do ensino das literaturas africanas de língua portuguesa no Brasil. Nos primeiros cursos da PUC Minas que ofereci, além de explorar as narrativas publicadas pela Ática, sobretudo as de Luandino Vieira e Pepetela, foram discutidas obras de Uanhenga Xitu, contos e romances de Arnaldo Santos, contos de Orlanda Amarilís, e os poetas mais conhecidos de cada um dos 5 países africanos de língua portuguesa, principalmente os selecionados pelas antologias organizadas por Manuel Ferreira, Mário Pinto de Andrade e Francisco José Tenreiro, mas também poemas de autores(as) pouco conhecidos no Brasil, porque tínhamos o empenho de divulgar um número maior de escritores e escritoras, cujas obras eram trazidas nas viagens que fiz aos países africanos. Foram muito lidos os livros do Mia Couto, porque esses eram mais fáceis de ser adquiridos em Portugal.

Mas, repito, não tenho condição de dizer quais eram os autores e as autoras mais lidos(as) nos primeiros cursos de literaturas africanas oferecidos no Brasil a não ser considerando os cursos oferecidos pelo Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas. Uma pesquisa feita por uma ex-orientanda minha, Eni Alves Rodrigues, comprova que o Mia Couto era, no período pesquisado por ela, o autor africano mais lido no Brasil. Eram também bastante lidos o Pepetela e a Paulina Chiziane.

8 – Certa feita, a professora e intelectual de São Tomé e Príncipe, Inocência Mata, no momento da arguição da tese de Assunção de Maria Sousa e Silva, feita sob sua orientação no PPGL/PUC Minas, disse que não indicaria nenhum acréscimo teórico sobre o tema “memória” pesquisado na tese, por considerar que a senhora é uma das grandes especialistas nessa temática. Pode-se afirmar que esse profundo trabalho de pesquisa com a “memória” teve seu início em 1999 no escopo do projeto “Lugares de memória: literatura, arte e objetos de culto em desenvolvimentos contemporâneos” (CNPq)? Que capilaridade esse operador conceitual pavimentou após mais de duas décadas de pesquisas desenvolvidas?

Sempre trabalhei com o conceito de memória em minhas pesquisas. De forma institucional, esse trabalho inicia desde o projeto *Literatura e diferença*: traços para a construção de imagens de nação e de nacionalidade na literatura, desenvolvido

no período de 1996 a 1999, com bolsa do CNPq. Pesquisei nesse projeto a força da memória na literatura produzida em espaços colonizados. De forma específica, além do projeto mencionado por vocês, *Lugares de memória: arte e objetos de culto em desenvolvimentos contemporâneos* (1999 – 2003), desenvolvi outros projetos sobre o tema como: *Poéticas afro-brasileiras: memória e dispersão em rituais da palavra* (2003-2006), *Percursos da memória nas literaturas africanas de língua portuguesa contemporâneas* (2006-2010) e ainda continuo a trabalhar com o projeto *Desdobramentos e proliferações da memória nas culturas/literaturas africanas de língua portuguesa* que me fez aprofundar estudos sobre a encenação da memória não somente na literatura, mas também na arte de vários artistas africanos(as) de vários países do continente. É uma pesquisa que tem me possibilitado investigar os vários desdobramentos da memória coletiva e individual em expressões culturais diversas. Todos esses investimentos me deram uma maior mobilidade na discussão do conceito de memória e até condição para questionar as visões de uma memória essencialista e imutável. Fui pesquisadora de um projeto redigido por mim e pela Inocência Mata e coordenado por ela, *Trânsitos de Memória nas Culturas/Literaturas Africanas de Língua Portuguesa: o lugar dos textos memorialistas e o resgate da função tradicional do registo histórico*. Esse projeto foi muito importante para a divulgação de minhas pesquisas sobre a memória de guerras africanas. Desliguei-me dele, em 2018, após deixar a PUC Minas.

Gosto de perceber como os(as) escritores(as) e os(as) artistas trabalham com a memória em suas múltiplas feições. Essa discussão tem-me permitido trabalhar não apenas com a literatura, mas com a arte africana, produzida por artistas de vários países do continente, e investir em novos gêneros textuais que vêm surgindo nos países africanos de língua portuguesa: diários, depoimentos, testemunhos e obras de ficção que resgatam a memória da guerra colonial e de guerrilheiros(as) que dela participaram. No campo das artes plásticas, já pesquisei, de forma mais verticalizada, os trabalhos de artistas como Romuald Hazoumé, do Benin, Gonçalo Mabunda, de Moçambique, António Ole, de Angola e, sobretudo, a arte de Jane Alexander, Mary Shibande e Zanele Muholi, da África do Sul, porque tenho privilegiado o trabalho de artistas mulheres que exploram o tema da memória em suas produções artísticas.

9 – Uma marca de seu trabalho de investigação é o diálogo sempre profícuo de textos literários e outros sistemas semióticos. Poderia compartilhar as razões que a levam, por exemplo, a estudar tecidos, instalações e outros receptáculos da criação artística de autoria africana e da diáspora?

Como disse, ao responder à pergunta anterior, gosto de acompanhar as relações entre a literatura e outros sistemas semióticos, certamente ainda motivada pelo trabalho que desenvolvíamos no Departamento de Semiótica e Teoria da Literatura, na UFMG. Gosto de compreender as relações que podem ser estabelecidas entre

textos literários com manifestações culturais dos contextos em que são produzidos. Essa curiosidade me fez pesquisar, por exemplo, a memória do Largo Kinaxixi, em Luanda, e costumes africanos ligados à arte de tecer (colares, pulseiras e panos). Essa pesquisa me conduziu aos famosos “panos africanos” produzidos por uma indústria holandesa, desde o século XIX, e me instigou a saber mais sobre os panos produzidos em África, como o “pano di penti” a que fui apresentada pela Odete Semedo, em Bissau, o “pánu di téra”, que conheci em Cabo Verde, o pano da costa, que conheci em Angola, e muitos outros panos tradicionais africanos que fui conhecendo em museus dos Estados Unidos, da África e mesmo do Brasil. Após a magnífica exposição *Panu di Penti*, realizada pela Odete Semedo na PUC Minas, em 2006, fiquei interessada em conhecer a história dos panos vendidos como africanos em vários países do continente e também em países europeus, ainda sem saber que os belos tecidos vendidos em lojas, mercados e feiras, em vários lugares do continente africano, eram produzidos na Europa.

Para aprofundar o que intuitivamente fui aprendendo sobre os panos africanos, fiz pesquisas e cursos sobre a vasta tradição têxtil africana que me possibilitou conhecer tradições em torno de tingimentos, geralmente feitos a partir de folhas e flores, como o *Indigo*, magnificamente produzido e usado pelos tuaregues, no Marrocos, o *kente*, usado pelo povo Ashanti, o *Adinkra*, de Gana, o *bogolan*, do Mali, o *Kuba*, do Congo, e as muitas tradições em torno de outros panos, muitos deles vendidos, atualmente, somente para galerias de arte e colecionadores.

A partir dessas pesquisas, pude entender que há panos tradicionalmente produzidos por diferentes povos africanos que dão a eles, inclusive, um sentido religioso, e panos que chegaram à África levados pelas rotas comerciais abertas pelos europeus no continente e que, ao longo dos tempos, tornaram-se africanos porque, embora produzidos industrialmente na Holanda, eram vendidos no continente africano, muitas vezes atendendo a encomendas específicas de diferentes países africanos. Esses panos foram, desde 1846, fabricados pela empresa holandesa Vlisco, fundada pelo empresário holandês Pieter van Vlissingen, na antiga cidade têxtil de Helmond, Holanda. Os panos produzidos pela Vlisco desde o século XIX conquistaram o mercado africano porque eram fabricados por um processo industrial que barateava a produção de panos como o batik, produzido de forma artesanal pela Indonésia e durante muito tempo vendido na África. Como acentuei, os panos produzidos pela Vlisco, ao longo dos tempos, começaram a ser estampados com motivos que reproduziam elementos de tradições de diferentes países africanos, processo que aumentou ainda mais o interesse por esses tecidos em África. Pode-se dizer que os tecidos produzidos pela Vlisco influenciaram culturas de várias partes do continente africano, sendo referidos como parte da identidade africana e, inclusive, adotados por vários estilistas africanos, ainda que não possam ser considerados genuinamente

africanos. A Vlisco continua a imperar no mercado africano com tecidos que têm vários nomes, sempre remetendo à sua origem javanesa/holandesa: *Dutch wax print*, *Veritable Java Print*, *Guaranteed Dutch Java*, *Veritable Dutch Hollandais*. Tem lojas em Berlim, Londres, Nova York, Paris, Tokio, Amsterdan e em Abidjã, na Costa do Marfim.

A história desses panos industrialmente produzidos fora da África é uma demonstração de que as tradições podem ser inventadas e reinventadas e de que, quando se fala em panos africanos, na maioria das vezes, estamos nos referindo, às vezes sem o saber, aos tecidos produzidos pela empresa holandesa, que podem ser comprados em qualquer país africano, em alguns países da Europa e até mesmo no Brasil. São os panos coloridos, muito bonitos que a gente compra, “achando que são genuinamente africanos”.

Gosto muito também de acompanhar instalações e propostas de arte de artistas africanos de vários países. Uma curiosidade que, muitas vezes, é alimentada por ex-orientandos como o Wellington Marçal, que me apresentou ao instrumento kora e ao músico Toumani Diabaté, do Mali, e ao Yinka Shonibare, artista anglo-nigeriano, autor de instigantes releituras de uma tradição de que fazem parte os panos africanos produzidos na Holanda. Cada vez mais me interessa pelo trabalho realizado por estilistas do Mali, do Senegal e de outros países africanos, conhecidos a partir das pesquisas que me propiciaram conhecer alguns tecidos que ficaram esquecidos, após a invasão dos panos da empresa Vlisco. Vale a pena conhecer o trabalho de vários estilistas africanos que estão integrando os tecidos africanos – os produzidos na África e os produzidos pela Vlisco – em suas criações, produzindo novas leituras sobre os panos africanos. Tenho pesquisado o trabalho de alguns estilistas que me foram apresentados por minha filha mais velha, professora de História do Design da FAAP (SP). Ela me abriu as portas para conhecer o trabalho que vem sendo feito pelos estilistas africanos Lamine Badian Kouyaté e Aboubakar Fofana, do Mali, Palesa Mokubung, Sindiso Kumalo e Laduma Ngxokolo, da África do Sul, Jamil Walji, do Quênia e por estilistas de Angola. Há muitos trabalhos publicados, no Brasil, sobre os “panos africanos” produzidos pela Vlisco.

10 – Em 2012, a senhora fez parte e liderou a comissão organizadora do IV Encontro de Professores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, sediado em Ouro Preto – Minas Gerais. Poderia compartilhar algumas lembranças sobre os inúmeros “diálogos impertinentes” que tiveram como palco os vários espaços da histórica cidade mineira?

A intenção desse memorável evento, o IV Encontro de Professores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, era dar sequência aos encontros anteriores, acontecidos em Niterói, em 1991, em São Paulo, em 2003, e no Rio de Janeiro, em 2007, e, de certa forma, aprofundar a discussão sobre os estudos e pesquisas sobre as literaturas

africanas nos países africanos, na Europa e no Brasil, frente aos avanços proporcionados pelos estudos pós-coloniais. O próprio título do evento, *África: dinâmicas culturais e literárias*, expunha uma visão não concordante com essencialismos e centramentos, abrindo-se aos deslocamentos, trânsitos e diálogos.

Na proposta do evento, os “diálogos impertinentes” constituíram uma intencional provocação que valorizava diferentes pontos de vista sobre um mesmo tema. Um tema era lançado para ser discutido por teóricos de diferentes tendências e, por vezes, focalizando questões e polêmicas das literaturas dos cinco países africanos de língua portuguesa. A proposta de fomentar discussões e rever os essencialismos ainda muito presentes nos estudos das culturas e literaturas africanas ganhou força nas várias sessões do IV Encontro, como ficou demonstrado nas reflexões produzidas pelos críticos africanos, europeus e brasileiros que integraram as principais sessões do evento, publicadas, posteriormente, em livro e em números especiais de periódicos da PUC Minas. Uma grande coleção de fotografias do IV Encontro foi exibida na PUC, em momentos especiais. O vídeo apresentado na abertura do evento foi reapresentado em sessão do VI Encontro de Professores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa / II da AFROLIC, em Recife, em 2016.

No lançamento do número 81 da revista da Academia Mineira de Letras, realizado em Ouro Preto, em julho de 2022, pude lembrar aos presentes a importância do IV Encontro, sobretudo porque foi um dos últimos encontros que contou com grande presença de teóricos, estudiosos e escritores e escritoras africanos(as), permitida pelas parcerias importantes, sobretudo com o Fórum das Letras, de Ouro Preto, que possibilitou a vinda de vários escritores e escritoras africanos presentes nos eventos que aconteceram simultaneamente: o IV Encontro de Professores de Literaturas Africanas e o Fórum das Letras.

11 – Como a senhora avalia a formação de novos professores e pesquisadores sobre as literaturas africanas de língua portuguesa nas universidades brasileiras? Que marcos importantes de continuidade e ruptura nos estudos críticos podem ser destacados?

Não saberia avaliar a formação de novos professores na área das literaturas africanas de língua portuguesa, porque, tendo me afastado do magistério superior em 2018, decidi ocupar o meu tempo com leituras, escrita de artigos e encontros de discussão de temas que me atraem. Às vezes converso, inclusive *on-line*, com alunos e alunas de cursos de Letras e alguns(as) comentam o fato de as aulas de literatura estarem sendo oferecidas com carga horária reduzida e, muitas vezes, não haver, em alguns cursos de Letras, opção para se estudar literatura que não seja a brasileira. Converso também com professores que estão na ativa e muitos comentam a redução de carga horária de literatura e o ingresso de alunos, em curso de Letras, com pouquíssimo domínio de leitura literária. Muitos professores consideram que a pouca procura do

mercado de trabalho por especialistas em literatura tem levado os cursos de Letras a investirem mais na área da Linguística e na formação de docentes que irão atuar no ensino da Língua Portuguesa, disciplina obrigatória em todos os currículos de Letras. Muitas faculdades particulares têm feito essa opção e, quando ainda têm aulas de literatura, elas são ministradas com carga horária mais reduzida, o que prejudica a formação de bons professores na área. Há muito tempo que esse formato vem sendo adotado, prejudicando a formação de docentes em literaturas africanas de língua portuguesa e também em literatura portuguesa.

Por outro lado, tenho conhecido propostas bastante interessantes de comparativismo que permitem o estudo das literaturas africanas em comparação com outras literaturas e excelentes encaminhamentos de estudos sobre as literaturas africanas de língua portuguesa mais voltados às produções atuais, cujos interesses se distanciam da literatura de contestação e de endosso de ações em defesa da libertação dos países africanos do colonialismo. Percebo, também, que novos(as) poetas(isas) e ficcionistas dos países africanos de língua portuguesa estão sendo estudados e que vêm sendo ampliados os estudos sobre novos gêneros textuais que vêm surgindo com a publicação de autobiografias, biografias, testemunho e diários, principalmente em Angola e Moçambique. Nos cursos oferecidos na fase de implantação dos estudos das literaturas africanas de língua portuguesa, no Brasil, obras pertencentes a esses gêneros sequer existiam, ainda que fosse bastante imperativo o estudo de obras literárias voltadas à denúncia dos horrores implantados pelo colonialismo em África.

O *literÁfricas* tem-nos permitido perceber quais feições literárias têm sido mais procuradas por quem acessa os textos postados nas seções já abertas. Verificamos que os textos que pretendem dar uma visão mais geral da literatura de cada um dos países africanos de língua portuguesa têm tido um grande número de acessos, o que nos permite constatar haver interesse por conhecer as feições das instituições literárias de cada país, já que são poucos os textos publicados no Brasil nessa direção, em visão panorâmica, isto é, textos que apresentam as particularidades da história literária de cada país. Os acessos a esse tipo de texto têm-nos demonstrado que interessa aos estudiosos conhecer o modo como as literaturas africanas encenam os saberes locais e concretizaram “a revisão da ideologia da modernidade europeia, através de uma reinterpretação da história a partir de suas margens”, como destaca Inocência Mata em texto escrito em 2013. Considero que esse texto da Inocência Mata (2013) que discute o lugar das literaturas escritas em português, no mundo globalizado, expressa bem os desafios que o ensino das literaturas africanas de língua portuguesa precisa enfrentar, ainda que esse desafio esteja também posto às demais literaturas escritas em português:

Num mundo inexoravelmente em conexão, a perspectiva do estudo da literatura deverá ter em conta não apenas a dinâmica da história dos países de língua portuguesa, num nível transnacional, mas também uma perspectiva multidisciplinar no ensino das culturas e, particularmente, das literaturas em português (Mata, 2013, p. 115).

A meu ver, as questões postas por Mata – mesmo já estando presentes em muitos cursos de literaturas escritas em português – precisam ser consideradas pelos cursos de literaturas africanas, de forma mais persistente e consistente.

12 – Como avalia o cenário atual dos estudos sobre as literaturas dos CINCO? Quais são os “buracos negros”, tomando emprestada uma expressão de Luandino Vieira, que requerem renovada energia de pesquisa no contexto brasileiro?

Vou responder ao que me pedem, ressaltando, se entendi a pergunta, autores(as) e obras das literaturas africanas de língua portuguesa apresentados(as) nos cursos oferecidos por mim. Nas disciplinas obrigatórias, só me era permitido apresentar os escritores e as escritoras que fizeram parte dos principais movimentos literários de cada um dos países. Por isso, os cursos obrigatórios sempre tiveram por objetivo permitir aos alunos e alunas conhecer os escritores e escritoras mais significativos(as) de cada momento literário de cada país. Nas disciplinas optativas e nos grupos de estudos, eu tinha condição de trabalhar com outros escritores e escritoras de diferentes linhas temáticas e estéticas e até com escritores e escritoras menos discutidos(as) e conhecidos(as). Aliás, como o número de escritoras é sempre menor que o de escritores, sempre foi possível contemplar um maior número de escritoras, mesmo nas disciplinas obrigatórias. Mesmo assim, não tinha condição de trabalhar com os escritores menos conhecidos da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe. Lembro-me de uma crítica feita pela Inocência Mata sobre o fato de a maioria dos cursos oferecidos no Brasil sobre a literatura de São Tomé e Príncipe privilegiarem a poesia, quase sempre focalizando a produção poética de Francisco José Tenreiro, Alda Espírito Santo e, sobretudo, Conceição Lima. Mata considerava o fato de não ver muitos estudos sobre autores como Albertino Bragança e Aíto Bonfim. Ela comentou que muitos professores dão a impressão de não saberem que a literatura de São Tomé e Príncipe tem outros gêneros literários além da poesia. Vesti a carapuça, porque, em cursos meus, trabalhei pouco com os escritores nomeados por ela. Trabalhei um pouco mais com os contos do Albertino Bragança, principalmente os do livro *Rosa do Riboque*, mas quase nada com os livros do Aíto Bonfim. Em cursos da Graduação, algumas vezes, cheguei a apresentar trechos de livro do Sum Marky, quando eram discutidos textos literários sobre o Massacre de Batepá. Mas nos cursos obrigatórios da Pós-graduação, de “visão panorâmica”, só eram trabalhados poesia e contos, porque a carga horária

nunca permitia voos para outros gêneros literários. E, mesmo com relação à poesia produzida em cada um dos países africanos de língua portuguesa, nem sempre havia condição de ir além dos(as) mais conhecidos(as).

Não tenho condição de avaliar como a questão de seleção e escolhas de autores e autoras se mostra em cursos não ministrados por mim. Em cursos que possibilitam trabalhar com as literaturas de cada país, porque o currículo do curso permite isso, a visibilidade de autores e autoras deve ser bem maior. Mas em cursos de “visão panorâmica”, em que se deve apresentar a literatura dos cinco países africanos de língua portuguesa, em poucas aulas, muitos escritores e escritoras ficam de fora, principalmente com relação à literatura de Angola, Cabo Verde e Moçambique que têm um número grande de escritores.

Parafraseando o que disse o Luandino Vieira com relação aos “buracos negros” da História da Literatura Angolana, referindo-se às grandes omissões de autores e textos nunca considerados por angolanos nem por portugueses e brasileiros, poderia dizer que existem “buracos negros” nos cursos e estudos que realizamos sobre qualquer literatura. Adoro o jeito como o Luandino referiu-se, ironicamente, às escolhas que fazemos, como docentes, estudiosos e pesquisadores para tratar da literatura angolana (e, por extensão, das outras literaturas africanas). Penso que a questão posta por Luandino Vieira com relação ao que fica de fora da História da Literatura de Angola está presente em qualquer curso sobre cada uma das literaturas africanas de língua portuguesa. Quando se ensina a literatura de qualquer país, sempre fazemos escolhas, seleções e vamos jogando alguns autores e autoras e muitas obras nos terríveis “buracos negros” que as nossas próprias escolhas e preferências vão abrindo ao longo dos cursos.

13 – Qual a biografia do Grupo de Estudos Estéticas Diaspóricas (GEED) que se articula sob sua coordenação há mais de uma década?

O Grupo de Estudos Estéticas Diaspóricas (GEED) surgiu em 2010, vinculado ao *Projeto Migrações e deslocamentos*: a constituição de estéticas diaspóricas nas literaturas africanas de língua Portuguesa, aprovado pelo CNPq para o período de 2010 – 2014, embora tenha sido pensado durante o desenvolvimento do projeto *Percursos da memória nas literaturas de língua portuguesa contemporânea*, aprovado pelo CNPq para ser desenvolvido no período de 2006 – 2010. Desde sua criação, em 2010, o GEED vinculou-se ao Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas, permanecendo com essa vinculação institucional até o final do primeiro semestre de 2018, contando sempre com a presença de professores e estudantes de pós-graduação e graduação de diversas instituições de ensino superior do país como seus pesquisadores.

Outros projetos foram assumidos pelo GEED em sua história, após o encerramento do projeto *Migrações e deslocamentos – a constituição de estéticas diaspóricas*

nas literaturas africanas de língua portuguesa, a partir de 2014. No período de 2014 a 2018, o GEED passou a vincular-se ao projeto *Realismo e novos realismos nas literaturas africanas de língua portuguesa*, aprovado pelo CNPq. Esse projeto fomentou a publicação do Dossiê Realismos e Mediação da revista *Scripta* (2016), do Programa de Pós-graduação em Letras e Centro de Estudos Luso-afro-brasileiro da PUC Minas, sob a organização das Professoras Ivete Walty e Maria Nazareth Soares Fonseca, com artigos dos pesquisadores do GEED. O projeto realizou, em 2017, o minissimpósio *Realismos, deslocamentos e memória*, publicando os textos apresentados em edição dos *Cadernos CESPUC de Pesquisa*.

De 2018 ao primeiro semestre de 2022, o GEED assumiu o projeto *Desdobramentos e proliferações da memória nas culturas/literaturas africanas de língua portuguesa*, também aprovado pelo CNPq. Esse projeto, em especial, tem pesquisado a reflexão produzida por intelectuais africanos e afrodescendentes sobre a memória, a história e as injunções de lembrar e esquecer. De forma bastante incisiva, o projeto, em seus primeiros anos, aprofundou questões apontadas por Achille Mbembe sobre “os modos de inscrição da colônia nos relatos de historiadores africanos” (Mbembe, 2018, p. 179), sobre as “formas negras de mobilização da memória” e os “modos de representação da experiência colonial”, questões que, segundo Mbembe, transitam pela “comemoração ativa ao esquecimento, passando pela nostalgia, pela ficção, pelo recalçamento, pela amnésia e pela reapropriação” (Mbembe, 2018, p. 179-180). A questão da memória e da escrita da memória tem sido a principal motivação das pesquisas desenvolvidas pelo GEED.

O grupo, desde a sua criação, tem desenvolvido pesquisas orientadas pelos seguintes critérios: a cada semestre é proposto um tema para discussão, sempre relacionado ao projeto em desenvolvimento; o GEED realiza encontros quinzenais, propostos de acordo com um cronograma pré-estabelecido; nos anos de 2010, 2014, 2015 e 2018, o GEED organizou e realizou minissimpósios sobre questões temáticas discutidas em cada ano; várias atividades de enriquecimento das discussões foram e são realizadas; a cada final de semestre, o GEED realiza um *Sarau de Arte e Literatura*, para o qual são convidados também não integrantes do grupo; ao longo dos anos, o GEED tem realizado visitas a exposições de arte e a Museus de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro, de São Paulo, da França e da África do Sul. Essas atividades foram interrompidas por dois anos por causa da pandemia. É considerável a participação dos integrantes e da coordenadora em Congressos, Simpósios e Encontros sobre as temáticas desenvolvidas pelo GEED, no Brasil e no exterior, em forma de palestras, coordenação de simpósios, mesas temáticas e intervenções.

Em 2019, os geedistas Roberta Maria Ferreira Alves e Wellington Marçal de Carvalho organizaram o livro *Deslocamentos estéticos*, com artigos dos integrantes do grupo sobre temas vinculados às discussões realizadas.

Atualmente, o GEED conta com 19 integrantes, 2 mestres e 17 doutores. Vários dos pesquisadores doutores pertencem a universidades e institutos federais, localizados em diferentes regiões de Minas Gerais e do Brasil. As reuniões, a partir de 2018, passaram a contar com participação *on-line*, em virtude de vários integrantes terem passado a residir em diferentes regiões do Brasil, após terem sido aprovados em concursos em universidades e institutos federais. Com a chegada da pandemia, os encontros passaram a ser *on-line* e, a partir de 2022, ocorrem encontros híbridos, principalmente os do final de cada semestre.

Em 2022, o GEED passou a ser coordenado pelas geedistas Profa. Roberta Maria Ferreira Alves, da UFVJM, e Profa. Lílian Paula Serra e Deus, da UNILAB, de São Francisco do Conde, Bahia.

14 – Conte-nos sobre o seu projeto mais recente, o *literÁfricas*, integrado ao *literafro*, maior portal dedicado à literatura afro-brasileira. Quais são os objetivos desse projeto e as expectativas em relação ao alcance e aos acessos ao *literÁfricas*?

No primeiro semestre de 2020, o GEED assumiu a *Aba – literÁfricas*, no site do *literafro* administrado pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade (NEIA) da FALE/UFMG. Nesse novo local de atuação, integrantes do GEED são responsáveis pela produção e postagem de textos sobre as literaturas africanas de língua portuguesa, em particular, mas também sobre as literaturas diaspóricas, sem interferir nos objetivos do *literafro*, que se volta à publicação e postagem de textos de vários gêneros sobre a literatura afro-brasileira. As cinco seções abertas sobre as literaturas africanas de língua portuguesa e a de literaturas diaspóricas têm contado com um excelente número de acessos, o que indica que estamos no caminho certo, ao criarmos o *literÁfricas*.

Em julho de 2022, ao receber muitos elogios de professores moçambicanos sobre a proposta do *literÁfricas*, tive a certeza de que, quando criamos a *Aba*, estávamos no caminho certo. A *Aba*, criada pelo Grupo de Estudos Estéticas Diaspórica (GEED), integrada ao Portal *literafro* (UFMG), nasceu da intenção de criar um acervo de textos críticos sobre as literaturas africanas de língua portuguesa, as literaturas afro-diaspóricas, além de abrigar, futuramente, seções voltadas aos estudos comparados, entrevistas; e às literaturas africanas em francês e em inglês. A proposta do *literÁfricas* é disponibilizar a alunos(as) e pesquisadores(as) brasileiros(as) e estrangeiros(as) um acervo de textos que possam ajudar estudos e pesquisas sobre essas feições literárias. O fato de já termos, desde a abertura das primeiras seções, em fevereiro de 2021, artigos com quase nove mil acessos, nos assegura que estamos no caminho certo. Aliás, um caminho aberto pelo *literafro*, coodenado pelo Prof. Eduardo de Assis Duarte e disponível *on-line* há mais de 13 anos.

15 – Permita-nos, Professora Nazareth, revisitar pela imaginação as magníficas prateleiras de sua Biblioteca e Arquivo pessoal. Nesse passeio, temos em conta fragmento do *Códice asteca* de 1524, que integra a coleção da Biblioteca Vaticana e serve de ementa ao número em construção da *Revista Mulemba* (2023):

*Os que leem, os que nos contam o que leem,
Os que ruidosamente viram as páginas de seus livros,
[...] São eles que nos conduzem, que nos guiam, que nos mostram o caminho.*

Indubitavelmente, a sua Biblioteca, fruto do seu incansável trabalho de muitas décadas no campo dos estudos literários e, mais ainda, das literaturas africanas de língua portuguesa, é uma das mais ricas do Brasil. Muitos estudiosos já se valeram de itens da sua coleção bibliográfica para encaminhar seus projetos. Seria possível nos contar algumas das ações que permitiram formar seu acervo? Que traços biográficos dessa preciosa Biblioteca sublinharia?

Infelizmente, só tive condição de começar a comprar livros e revistas especializadas em literatura, a partir do momento em que, já trabalhando, consegui ter saldo disponível para isso. Isso se deu, de forma mais concreta, após eu ter sido aprovada em concurso para lecionar no Colégio Estadual Central de Belo Horizonte e ter um salário considerado, à época, muito bom. Porque fui casada por longos anos com um homem que sempre se interessou por cultura, sendo profundo conhecedor de música clássica, História e Política, fui instigada, desde que o conheci, a ter os meus próprios livros. Aos poucos fui formando a minha biblioteca particular com livros de língua portuguesa e literatura brasileira, minha área de atuação no início da minha carreira docente. Quando construimos a nossa casa no Bairro Santo Antônio, na década de 1970, pedimos ao arquiteto para criar um espaço para livros. Nasceu do projeto o nosso escritório-biblioteca, cujas paredes, aos poucos, foram sendo cobertas por altas estantes em que fomos colocando os livros que adquirimos. Meus filhos nasceram em casa habitada por livros e foram criados em ambiente em que leitura e cultura eram valores prioritários.

A partir de 1995, comecei a comprar o que encontrava sobre as literaturas africanas de língua portuguesa. Comprei, no Brasil, livros caríssimos, porque eram raros e as pessoas que os tinham vendiam-nos a preço altíssimo. Entretanto, a maior parte dos livros que tenho, na área de culturas e literaturas africanas, foram adquiridos em Portugal e nos países africanos, nas visitas que fiz. Mas tenho muitos livros que me foram oferecidos de presente pelos amigos e amigas que tenho na área. Sou grata à saudosa escritora Orlanda Amarilis, por ter trazido de Cabo Verde e oferecido a mim e à Biblioteca da PUC Minas muitos livros sobre a literatura do seu país. Ganhei também obras fundamentais sobre a literatura e a cultura de Cabo Verde, do Instituto do Livro e do Disco e da Associação de Escritores Cabo-verdianos, nas várias visitas

que fiz ao país. Ganhei também muitos livros da União de Escritores Angolanos e da Associação de Escritores Moçambicanos, nas várias vezes que pude estar em Angola e Moçambique. Muitos livros me foram oferecidos por Rita Chaves, Inocência Mata, Carmen Tindó e por escritoras, escritores, professores(as) brasileiros(as) e estrangeiros(as) que trabalhavam com as literaturas africanas de língua portuguesa. Adquiri, também, muitos livros em eventos realizados no Brasil e no exterior.

Embora tenha certeza de que existem excelentes bibliotecas particulares sobre as literaturas africanas de língua portuguesa – e a da Profa. Inocência é, sem dúvida, uma grande biblioteca – há acervos bem maiores e mais completos que o meu. Destaco a importância da minha biblioteca porque ela sempre esteve disponível a alunos(as) e pesquisadores(as), quando precisaram desenvolver suas dissertações e teses na área. Minha biblioteca é, até hoje, um ponto de referência para os integrantes do GEED e isso me dá uma imensa alegria. Depois que deixei de lecionar, já me desfiz de uma grande quantidade de livros, mas quase sempre livros de assuntos mais gerais e muitos já lidos que não tenho mais condição de guardar porque, no espaço da minha atual biblioteca, já não cabem mais tantos livros. Mas o meu apartamento é ainda uma casa de livros que fazem parte da minha história de leitora, professora e pesquisadora.

Referências

MATA, Inocência. **Literatura-Mundo em Português: encruzilhadas em África**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2013.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 edições, 2014.



Revista Mulemba
e-ISSN: 2176-381X
v. 15, n. 28, p. 69-82, 2023
DOI: 10.35520/mulemba.2023.v15n28a56708

Artigos Livres

Breves reflexões sobre a construção de saberes na literatura de autoria feminina senegalesa: o caso da educação da mulher em Mariama Bâ e Fatou Diome

Brief reflections on the construction of knowledge in literature by female authors in senegal: the case of women's education in Mariama Bâ e Fatou Diome

Breves reflexiones sobre la construcción del conocimiento en literatura por autoras en senegal: el caso de la educación de la mujer en Mariama Bâ e Fatou Diome

Editoras-chefe

Carmen Lucia Tindó Secco
Vanessa Ribeiro Teixeira

Editores convidados

Andrea Cristina Muraro
Gabriel Chagas
Luciana Brandão Leal
Marlon Augusto Barbosa

Autor correspondente

Rodrigo Nunes de Souza
nunnes-rodriigo@hotmail.com

Recebido: 31/01/2023

Aceito: 11/06/2023

Como citar:

SOUZA, Rodrigo Nunes de;
PINHEIRO, Vanessa Neves
Riambau. Breves reflexões
sobre a construção de saberes
na literatura de autoria
feminina senegalesa: o caso
da educação da mulher em
Mariama Bâ e Fatou Diome.
Revista Mulemba, v. 15,
n. 28, p. 69-82, 2023. doi:
[https://doi.org/10.35520/
mulemba.2023.
v15n28a56708](https://doi.org/10.35520/mulemba.2023.v15n28a56708)

Rodrigo Nunes de Souza 

Vanessa Neves Riambau Pinheiro 

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB, Brasil

E-mail: nunnes-rodriigo@hotmail.com

E-mail: vanessariambau@gmail.com

Resumo

A produção literária de autoria feminina no Senegal, de acordo com Samb (2017), apresenta um caráter atual, visto que tais textos datam dos anos 1970. Considerada uma das pioneiras em escrever e denunciar a condição feminina em seu país, Mariama Bâ (1929-1981), com seu romance *Une si longue lettre* (1979), é considerado um precursor em apresentar tradições culturais, como a poligamia, afetam os direitos das mulheres.

Além disso, a autora também inova ao denunciar o pouco acesso feminino à escola, denunciando como a educação não era acessível a esse público. Aproximando-se de Bâ, temos, na contemporaneidade, Fatou Diome (1968-) que apresenta, em suas obras, características semelhantes, pois, ao apresentar sua realidade no país colonizador, denuncia como o racismo é um dos fatores para que a França não seja vista como uma “terra prometida”, como se pode observar em *O Ventre do Atlântico* (2003), sua estreia como romancista. Disto isto, este trabalho apresenta como as autoras citadas são vistas como dois expoentes da literatura de autoria feminina senegalesa, bem como destacar as temáticas levantadas em seus romances de estreia, levando em consideração o grande destaque que eles possuem, a exemplo da questão da educação da mulher. Ressalta-se, também, o caráter autobiográfico de suas obras e a como a escrita destas mulheres (e de África, no geral) contribuem para se perceber a condição feminina no Senegal.

Palavras-chave

autoria feminina, Mariama Bâ, Fatou Diome, autobiografia, condição feminina.

Abstract

The literary production of female authorship in Senegal, according to Samb (2017), presents a current character, since such texts date back to the 1970s. Considered one of the pioneers in writing and denouncing the female condition in her country, Mariama Bâ (1929-1981), with her novel *Une si longue lettre* (1979), is considered a precursor in presenting cultural traditions, such as polygamy, affect women's rights. In addition, the author also innovates by denouncing the little access of women to school, denouncing how education was not accessible to this public. Approaching Bâ, we have, in contemporary times, Fatou Diome (1968-) who presents, in her works, similar characteristics, because, by presenting her reality in the colonizing country, she denounces how racism is one of the factors for France not to be seen as a “promised land”, as can be observed in *The Atlantic Womb* (2003), her debut as a novelist. Therefore, this paper presents how the authors cited are seen as two exponents of Senegalese women's literature, as well as highlighting the themes raised in their debut novels, taking into account the great prominence they have, such as the issue of women's education. We also emphasize the autobiographical character of their works and how the writing of these women (and of Africa, in general) contributes to understand the female condition in Senegal.

Keywords

female authorship, Mariama Bâ, Fatou Diome, autobiography, female condition.

Resumen

La producción literaria de autoría femenina en Senegal, según Samb (2017), presenta un carácter actual, ya que dichos textos se remontan a la década de 1970. Considerada una de las pioneras en escribir y denunciar la condición femenina en su país, Mariama Bâ (1929-1981), con su novela *Une si longue lettre* (1979), es considerada precursora al presentar tradiciones culturales, como la poligamia, afectan a los derechos de la mujer. Además, la autora también innova al denunciar el poco acceso de las mujeres a la escuela, denunciando cómo la educación no era accesible a este público. Acercándonos a Bâ, tenemos, en la época contemporánea, a Fatou Diome (1968-) que presenta, en sus obras, características similares, ya que, al presentar su realidad en el país colonizador, denuncia cómo el racismo es uno de los factores para que Francia no sea vista como una "tierra prometida", como se puede ver en *El vientre atlántico* (2003), su debut como novelista. Por lo tanto, este trabajo presenta cómo las autoras citadas son vistas como dos exponentes de la literatura femenina senegalesa, además de destacar los temas planteados en sus novelas de debut, teniendo en cuenta el gran protagonismo que tienen, por ejemplo, el tema de la educación de las mujeres. Se destaca, asimismo, el carácter autobiográfico de sus obras y cómo la escritura de estas mujeres (y de África, en general) contribuye a comprender la condición femenina en Senegal.

Palabras clave

autoría femenina, Mariama Bâ, Fatou Diome, autobiografía, feminidad.

Introdução

Um direito básico: educação. Uma ida dolorosa: à escola. A literatura produzida por mulheres, em contexto de África, problematiza as situações que lhes são impostas socialmente, destacando como a opressão atua e as restringe de direitos básicos, como a educação. Essas mulheres-escritoras indagam o porquê de pertencerem a um espaço em que, na questão educacional, direcionam seus corpos ao lar, ao casamento, às tradições culturais e outros aspectos que, muitas vezes, como os citados anteriormente, lhes colocam fora dos muros das escolas.

O direito às questões que se relacionam as diferenças vem sendo fortemente discutidas por envolver casos que, atualmente, mostra-se imprescindível para a formação cultural da sociedade. Ressalta-se que o fator humano, tanto na perspectiva de quem se engaja quanto de quem busca aprender, destaca os grupos que envolvem a nova posição no eixo escolar, mostrando o que se deve levar em consideração nos meios

que trazem as novas condições para suas relações sociais, subjetivas, de convivências – a luta por direitos iguais.

Considerado um continente de contradições profundas, a África assume-se como um misto de povos e culturas. Sua escrita literária torna-se testemunha da evolução social, o que é visto com complexidade. Por isso, a importância de uma literatura voltada para as questões sociais, o que incluiu elementos essenciais para que o texto literário alcance as denúncias que se propõe a fazer, tais como a intertextualidade, o dialogismo, a problematização da identidade africana a partir de vozes europeias e sul-americanas. Isso trouxe uma consciência dos direitos dos africanos, corroborando os anseios que passaram a agitar toda a África, tendo as escritoras a coragem para destacar as angústias que o sistema dominante as impunha na sociedade.

Em África, o número de escritoras que problematizam a dicotomia Educação x Mulher passa a ganhar contornos significativos, como o direito de frequentar à escola e seguir uma educação tida como acadêmica, o que leva essas escritoras, em sua maioria, se tornar professoras e se engajarem para que o ambiente escolar se torne um direito para que mulheres possam frequentar e, conseqüentemente, romperem com a tradição de voltaram-se apenas para o espaço doméstico. A título de exemplos, pode-se citar nomes, dos mais diferentes países africanos, como: Lília Momplé (Moçambique), Paulina Chiziane (Moçambique), Ahdaf Soueif (Egito), Fatema Mernissi (Marrocos), Assia Djebar (Argélia), Léonora Miano (Camarões), Nadifa Mohamed (Somália), Maaza Mengiste (Etiópia), Buchi Emecheta (Nigéria), Vera Duarte (Cabo Verde), Scholastique Mukasonga (Ruanda), Mariama Bâ (Senegal), Fatou Diome (Senegal), entre outras.

Como se observa, é importante reiterar que a literatura produzida por mulheres, em contexto de África, problematiza as situações que lhes são impostas socialmente, destacando como a opressão atua e as restringe de direitos básicos, como a educação. Esta questão, ainda hoje, é um dos assuntos mais recorrentes em textos de autoria feminina, visto que, por muito tempo, o acesso às mulheres ao ambiente escolar era bastante aquém, pois, socialmente, esse espaço não era visto como de fundamental importância para o público feminino – a título de exemplo, mesmo não pertencendo ao contexto de África, a garota paquistanesa Malala Yousafzai (2013) teve sua vida posta em risco por lutar pelo direito de ir à escola. O que corrobora a importância de se discutir as dificuldades e as lutas dessas meninas/mulheres a ter acesso a uma educação justa, igualitária e sem restrições para que possam frequentar a escola.

Na literatura, essa discussão se faz presente por meio de personagens que, quase sempre, são baseadas nas próprias experiências vividas pelas escritoras que fazem parte da seguinte pesquisa, por isso atribuiu-se o termo “escritoras-personagens”: direta ou indiretamente, essas personagens acabam sendo uma extensão dos problemas

enfrentados pelas autoras, dando ênfase, aqui, à questão educacional. Para isso, destaca-se escritoras que fazem parte da África que possui ligações com a cultura árabe, como o Senegal, pois, diante da questão levantada nesta pesquisa (a luta por uma educação que não seja aquela voltada para o lar e a família ou aquela que apenas respeite as tradições culturais impostas – como a poligamia e a mutilação genital), estas “mulheres-escritoras-personagens” assumem um papel de extrema importância para a inserção de suas semelhantes à escola, tornando-se representantes do feminismo nos respectivos países que habita(ra)m. Dito isto, são focos da pesquisa as escritoras Mariama Bâ e Fatou Diome – mulheres que ousaram e fizeram de suas obras ferramentas pela luta à educação e uma sociedade mais justa, pois, segundo hooks (2019, p. 139), “a educação para o povo negro era difícil de conseguir, era luta, era necessária – um jeito de ser livre”.

Diante da contextualização exposta, o seguinte artigo possui, como principal motivação, ressaltar a importância de Mariama Bâ e Fatou Diome como “escritoras-personagens” ao discutir, em suas obras, principalmente, o tema da Educação feminina. Apesar de ser considerado um direito universal, pode-se afirmar que, ao trazer o assunto para uma pesquisa acadêmica, o projeto traz uma influência discursiva mútua entre o papel engajador das autoras e a sociedade senegalesa. Isso aprofunda a compreensão do papel da mulher na luta pelos seus direitos e ressignificar seus conhecimentos enquanto escritoras que, além das obras publicadas, relativiza esses conhecimentos, como o acesso à escola, a luta contra a poligamia, a opressão e, no caso de Fatou Diome, especificamente, a denúncia do racismo ao mudar-se para a França – através da literatura e dos movimentos sociais que Mariama Bâ, por exemplo, participou.

Em tempos em que as mulheres alcançaram novos patamares, graças aos movimentos feministas, discutir essa temática funciona como uma forma de ressaltar o protagonismo feminino, as mudanças que suas lutas trouxeram e vê-se que, em Mariama Bâ e Fatou Diome, construiu-se uma sociedade, apesar das dificuldades que ainda persistem, como a tradição da poligamia, mais madura e menos opressora, para as mulheres, no que tange ao acesso à escola.

Subalternas que falam: Mariama Bâ e Fatou Diome na tradição literária senegalesa

A produção de autoria feminina, no Senegal, segue um panorama de nuances que demarcam suas lutas por um espaço mais significativo na sociedade. É a partir dessa produção, vista como tardia, que escritoras passaram a lutar por um lugar na literatura, dando ênfase aos dilemas que enfrentam, tendo temas como o casamento forçado, a poligamia, a opressão, a falta de acesso à educação como focos de suas obras.

Quando a voz dessas mulheres emerge, por meio da escrita, inicia-se, também, um processo de conhecimento e abertura de espaços, antes pouco frequentados por mulheres. Outro fator crucial para a visibilidade de escritoras é a imprensa, através de jornais e revistas que viabilizam poemas, contos, crônicas, textos de protesto, fazendo com que as tidas “subalternas”, como se refere Spivak (2010) em seu ensaio *Pode o subalterno falar?*, realmente manifestassem as urgências em se discutir os seus lugares na sociedade.

Ainda de acordo com a pesquisadora indiana, o sujeito subalterno não tem história contundente para contar e, conseqüentemente, não pode falar. Spivak ainda ressalta que “o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (2010, p. 85). O que faz com que se reflita sobre o papel das mulheres na produção literária do Senegal.

É durante do século XX que essas mulheres passam a engajar-se na escrita e passam a utilizar a literatura como uma ferramenta de denúncia de situações que a condicionam, muitas vezes, aos temas que serão trabalhados mais fortemente em suas obras. Temas como discriminação contra mulheres, tanto na esfera doméstica quanto a nível social, passaram a ser vistos como assuntos essenciais nas produções de autoria feminina. No caso do Senegal, foco desse projeto, essa “efervescência” literária, por parte de mulheres, começa a ganhar notoriedade a partir dos anos 1970, o que, para críticos, como Milolo Kembe (1986), representa um surgimento tardio, ligados a esferas familiares, religiosas e culturais. Em relação a essas esferas, a temática da Educação se faz presente, visto que, para uma menina frequentar a escola, havia pouco engajamento político e quase nenhuma autorização familiar, tendo em questão aspectos ligados à tradição, por exemplo.

É aqui que entra a importância da literatura na luta por direitos básicos, como os ligados à Educação. Dentro da esfera familiar, principalmente para os mais velhos e os homens, uma mulher deveria, apenas, estar ligada a atividades do lar, recendo uma educação que reproduz os ensinamentos dos antepassados, como cuidar da casa, do marido, dos filhos e aceitar outros tipos de imposição, como a poligamia. Por essa razão, a escrita vai assumir um papel crucial na quebra do silêncio e das condições que são ensinadas, desde crianças, a seguir. É através dessa produção literária, principalmente de romances, muitas vezes de caráter autobiográfico, que as mulheres-escritoras resolvem quebrar o silêncio e lutar por direitos iguais. De acordo com Duarte (2011, p. 79):

Essa escrita, orientada pela necessidade de dizer, é plena de paixão que revela o compromisso com a história dos países onde nasceram. A urgência de dar voz e vez à literatura africana, de presentear o leitor e com a elucidação das questões cruciais que permeiam o mundo africano, ao tempo em que apresenta o espetáculo artístico e humano dessas dicções, diz da situação da mulher africana historicamente ligada à transmissão de valores culturais como hospitalidade, respeito aos mais velhos rituais, usos e costumes. Além do canto e da literatura oral.

É a quebra dessa “transmissão de valores” que leva escritoras, como Mariama Bâ (1929-1981), considerada uma das primeiras mulheres a agir ativamente pelos direitos da mulher em seu país, que o papel da escrita assume uma importância significativa para a visibilidade de mulheres-escritoras no Senegal. Segundo Fatime Samb (2017), Mariama Bâ é precursora para uma produção literária de resistência e de uma sensibilidade intensa, fazendo com que seu romance de estreia, *Une si longue lettre*, de 1979, torne-se uma das obras mais importantes e referenciais no continente africano.

Fora Bâ, ainda de acordo com Samb (2017), o impacto da obra, que denuncia a opressão feminina e a prática da poligamia, entre outros assuntos, como a falta de mulheres na escola, fez surgir outros nomes, como o de Fatou Diome (1968-). Escritora que passa a escrever sob um viés diaspórico, já que se muda para a França ainda adolescente, a fim de concluir seus estudos, publica, em 2003, o romance *O Ventre do Atlântico*, que causa impacto, assim como a obra de estreia de Mariama Bâ. Em seu romance, Diome denuncia as agruras de uma migrante em um país de predominância branca e discute a problemática do racismo, utilizando-se da ironia, do humor e do resgate às tradições, problematizando-as, que fizeram parte da vida de Salie, protagonista da obra.

Como mulheres negras, as autoras quebram um silêncio e impõem-se como protagonistas dos lugares e temáticas que abordam em suas obras. Por isso, levando em consideração a problemática levantada por Grada Kilomba (2019), retornando ao quem pode falar, de Spivak (2010), o papel de Mariama Bâ e Fatou Diome, não apenas como escritoras, mas também como intelectuais, já que se tornaram professoras e passaram a lutar pelo direito à educação de meninas senegalesas, “[...] a teoria está sempre em algum lugar e é sempre escrita por alguém” (Kilomba, 2019, p. 58). Escrita essa ligada, muitas vezes, baseada em situações vivenciadas pelas próprias autoras. Aproximando-se, portanto, da autobiografia.

Escritoras-personagens de si mesmas: “romances autobiográficos” e a questão da educação escolar feminina no Senegal

Ao trazerem para suas obras experiências vividas, Mariama Bâ e Fatou Diome assumem, aqui como neologismo para essa experiência, o papel de “escritoras-personagens”, visto que, em seus romances de estreia, há experiências vividas pelas autoras, como a poligamia, o racismo e o acesso à escola.

De cunho epistolar, *Une si longue lettre* traz como foco a poligamia, porém outras temáticas são abordadas ao longo da carta em que a protagonista escreve. O livro ganha uma proporção inimaginável, já que ele, ao ser publicado, rapidamente torna-se espelho para a luta das mulheres na sociedade senegalesa, fato este que transforma a autora em uma das pioneiras do feminismo no país. A própria Fatou Diome, em entrevista ao jornal francês *Le Monde*, revela que, aos 13 anos, teve, como leitura obrigatória o romance de estreia de Mariama Bâ:

Ecrire était une nécessité. Il me fallait comprendre pourquoi, par exemple, telle tante me câline devant mes grands-parents puis me traite de “bâtarde” en leur absence. L’écriture s’est imposée à l’âge de 13 ans, lorsque j’ai quitté le village pour poursuivre mes études en ville. Pour combler ma solitude, je noircissais des cahiers. Une fois, j’ai même réécrit *Une si longue lettre* de Mariama Bâ. Dans ma version vitaminée, les femmes n’étaient plus victimes de leur sort, mais bien plus combatives. J’aime celles qui dansent avec leur destin, sans renoncer à lui imposer leur tempo¹ (Diome apud Moi, 2019, n.p.).

Diome não foi a única. Vera Duarte, de Cabo Verde, na crônica “Dar a volta por cima”, de 1982, revela que, na rua, encontrou uma mulher e esta passa a lhe contar sobre a violência que passou a sofrer do marido. Então, ao associar o relato às suas experiências enquanto jurista e leitora, aconselhou a mulher a divorciar-se, lembrando-se do romance de Mariama Bâ:

¹ Tradução livre: “Escrever era uma necessidade. Tive que entender por que, por exemplo, essa tia me abraça na frente dos meus avós e depois me chama de ‘bastardo’ na ausência deles. A escrita começou aos 13 anos, quando deixei a aldeia para continuar meus estudos na cidade. Para preencher minha solidão, enegreci cadernos. Certa vez, até reescrevi *Uma tão longa carta* de Mariama Bâ. Em minha versão vitaminada, as mulheres não eram mais vítimas de seu destino, mas muito mais combativas. Gosto de quem dança com o seu destino, sem abrir mão do ritmo.”

Veio-me à memória, por inconsciente associação de ideias, o extraordinário romance da senegalesa Mariama Bâ, *Une se longue lettre* (sic), um poema da primeira à última página, que fala de uma situação idêntica à vivida pela minha interlocutora. Convenço-me de que o desfecho também é parecido com o que lhe aconselho. Por muito que lhe custe, só lhe fica como solução de vida a separação completa, total, de pessoas, bens e recordações. Divórcio. Ela fecha o olho, inconscientemente recusando esta única saída possível (Duarte, 2013, p. 61).

Ambos os exemplos são para ilustrar a dimensão que a obra de Mariama Bâ atingiu em África. Esse impacto tornou-se significativo no mundo feminino: contribuiu com a conscientização das mulheres em relação ao silêncio que são condicionadas, evidenciando o quanto precisam quebrar barreiras que as impedem de ascender socialmente. Com *Une si longue lettre*, “a autora consumou a vontade de dar voz àquelas que tiveram, até então, unicamente direito ao silêncio” (Samb, 2017, p. 91).

Criada em um ambiente conservador, Mariama Bâ leva suas experiências de silenciamento para o romance. Através de uma longa carta, como já se prenuncia no título, a personagem principal, de nome Ramatoulaye, dirige-se à Aïssatou, que teve coragem de separar-se em casamento polígamo, revelando as angústias de viver em um ambiente que a hostiliza, seguindo o ritual da viuvez, as desavenças com as outras esposas, as imposições da família e a dificuldade de frequentar a escola. Ainda, na tão longa carta, Ramatoulaye enaltece a coragem da amiga em fugir das tradições e seguir sua própria vida.

Pierre Bordieu e Jean-Claude Passeron (2014), destacam que a ideia de “reprodução”, presente no livro *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*, o foco recai sobre como sistemas patriarcais são reproduzidos, impedindo, assim, que meninas frequentem a escola, já que a elas são repassadas uma educação mais voltada para o seio doméstico. Isso se contrapõe ao engajamento sócio-político-literário de Mariama Bâ e Fatou Diome, que passam a atuar pelos direitos das mulheres no Senegal e em contexto de diáspora.

Os autores destacam que a escola produz ilusões cujos efeitos estão distantes de ser ilusórios. Ao relacionar-se com as questões levantadas pelas autoras, vê-se que a falta de acesso de meninas à escola converge para a neutralidade de uma sociedade demarcada pelo patriarcalismo – este que é o principal ponto a ser combatido por Mariama Bâ e Fatou Diome. Bordieu e Passeron ainda destacam que, ao se reproduzir hábitos que tendem a alimentar uma cultura dominante, fazendo com que se tenha uma produção contínua das relações de força na sociedade – no caso da sociedade senegalesa, além do patriarcado, há a luta e o questionamento das autoras contra as imposições tradicionais da cultura local, como a poligamia, o pouco

acesso à educação, a falta de representação feminina em poderes públicos, violência de gênero, entre outros.

As experiências narradas no romance aproximam-se das próprias vividas pela autora. Seu pai, Amadou Bâ, contrariando a tradição, matricula a filha em uma escola e, com o passar do tempo, Mariama torna-se professora – motivo que a leva a lutar pela educação das meninas no Senegal e, também, a agir contra quaisquer opressões que silenciasses as mulheres. De acordo com Fatime Samb (2017), pesquisadora da obra da autora, tanto nessa obra de estreia quanto no romance seguinte, *Un chant écarlate*² (1981), publicado postumamente, Mariama Bâ descreve modelos de famílias patriarcais ou que revelam como as diferenças de culturas afetam a vida das mulheres, principalmente, que são relegadas ao silenciamento, quanto às problemáticas inter-raciais, que é o foco do seu segundo romance, sem esquecer as questões que envolvem as tradições culturais impostas às mulheres, como a poligamia.

Mais contemporânea, Fatou Diome estreia na literatura com um livro de novelas, chamado *La Préférence Nationale*³ (2001). São histórias curtas, que retratam o cotidiano da mulher senegalesa, sendo a temática da educação feminina o fio condutor da maioria das novelas. Como já mencionado, em 2003, a autora atinge grande expressão ao publicar *O Ventre do Atlântico*, seu romance de estreia, abordando as questões em torno do racismo e dos conflitos migratórios ocasionados, também, pela questão da xenofobia. Esses temas passaram a fazer parte não só dos seus escritos, mas também das entrevistas, palestras e conferências das quais participa.

No romance, Salie, protagonista-narradora da obra, revela as angústias que sente ao receber telefonemas de seu irmão Madické. Este, nutrindo um sonho de ser jogador de futebol, passa a achar que, na França, terá essa oportunidade. Por isso, insiste em que Salie facilite sua ida para a “terra prometida”, o que acaba se tornando uma grande problemática no romance, pois Salie não deseja que o irmão passe pelas mesmas situações discriminatórias que sofreu.

Esse aspecto é presente com bastante intensidade nas falas da personagem. Baseando-se nas próprias experiências vividas ao migrar para a França, Fatou Diome

² Ambos os romances de Mariama Bâ ainda não foram traduzidos para o português. Todas as traduções futuras são de responsabilidade dos autores. Para este artigo, são utilizadas as edições publicadas no Senegal pela editora NEAS. Os dados biográficos da autora são de responsabilidade da pesquisadora Fatime Samb, cuja tese foi sobre Mariama Bâ e Paulina Chiziane, além da biografia que o pesquisador possui, escrita N'diaye, filha da autora, sob o título *Mariama Bâ ou les allés d'un destine*.

³ Essa obra, assim como o romance *Kétala*, não possuem publicação no Brasil. Porém, a segunda, encontra-se traduzida para o português, com circulação em Portugal pela Editora Europress. *O Ventre do Atlântico* foi publicado, no Brasil, pela Editora Malê (Diome, 2019). Mas, para esse artigo, utiliza-se a publicação portuguesa, pela Editora Bizâncio (Diome, 2004). Em 2022, a mesma editora publica um novo romance da autora: *Os vigias de Sangomar*.

aproxima-se do autobiográfico ao unir as experiências franco-senegalesas com as personagens de *O Ventre do Atlântico*. Franco-senegalesas porque a autora rememora, através de sua protagonista, os obstáculos também vividos em seu país de origem, como a dificuldade de frequentar a escola e ter uma educação formalizada. Este, inclusive, é o principal motivo que leva a “escritora-personagem” a abordar essa temática na obra em questão e no seu romance seguinte *Kétala* (2006).

De acordo com a professora e pesquisadora Zuleide Duarte, em um artigo que analisa o aspecto diaspórico do romance, há um enfoque de Fatou Diome em ser uma voz em favor dos desvalidos, por isso a preocupação de Salie em relação ao desejo do irmão de ir para a França. Também destaca que, a partir das recepções muitas vezes racistas pelos outros países diante de pessoas de origem africana, “as intervenções de Fatou Diome viralizaram nas redes sociais e vêm ensejando reflexões sobre a acolhida desses refugiados em outros cantos do mundo” (Duarte, 2017, p. 65).

Como *O Ventre do Atlântico* destaca as discussões sobre as consequências das ondas migratórias e a recepção destas em países cujo acolhimento nem sempre é cordial, como a experiência vivida tanto pela própria Fatou quanto pela personagem Salie, demonstram que essas consequências causam uma espécie de preocupação na autora, levando em consideração os pontos destacados anteriormente, visto que ela também é migrante. Dessa forma, a obra aproxima-se da autobiografia, pois, ainda de acordo com Duarte (2017, p. 65-66):

A natureza autobiográfica do romance, mesclado de elementos ficcionais, faculta uma certa liberdade que a personagem Salie utiliza para exportar seu meio-irmão Madické, contra o que assistimos nas palavras de pessoas que sonham com a migração ou, em situação mais radical, contra o discurso do *homem de Barbès*, senegalês que se divide entre a França e Niodior, vivendo duas situações absolutamente opostas, que ele teima em obscurecer.

Já em *Kétala*, publicado em 2006, após o estrondoso sucesso do seu romance de estreia, Fatou Diome apresenta a trajetória de Mémoire, protagonista da obra, já morta, mas que tem toda sua vida contada pelos móveis, objetos, utensílios e demais elementos que fizeram parte da vida da personagem. É através da “tristeza dos móveis” que Diome toca em temas que já foram abordados em seu romance anterior, como a questão do ato migratório e as consequências deste, porém a personagem, diferente de Salie, retorna ao Senegal e passa a ser traída pelo seu marido. Mémoire, ao descobrir que a mulher em questão, trata-se de Tamara, sua melhor amiga, passa a sofrer e, com isso, os móveis, utensílios e demais objetos que pertenciam à personagem passam a relatar sua história de vida, inclusive como conseguiu estudar em uma sociedade em que a preferência, na grande maioria das vezes, é dada aos homens. Eles fazem isso

enquanto estão juntos, revelando a grande mulher que foi a Mémoria, enquanto não ocorre o Kétala – tradição senegalesa que se assemelha a partilha de bens, divisão de propriedades deixadas por alguém. Afinal, “quando uma pessoa morre, ninguém cuida da tristeza dos seus móveis” (Diome, 2008, p. 272).

Em seus segundos romances, Mariama Bâ e Fatou Diome distanciam-se da autobiografia e passam a se basear em experiências e/ou tradições locais para construir os enredos de suas obras. Tanto em *Un chant écarlate* quanto em *Kétala*, assim como os livros de estreia de ambas as autoras, a temática da Educação não é o centro da narrativa, mas, ao apontarem essa questão em suas obras, as “escritoras-personagens” contribuem para que um direito das mulheres seja, de fato, posto em prática, como o caso de Mariama Bâ que, segundo Fatime Samb, passou, a partir de 1968, a envolver-se diretamente em lutas a favor das causas femininas, como o combate à poligamia, a defesa dos direitos igualitários entre homens e mulheres, bem como uma educação que também privilegiasse as meninas (Samb, 2017, p. 95).

Fatou Diome também valoriza o trabalho do professor, sendo este aspecto muito presente em ambos os romances de sua autoria aqui citados. Próximos ou não das próprias experiências vividas pela autora, Duarte (2017, p. 69) destaca que ao narrar as vivências tanto de Salie quanto de Mémoria, Fatou Diome “mescla o texto de comentários que se podem atribuir à autora ou à personagem criada por ela”. Nesse sentido, ao perpassar pela temática da educação, a autora contribui para que o estereótipo da “mulher educada para o lar” seja quebrado, evidenciado que ela, assim como ocorreu com Mariama Bâ, possam usufruir de uma educação que liberte, engaje, empodere e, principalmente, promova a transformação de meninas e mulheres no Senegal (ou na África como um todo) ou daquelas que se encontram em um contexto de diáspora.

São os escritos dessas “escritoras-personagens” que trazem uma discussão necessária para se engajar na luta por uma sociedade mais igualitária e na defesa dos Direitos Humanos em África. Percebe-se, portanto, que, além da literatura, a participação de Mariama Bâ e Fatou Diome, socialmente falando, foi/é de uma significância essencial para a mudança e as conquistas femininas na sociedade tradicional e moderna senegalesa.

Considerações Finais

Depreende-se, a partir do exposto, que as autoras Mariama Bâ e Fatou Diome assumem um papel significativo no que tange ao acesso das mulheres à escola. Ao lutarem por uma educação que as permitisse adentrar um espaço, até então, proibido, elas expõem a condição imposta ao público feminino, dissecando as agruras que esse público passara para estar em contato com um modelo educacional que

não as direcionasse aos espaços estereotipados e reservados às mulheres, tais como o lar, os filhos, o marido e o respeito às tradições. Com isso, percebe-se que, ao utilizarem suas obras como um meio de denunciar o pouco acesso ao ambiente escolar, Mariama Bâ, em um primeiro momento, assume um papel de suma importância, faz com que ela, ao problematizar em que lugar estavam as mulheres no Senegal de sua época, transgrida e lute para que outras iguais tenham acesso aos mesmos direitos que ela teve.

Mais contemporânea e seguindo o modelo escolar colonizador, Fatou Diome denuncia que, para além dos muros da escola, há questões em torno do racismo, questionando e mostrando como, nesse país mais “modernizado”, ainda permanecia um ambiente hostil em relação ao feminino, evidenciando que as questões de raça e gênero caminham em concomitância no que se refere aos direitos das mulheres.

Por fim, destaque-se que, além das escritoras senegalesas aqui citadas e trabalhadas, bem como as citadas e que fazem parte da atual e crescente safra de escritoras africanas, a produção literária de autoria feminina age como um fio propulsor para atuar como um meio de denúncia da condição das mulheres nos países em que vivem ou no contexto de diáspora em que se encontram. É através dessa escrita que se percebe como que a voz delas ressoa e se faz ouvir: põem-se como narradoras de suas vivências ou, como se pode apontar a partir das obras de Mariama Bâ e Fatou Diome descritas ao longo desse estudo, são essas “escritoras-personagens” o principal meio de se conhecer os anseios pelos quais lutam e, na maioria das vezes, conquistam. Tornam os sonhos – e de muitas outras – realidade.

Referências

BÂ, Mariama. **Un chant écarlate**. Dakar: NEAS, 1981.

BÂ, Mariama. **Une si longue lettre**. Dakar: NEAS, 1979.

BORDIEU, Pierre; PASSERON Jean-Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Bairão. Revisão de Pedro Benjamin Garcia e Ana Maria Baeta. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

DIOME, Fatou. **Kétala**. Tradução de Rita Bueno Maia. Lisboa: Europress, 2008. (Coleção Raízes Africanas).

DIOME, Fatou. **O Ventre do Atlântico**. Tradução de Carlos Correia Monteiro de Oliveira. Lisboa: Bizâncio, 2004.

DIOME, Fatou. **O Ventre do Atlântico**. Tradução de Regina Célia Domingues da Silva. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

DUARTE, Vera. Dar a volta por cima. *In*: DUARTE, Vera. **A palavra e os dias**: crônicas. Belo Horizonte: Nandyala, 2013. p. 59-61.

DUARTE, Zuleide. Dizibilidades africanas: palavra de mulher. *In*: DUARTE, Zuleide. **Outras Áfricas**: elementos para uma literatura da África. Recife: Editora Massangana, 2011. p. 77-83.

DUARTE, Zuleide. O exílio como destino. **Diadorim**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 63-73, jan./jun. 2017.

HOOKS, bell. Pedagogia e compromisso político: um comentário. *In*: HOOKS, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista; pensar como negra. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019. p. 207-217.

KILOMBA, Grada. Quem pode falar? Falando do Centro, Descolonizando o Conhecimento. *In*: KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 47-69.

MOI, Izabela. **A terra prometida**: livro de autora franco-senegalesa se debruça sobre narrativas de imigrantes que buscam uma vida melhor na Europa. 2019. Disponível em: <https://www.quatrocincom.com.br/br/resenhas/l/a-terra-prometida>. Acesso em: 29 dez. 2022.

SAMB, Fatime. Entre religião e poligamia: uma leitura a partir do romance *Une si longue lettre*, de Mariama Bâ. *In*: GOMES, Patrícia Godinho; FURTADO, Cláudio Alves (org.). **Encontros e desencontros de lá e de cá do Atlântico**: mulheres africanas e afro-brasileiras em perspectiva de gênero. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 89-111.

SPIVAK, Gyatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

YOUSAFZAI, Malala; LAMB, Christina. **Eu sou Malala**: a história da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo Talibá. Tradução de Caroline Chang, Denise Bottman, George Schlesinger e Luciano Vieira Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Rodrigo Nunes de Souza. Doutorando em Letras (Estudos Africanos e Afro-brasileiros) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Linguagem & Ensino (Estudos Literários) pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Vanessa Neves Rimbau Pinheiro. Doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente, coordena o Grupo GeÁfricas na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde atua como Professora Associada na graduação e na pós-graduação.



Revista Mulemba
e-ISSN: 2176-381X
v. 15, n. 28, p. 83-99, 2023
DOI: 10.35520/mulemba.2023.v15n28a58803

Artigos Livres

A língua é o auxílio no que sonhas: uma reflexão sobre as tonalidades poiético-identitárias de Virgílio de Lemos

Language is a help in what you dream: a reflection
on Virgílio de Lemos' poetical-identitary tones

La lengua es un auxilio en lo que sueñas:
una reflexión sobre los matices poiético-
identitarios de Virgílio de Lemos

Editoras-chefe

Carmen Lucia Tindó Secco
Vanessa Ribeiro Teixeira

Editores convidados

Andrea Cristina Muraro
Gabriel Chagas
Luciana Brandão Leal
Marlon Augusto Barbosa

Autor correspondente

Idemburgo Pereira Frazão
idfrazao@uol.com.br

Recebido: 18/05/2023

Aceito: 11/06/2023

Como citar:

FRAZÃO, Idemburgo
Pereira. A língua é o
auxílio no que sonhas: uma
reflexão sobre as tonalidades
poiético-identitárias de
Virgílio de Lemos. *Revista
Mulemba*, v. 15, n. 28,
p. 83-99, 2023. doi:
[https://doi.org/10.35520/
mulemba.2023.
v15n28a58803](https://doi.org/10.35520/mulemba.2023.v15n28a58803)

Idemburgo Pereira Frazão

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: idfrazao@uol.com.br

Resumo

A trajetória de alguns poetas e escritores que, geralmente forçados por conjunturas político-opressivas, deixaram seus locais de origem, marca também algumas de suas obras literárias. Esse é o caso do poeta e jornalista moçambicano, radicado na França, Virgílio de Lemos. Mais que francesa, sua identidade biográfica e literária é múltipla, diaspórica, “errante”, para utilizar um termo usado pelo também moçambicano Mia Couto, quando trata de seu conterrâneo. A poética de Virgílio assume tonalidades criativas (portanto, “poiéticas”), centradas em uma intimista base filosófica, que remonta ao Caeiro pessoano, e se abre em um mosaico de timbres inusitados, com certos “toques” que remontam a João Cabral de Melo Neto. Em interpretações sucintas da obra “A Língua é o Exílio do que sonhas”, este artigo apontará para a diversidade harmônica que



as identidades biográficas e poéticas de Virgílio de Lemos navegaram, seguindo uma certa bússola timbrada por Camões e sob uma forte utilização metafórica do corpo feminino como estratégia de refletir e criar sua poética. Partindo de uma rápida reflexão que aproxima as discussões sobre as identidades na contemporaneidade mantidas por autores como Zigmunt Bauman, Stuart Hall, Benedict Anderson e a problemática do lugar estudada pelo geógrafo sino-americano Yi-fu-Tuan, o artigo intenta iluminar, para novos leitores, as trilhas poéticas de um autor que fez de suas viagens (da diáspora), em vários sentidos, uma carta de navegação poético-existencial.

Palavras-Chave

Virgílio de Lemos, “A Língua é o exílio do que sonhas”, identidades, lugar, diáspora.

Abstract

The trajectory of some poets and writers who, generally forced by political-oppressive conjunctures, left their places of origin, also marks some of their literary works. This is the case of the Mozambican poet and journalist, based in France, Virgílio de Lemos. More than French, her biographical and literary identity is multiple, diasporic, “wandering”, to use a term used by fellow Mozambican Mia Couto, when he talks about her countryman. Virgílio’s poetics takes on creative tones (therefore “poietic”), centered on an intimate philosophical basis, which goes back to Caetano de Castro, and opens in a mosaic of unusual timbres, with certain “touches” that go back to João Cabral de Melo Neto. In succinct interpretations of the work “The Language is the Exile of What You Dream”, this article will point to the harmonic diversity that the biographical and poetic identities of Virgílio de Lemos navigated, following a certain compass stamped by Camões and under a strong metaphorical use of the feminine body as a strategy to reflect and create its poetics. Starting from a quick reflection that approaches the discussions about contemporary identities held by authors such as Zigmunt Bauman, Stuart Hall, Benedict Anderson, and the problem of place studied by the Chinese American geographer Yi-fu-Tuan, the article tries to illuminate, for new readers, the poetic trails of an author who made his travels (of the diaspora), in several senses, a poetic-existential navigation chart.

Keywords

Virgílio de Lemos, “Language is the exile of what you dream”, identities, place, diaspora.

Resumen

La trayectoria de algunos poetas y escritores que, generalmente obligados por coyunturas político-opresivas, dejaron sus lugares de origen, marca también algunas de sus obras literarias. Este es el caso del poeta y periodista mozambiqueño, radicado

en Francia, Virgílio de Lemos. Más que francesa, su identidad biográfica y literaria es múltiple, diaspórica, “errante”, para utilizar un término que utiliza la también mozambiqueña Mía Couto, cuando habla de su compatriota. La poética de Virgílio adquiere tonos creativos (por lo tanto, “poiéticos”), centrados en una base filosófica íntima, que se remonta a Caeiro Pessoa, y se abre en un mosaico de timbres insólitos, con ciertos “toques” que se remontan a João Cabral de Melo Neto. En interpretaciones breves de la obra “La lengua es el exilio de lo que sueñas”, este artículo apuntará a la diversidad armónica que navegaron las identidades biográficas y poéticas de Virgílio de Lemos, siguiendo una cierta brújula estampada por Camões y bajo una fuerte carga metafórica del cuerpo femenino como estrategia para reflexionar y crear su poética. A partir de una rápida reflexión acerca de las discusiones sobre las identidades contemporáneas sostenidas por autores como Zigmunt Bauman, Stuart Hall, Benedict Anderson y la problemática del lugar estudiado por el geógrafo chino-estadounidense Yi-fu-Tuan, el artículo intenta iluminar, por nuevos lectores, los senderos poéticos de un autor que hizo de sus viajes (de la diáspora), en varios sentidos, una carta de navegación poético-existencial.

Palabras claves

Virgílio de Lemos, “La lengua es el exilio de lo que sueñas”; identidades, lugar, diáspora.

Introdução

Ao tratar da problemática das identidades e das diversidades, em tempos contemporâneos, nos estudos acadêmicos das humanidades, costuma acontecer-nos à mente, muitas vezes, de maneira mais imediata, estudos como os de Zygmunt Bauman, Stuart Hall e Benedict Anderson, dentre outros. *Identidade* é uma das obras em que Bauman mais se dedica à questão das identidades, apontando como fator fundamental as “negociações” que tal tema demanda. Mais especificamente aponta-se para o fato de que, na contemporaneidade, as identidades são passíveis de negociação, desligando-se do tradicional atrelamento da problemática das identidades a uma identidade padrão, gessada: a identidade nacional. Tal negociação mencionada aponta para a necessidade de que a reflexão sobre a problemática das identidades desate os nós das recorrentes e tradicionais imersões no tema das identidades nacionais. Também Stuart Hall se afasta da noção centrada na expressão identidade nacional, para ampliar o espectro das relações humanas, tratando da questão a partir das identidades na pós-modernidade, trabalhando com um viés também centrado na problemática da diáspora. Benedict Anderson (2005), por sua vez, entende que, mais que algo

definido, as identidades se inserem no que ele entende ser “comunidades imaginadas”, o que demanda, também, um antagonismo no que diz respeito aos que ainda insistem em fechar as discussões identitárias em aspectos que remontam ao período dos Estados Nacionais.

Em termos de estudos literários, a problemática das identidades chamou a atenção dos estudiosos a partir do final do século XX e início do XXI, quando autores como Néstor Canclini, Jesus Barbeiro, Homi K. Bhabha, Edward Said, Milton Santos, dentre outros, criaram estudos discutindo sobre as instâncias da Globalização, do Orientalismo como invenção do Ocidente; da relação entre consumidores e cidadãos, sobre o local e o global, sobre a importância da problemática das mídias nas relações sociais, enfim apontando para a necessidade de se desconstruir visões centradas no nicho das nacionalidades, apontando para a reflexão do que podemos denominar subalternidades sociais, para utilizar um termo trabalhado pela estudiosa indiana Gayatri Spivak.

A influência da Antropologia, da Sociologia, da Geografia, da História, dentre outras, na Literatura, ampliou-se, por terem essas disciplinas reflexões que, embora não imerjam diretamente nas instâncias literárias, servem como base para uma oxigenação interdisciplinar pouco vista anteriormente. Concomitante a essa abertura interdisciplinar, ainda na virada do século XX para o XXI, houve uma incursão em aspectos relacionados à Globalização, estudada, no Brasil, por pensadores importantes como o geógrafo baiano Milton Santos, que, por sua vez, abria espaço para discussões como as da diáspora que tornou o já mencionado jamaicano radicado na Inglaterra, Stuart Hall, conhecido, também, no Brasil.

A errância diaspórica

Muitos poetas e escritores, de maneira direta ou indireta, por suas próprias peculiaridades literárias e trajetória pessoal “errante”, já figuravam entre o que, mais recentemente, pôde-se passar a denominar autores diaspóricos. Tal denominação se relaciona ao fato de que determinados artistas, por suas trajetórias pessoais e ou profissionais, “mexeram no vespeiro” das identidades ou das “errâncias”, para usar um termo utilizado pelo moçambicano Mia Couto, em um momento em que a supremacia das identidades nacionais tornava a carreira irrequieta dos autores “errantes” uma espécie de via pecaminosa, principalmente quando emigram por estarem sob a mira de governos truculentos e/ou de inclinação fascista, como os de Mussolini, na Itália, Hitler, na Alemanha, ou de Salazar, em Portugal.

Intenta-se, de maneira mais ampla, no texto aqui apresentado, refletir sobre a importância precursora da obra do “errante” e insular poeta Virgílio Diogo de Lemos, conhecido como Virgílio de Lemos, no que diz respeito à diáspora moçambicana na literatura. Mais especificamente, estuda-se, a partir da interpretação de alguns

de seus poemas, como a citada errância, no caso da poesia virgiliana, torna-se uma espécie de *lugar* (itinerante) no sentido dado pelo geógrafo Yi-fu-Tuan para esse termo, diferenciando-o de espaço. Mas, antes de aprofundar a investigação sobre a problemática do lugar na obra *Ilha de Moçambique*¹, do poeta moçambicano, torna-se fundamental apontar para o que aqui se denomina “vespeiro das identidades”.

Como exemplo de reflexão sobre a denominação “escritores diaspóricos”, podemos citar um texto extraído do *Jornal Nexo*. Diáspora

[...] é um termo abrangente e ao mesmo tempo estranhamente limitador. Evoca fugas heroicas, travessias fronteiriças perigosas que quase sempre começam em um país periférico e pobre do sul para terminar em um país poderoso e próspero do norte. Mesmo quando as contradições e decepções do local de chegada se revelam, ele segue tendo essa vantagem crucial de ser o destino final – implicitamente “melhor” que o ponto de partida. Esse tipo de literatura diaspórica sempre me gera certo desconforto, por que, ainda que se coloque como progressista, acaba por reforçar estereótipos bastante conservadores: o sul é pobre, o norte rico; o sul é caótico e perigoso, o norte estável; o sul é precário, o norte tem solidez institucional. Nesse registro, identidades nacionais aparecem como unidades concretas e irrefutáveis [...] (Jornal Nexo, 2020).

Ser diaspórico, nas discussões aqui implementadas, não se relaciona à problemática da valorização de um país, ou continente, em detrimento de outro, mas da discussão sobre a problemática do lugar como espaço de amplitude individual, afetiva e psicológica. A questão central, então, se dá no campo da possibilidade de que as identidades não sejam observadas, como tradicionalmente ocorre, gessada, sob os vínculos das vigas das já citadas identidades nacionais, oriundas das questões inerentes aos Estados Nacionais.

Além das negociações às quais Bauman (2005) menciona em obras como *Identidade*, quando se traz para o debate a problemática da experiência na distinção entre espaço e lugar, aponta-se, aqui, para a importância do afeto como elemento distintivo. Assim ocorre no caso das reflexões do presente artigo, relacionadas à poética de Virgílio de Lemos que, por motivos políticos, sai de sua aterra natal, Moçambique. O poeta passa a domiciliar-se na França, mas sempre navegando por outros mares, inclusive do Brasil. A origem e o destino passam a ser levados em conta. Portanto, não a nacionalidade, a origem é definidora de uma identidade. As identidades,

¹ Poemas criados em Moçambique, referentes ao período de 1952/1957, de acordo com Américo Nunes, em “Gênese dos poemas da Ilha de Moçambique”, que prefacia o livro *Ilha de Moçambique: A língua é o exílio do que sonhas*, de Virgílio de Lemos.

desse modo, são estudadas, aqui, pelo seu aspecto multifacetado. A nacionalidade não é o fator definidor. Remetendo-nos às reflexões de Benedict Anderson sobre o nacionalismo, podemos afirmar, lembrando dos conhecidos estudos do respeitado historiador Eric Hobsbawm, que o pensamento do autor de *Comunidades Imaginadas* se assemelha ao de Lília Schwarz:

Mais que inventadas, as nações são “imaginadas”, no sentido de que fazem sentido para a “alma” e constituem objetos de desejos, ao projeções. Benedict Anderson mostra como o nacionalismo, ao contrário do modelo marxista, que privilegia a esfera da “emissão” e entende a política como exercício exclusivo dos mandatários e poderosos, possui uma legitimidade emocional profunda (Schwarz, 2005, p. 9).

Benedict Anderson argumenta que não há “comunidades verdadeiras”. Elas são sempre imaginadas; elas não são legitimadas pelo par opositivo falsidade/autenticidade. Acima de tudo uma nação é “limitada”, conforme também afirma Lília Moritz Schwarz:

[...] longe da definição “essencial” de nação (como se a mesma contivesse elementos estáveis e naturais) [...] Anderson mostrou de que maneira a nação é – dentro de um espírito antropológico – uma comunidade política imaginada; quase uma questão de parentesco ou religião [...] (Schwarz, 2005, p. 11).

Embora a noção de nacionalidade se distancie da problemática da relação entre espaço e lugar, no que diz respeito às perspectivas históricas estudadas por Anderson, o estudo aqui realizado as aproxima propositadamente, para mostrar como a problemática da afetividade, ou do sentimento, influencia, tanto no que Anderson denomina “comunidades imaginadas”, no caso da conceituação de nação, quanto na identificação afetiva de um indivíduo com determinado espaço, a ponto de o distinguir, dotando-o de uma dimensão forte em termos de identidade pessoal. Se a identidade nacional trabalha com instâncias coletivas, é a noção de lugar que estará em jogo, também. Pode-se afirmar, no caso, que uma comunidade imaginada o é, a partir da relação de sentimento de alguém com seu lugar. A nação (comunidade imaginada) é, acima de tudo, um lugar imaginado. E as identidades não necessitam, necessariamente dessa marca geográfica da existência de um lugar propriamente dito. Trata-se de um lugar que pode ser imaginado enquanto tal. Tanto Bauman, quanto Hall e Anderson assinalam a natureza multifacetada das identidades, mesmo que, para Anderson, a matéria central seja a visão da nacionalidade como algo produzido, pensado. Assim, se a nação é um lugar, este é, se não inventado, como quer

Hobsbawm, imaginado, constituído a partir de desejos, intenções (embora comuns em relação a certos grupos que se unem por afinidades diversas).

Topofilia/topofobia e identidade

A noção de lugar para o geógrafo sino-americano Yi-fu Tuan, como já se antecipou, liga-se, diretamente, à problemática do espaço, sendo este, por sua vez, relacionado a uma liberdade. Portanto, ao pensar em espaço, aponta-se para a ausência de vínculo afetivo ou pessoal do indivíduo em relação a ele. Já, lugar pode ser entendido como um espaço que possui com o sujeito uma afinidade, marcada exatamente pelo afeto. Não se afirma aqui, entretanto, ser o lugar um espaço definitivamente bom, sempre positivo, em termos de conforto, ou mesmo de tranquilidade. As variações da relação de “topofilia” ou “topofobia” podem ser intercambiáveis. Ou seja, o amor ao lugar, na visão do trabalho aqui apresentado, em determinados casos, pode estar ligado ao ódio a esse mesmo lugar, ou a uma crítica que se próxima das duas noções. Os termos “topofilia” e “topofobia” foram cunhados pelo geógrafo sino-americano Yi-fu Tuan, partindo dessas possíveis relações de um indivíduo com seus espaços e lugares. Topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico (Marândola Jr, 2012, p. 19).

A relação de topofilia é marcada pela experiência pessoal. Parte do estudo da percepção humana e de sua relação com os sentidos, tato, audição, olfato, paladar e visão. O subtítulo da obra, “Topofilia”, já assinala o fato de que o geógrafo realiza um “estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente” (Tuan, 2012). Esse subtítulo resume bem a dimensão dos estudos de Tuan sobre a relação entre os seres humanos e o espaço que os rodeia. Mais especificamente, essa obra imerge nas reflexões sobre os sentidos para que faça emergir a importância da perspectiva da “experiência” nos estudos geográficos. Tal perspectiva está presente no “olhar” de Tuan, quando estuda a relação entre o amor e o ódio a um determinado lugar. A questão da experiência é aprofundada como temática, mais especificamente, em “Espaço e lugar: a perspectiva da experiência” (Tuan, 2013) e se relaciona, diretamente, à possibilidade de trabalhar com a diferenciação entre espaço e lugar. O lugar como espaço, cujos vínculos psicológicos fazem com que o indivíduo se relacione com ele como um lar.

Nessa remissão à problemática do lugar e sua relação possível com as discussões sobre as identidades na contemporaneidade, importa ressaltar que serve como embasamento possível para que se percebam instâncias de inclusão e exclusão de indivíduos em seus antigos lugares, em diversos momentos. Se a presente discussão proposta se insere na problemática das identidades, mais ainda diz respeito à relação psicológica, aqui, no caso, de autores que, por razões diversas, mais recorrentemente, políticas, tiveram que deixar seu local de origem. Há escritores que foram e/ou são perseguidos, literalmente, por mexerem com instâncias mais íntimas das identidades,

por estarem “contaminados” pela topofilia, criticando aspectos políticos, culturais, religiosos de acordo com a visão de grupos hegemônicos. Essa última instância citada, a da religião, marcou profundamente, como se sabe, por exemplo, a vida e a carreira de Salman Rushdie.

O escritor britânico, de origem muçulmana indiana, Salman Rushdie, nascido em Bombaim, é um autor que teve obras (como *Versos satânicos*) proibidas em seu país de origem. Ou seja, sair de sua pátria, ou, pior ainda, criticá-la em seu aspecto identitário mais profundo era praticar um crime. Não se tratava de topofobia, mas de topofilia. A crítica a determinados aspectos da religião de seu lugar o atingiu profundamente, a ponto de necessitar esconder-se para não ser assassinado. Partindo dessa assertiva, podemos afirmar que tivemos um surto de poetas e escritores que foram, de alguma maneira, considerados criminosos “topofílicos” fantásticos, por transitarem em línguas, costumes, culturas diferentes, mesmo amando seu “locus” de origem. Muitos desses artistas não retornaram ao seu local de nascimento. Erigiram como lugar, no sentido dado pelo geógrafo sino-americano, também um autor diaspórico, que entende ser o lugar diferente de espaço, pois o primeiro prevê uma relação psicológica com um determinado espaço, enquanto o seguinte, não.

No âmbito das literaturas de língua portuguesa, o caso do moçambicano Virgílio de Lemos, domiciliado em Paris, em grande parte de sua existência, nos traz aspectos peculiares e não menos diaspóricos, no que diz respeito aos acontecimentos políticos do século XX. Perseguido pela polícia política de Moçambique (PIDE), que ainda estava sob o domínio português, o nativo da Ilha de Ibo, partiu para o exílio levando na bagagem um forte teor de utopia, que marcaria seus escritos com uma fragrância própria das terras, principalmente ilhas, moçambicanas. E essa fragrância literária pode ser encontrada em muitas de suas obras, em especial, em *Ilha de Moçambique: A língua é o exílio do que sonhas*, publicada em nova edição, em 1999. na contracapa desta edição o poeta assina Virgílio Diogo de Lemos.

Tonalidades identitárias

O que se denominou, aqui, tonalidade identitária vai além das vivências ou visões “totalitárias”, passando pela tradicional discussão sobre as distinções acerca da identidade nacional, passando pela discussão sobre o lugar, no sentido dado por Tuan, desembocando nas águas poéticas e estratégicas da língua. O trabalho aqui apresentado intenta, a partir da interpretação de alguns poemas de Virgílio de Lemos contidos na obra mencionada há pouco, tocar (mesmo que “de leve”) na pele dessa base utópica da poesia virgiliana, para iluminar, em termos gerais, aspectos inerentes à diversidade poética do autor, trazendo para a discussão a relação entre identidade e diversidade, na trajetória artística desse poeta e jornalista que transformou sua poética nativa em poética universal, aproximando, portanto, o local do global.

Virgílio Diogo de Lemos, entendido por muitos como o pai da poesia lírica moçambicana, nasceu na Ilha de Ibo, em Moçambique, em 29 de novembro de 1929. Seus primeiros poemas principiaram em 1944-1948. No período entre 1947-1948, foi colaborador (e redator) do *Jornal da Mocidade Portuguesa*, de Moçambique, com seu irmão Eugenio de Lemos e Guilherme de Melo.

No dizer do também moçambicano Mia Couto, a poesia de Virgílio é “um índico”, por excelência. Referindo-se ao Oceano Índico, que banha seu país, o escritor afirma que a infância do poeta “se fez entre a onda e a duna, sua vida se forjou viagem entre impossíveis margens do mundo.” (Couto, 1999, p.15)

A vivência na Ilha de Ibo, na infância, de acordo com essa interpretação de Mia Couto, ficaria incrustada em sua poética. Continua o moçambicano, lembrando que a Moçambique de Virgílio vivia sob o domínio português:

O país que nos via nascer não havia ainda nascido. Antecipados estávamos à nação. Lutar pela identidade deu asas a outros mais ousados sonhos. Houvesse nação, história sedimentada, identidade fixada, e o tempo em que nascemos seria, quem sabe, menos propenso à poesia. Falo da poesia enquanto escrita, mas sobretudo enquanto vida. Falo da lógica poética como sistema de entendimento de outros e do mundo (Couto, 1999, p. 15).

Como Mia Couto, Virgílio nasceu em uma terra entregue à dominação colonial. Os jovens escritores e poetas subvertiam ideias “contrabandeavam culturas” (Couto, 1999). Viviam em um litoral que carrega múltiplas histórias, de árabes, negros, indianos, europeus, que, por sua vez, “criaram constelações em um único céu” (Couto, 1999). Segundo, ainda Mia Couto, ele e Virgílio, são “devedores dessa mestiçagem que nos inculcou o gosto da errância, uma vagabundagem que nasce do gosto de trocar corações, nessa troca, ir perdendo a alma” (Couto, 1999).

Os materiais da infância invadem os poemas, repletos de magia e invenção, pois o poeta vive entre a vida cotidiana, em tempo real e, simultaneamente, em um tempo que também inventa. Para Mia Couto,

[...] a própria nação moçambicana é ainda categoria ficcional. Virgílio participou da luta contra a dominação colonial. Como cidadão, procurava cidadania. Como poeta, subvertia a própria ideia de cidadania. Dividido enquanto ser, a estratégia de sua escrita não poderia ser outra senão a da dispersão. Virgílio se reparte em heterônimos (Couto, 1999, p. 16).

A heteronomia virgiliana é marcante e nos serve, aqui, para ratificar a afirmativa de que a “errância”, em vários sentidos, é uma de suas marcas. Seguindo as observações

de Mia Couto. sobre Virgílio, podemos afirmar que a “essência” de tal errância está centrada na vida e na escrita irrequieta desse artista que aprendeu a “vagabundear” e criar pessoas, mundos, imergir na luxúria das palavras e ações, em sua época, como reflete Mia Couto. Seguindo a poética pessoana, o poeta Virgílio de Lemos é um fingidor, em si mesmo, e inventa pessoas e mundos. Ortônimo ou heterônimo, o poeta irrequieto assusta, incomoda. E Virgílio provocava, de várias maneiras, desde a manutenção de um bigode surreal (simultaneamente) mantenedor de tradições lusitanas, quase à Dali, que chamava a atenção de seus amigos e leitores, a uma marcante sedução para conseguir o que almejava, em vários níveis da vida cotidiana, inclusive a amorosa. Dessa “sedução” sabem bem seus amigos e comentadores. Por habitar margens e centros, como os de Maputo, Comandatuba, Rio de Janeiro, Salvador, simultaneamente pôde ser autêntico, na contramão do politicamente correto, que costuma utilizar diversos ardis, para atingir suas metas, inclusive a mentira.

Ser vagabundo, marginal, aquele que vaga, viaja nas vagas do improvável e do proibido, faz desse fingidor, muitas vezes, um representante, ou mantenedor de verdades inauditas e (talvez por isso) malditas. Daí sua errância pessoal ser ainda mais impulsionada pelo exílio, que o fará transformar vagabundagem em ofício e/ou estratégia ficcional e de sobrevivência, em várias partes do mundo, com sede em Paris. E, sabe-se, Paris, como algumas outras grandes capitais da Europa e da América, abriga inúmeras ilhas culturais. Nela, a Cidade das Luzes, Virgílio ancorou o barco que, em Lourenço Marques, hoje Maputo, poderia ter naufragado por razão de sua própria morte, que teria ocorrido sob a rigidez das atitudes violentas da PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado, a polícia política de Portugal (1945 a 1969), responsável pela repressão política, durante o “Estado Novo” português. E essa repressão levou muitos dos “vagabundos”, os artistas execrados pela ditadura, à morte ou ao exílio.

Timbres “poiético” – identitários virgilianos

Mia Couto amplia suas reflexões sobre a biografia e sobre o ofício poético de Virgílio de Lemos, afirmando que

O seu nome, Virgílio, já veio carregado de história. Mas esse nome, mesmo mistificado, não lhe é suficiente. Ele se recria em outros nomes de poeta. A poesia que é seu barco de dispersão, autorizando múltiplas identidades. Ele vai criando seres para os nomes: Duarte Galvão, Bruno dos Reis, Lee-li Yang. Este homem é crioulo, não na língua, mas no coração. Uma parte da sua poesia se sacrifica e se converte em empenhamento: o livro de seu heterônimo Duarte Galvão chama-se Poema do tempo Presente. O título

é sintomático. A luta pela presença de outro tempo custou-lhe a prisão. Acusado de conspirar contra o regime fashista, Virgílio é atirado para a prisão onde experimenta a viagem por dentro de si mesmo (Lemos, 1999, p. 15).

Como afirma Mia Couto, Duarte Galvão é o heterônimo que escreve, mas quem vai preso é Virgílio. E, segundo, ainda, a visão do autor de *Terra Sonâmbula*, secretamente, prepara-se, no próprio interior de Virgílio, o fim desse heterônimo e o afastamento do teor mais explicitamente militante de sua poética. Mas, mesmo em seus poemas de inclinação aparentemente mais distante de uma estética centrada na militância, como nos contidos em *L'Obsene pensée d'Alice*, encontramos uma menção, direta ou indireta de uma visão crítica da realidade, do mundo circundante.

né dans la vagine du cobalt.
Nomade comme les sables.
Il a perdu la main.
l'île lointaine veille sur son destin
(Lemos, s.d.a., p. 32)².

Na aproximação de campos semânticos apenas aparentemente distantes inerentes à sexualidade e da questão identitária, o eu-lírico põe corpo e “alma” em um mesmo itinerário, em uma embarcação poética que carrega elementos trazidos de sua vivência insular, de sua natural abertura à diversidade. Nômade como as areias, a ilha remota vigia seu destino. A presença de um estado insular interior, para lembrar as reflexões de Mia Couto, amplia-se, ao longo de sua poesia “errante”, diaspórica, aventureira e não menos coerente com tal estado.

A relação entre nomadismo e o que Stuart Hall (2014) denomina diáspora é forte. Embora o nômade seja aquele que não tem paradeiro, não deixa de procurar e/ou encontrar terras prometidas ou “imarginadas”. O neologismo, aqui criado propositalmente, aproxima a ideia de ímã à imaginação e às marginalidades. O nômade é atraído por uma espécie de ímã cuja atração se concentra no desconhecido e/ ou na ânsia insaciável da busca (nem sempre do encontro) da utopia. A imaginação é o que fecunda, nesse caso, a busca. É o que cria possibilidades de trajetos e trajetórias. Além do ímã da busca e da imaginação criativa que desenha possibilidades de rota, está a identidade marginal do buscador, pois não se concentra. Ao se dispersar, na busca incessante, o nômade vive nas margens, enquanto ser diaspórico. Mas a condição

² Transcrição: Parido na vagina de cobalto./Nômade como as areias. / Ele perdeu o tino./A ilha remota vigia seu destino

do diaspórico pode não ser definitiva. Esse é o caso de Bauman, Hall, e Virgílio de Lemos (1999). No caso dos dois primeiros, a terra (não prometida?) encontrada foi a Inglaterra, já o poeta se acenta na França. Hall e Bauman encontram como terra de exílio o espaço para ampliarem suas carreiras.

A questão da diferença entre lugar e espaço, aqui surge, como já se disse, como importante elemento, remontando aos estudos de Tuan. No trato da poética e da biografia de Virgílio de Lemos, a problemática do lugar pode revelar outras nuances que, se se distanciam da relação com a perspectiva da experiência, comum às reflexões do geógrafo humanista Tuan, no que se relaciona com os sentidos humanos. E envereda-se pela perspectiva vivencial, em outros vieses. A “errância”, e não um lugar específico (um porto seguro), marca a relação de Virgílio com o seu lugar. Seu lugar, aqueles espaços em que há relação afetiva e psicológica com o sujeito, é múltiplo. Talvez se possa aprofundar, com base nas afirmativas de Mia Couto já citadas, que a identidade de Virgílio é constituída pela viagem, pela aventura, pela inquietude. E os elementos que impulsionaram tal errância estão em sua fase insular, marcantemente presente em *Ilha de Moçambique – A língua é o exílio do que sonhas*. Nessa obra poética, Virgílio dialoga e/ou utiliza como referência a obra de Luís de Camões. No próprio título da obra poética destacada, é evidente a ideia de exílio como ponto de provocação reflexiva, biográfica e poética.

A Ilha dos amores, capítulo importante da épica camoniana, funciona como elemento de apoio para reflexões que vão além dos problemas políticos, um olhar filosófico que acompanharia o poeta durante toda a vida. O que se sonha é o que está no difuso, no di-verso, no que escapa à marca da tradição nacionalista. O sonho (de lugar) está na língua e é por ela (ou nela) que o sonho trafega. A língua é o lugar (lar, ponto de chegada e partida do sonho, da utopia) e a estratégia que auxilia o poeta em sua interminável viagem “poiética”. A língua, portanto, por essa visada é o exílio e o auxílio dos sonhos.

Na topofilia biográfica e poética de Virgílio, para ser fiel ao amor à pátria, foi preciso trair o princípio das divisas nacionais. E isso, efetivamente, é o que ocorre com muitos dos exilados políticos, em inúmeros lugares do planeta. Não apenas a PIDE e os detratores dos rebeldes idealistas como Virgílio de Lemos. Não é difícil elencar artistas que, para manter o afeto ao seu lugar de origem, partiram para campos distantes, antes inimaginados e, de lá iniciaram caminho de acertos, na errância da expectativa de uma terra prometida. Se há terra prometida, essa é a própria Terra, o planeta. A insularidade de Virgílio, comentada por Américo Nunes em “Gênese dos poemas da Ilha de Moçambique” (Nunes, 1999, p. 7-8), marca-se, além, pelos heterônimos, que são, em realidade, uma península poético-biográfica, cercada por Virgílios por todos os lados. Segundo Nunes,

A poesia de Virgílio de Lemos, sendo a dicotomia ilha-mar, mais ilha que mar, um vai e vem permanente entre isolamento e abertura. Mas é, sobretudo, ‘movimento’, diálogo com o Outro – diálogo com os textos que leu e mais o pressionaram – com a música que estudou e o fez vibrar – com a pintura e as cores, com a própria musicalidade e luz que ele cria (Nunes, 1999, p. 7).

Mesmo em suas instâncias poéticas ortônimas (em que o poeta assume a “auto-ria” e não a transfere para o poeta criado por ele), Virgílio dialoga, e certa maneira “incorporando” outras vozes poéticas, como acontece na obra virgiliana aqui destacada, com Camões. E a marca dessa “incorporação” poética, ou mais ainda poiética (tomando o termo grego *poiesis*, em sua acepção de criatividade), é a intertextualidade. Os versos de Virgílio podem facilitar que se ratifique a presente afirmativa.

No poema “Entre o teu olho e o meu olhar”, Virgílio dialoga com Camões. E o jogo imagístico centrado no fato de que Camões só possuía um olho ressalta a força do diálogo, já no título e se amplia ao dividir com o poeta português suas angústias, propondo que o mesmo vê menos o exterior, que o que embebe em sua melancolia.

O teu olho Luís embebido de tristeza
vê a bruma carregada de melancolia
Virgílio e o mar de sua fantasia
O teu olhar é mais olho do que sente
que o visível exterior.

Outra menção ocorre também já desse o título, no poema “Ilha dos amores”. E a relação com a poesia camoniana serve como trampolim crítico. A ilha dos amores oculta ou abriga “a nau habitada por infernos, tumultos, espantos”:

A Ilha dos Amores é a casa dos mortos, a nau
habitada de infernos, tumultos, espantos, a gruta
dos fogos da alma e obsessões do corpo, culto
das rotas interiores. Solidão medo e fim [...]

O encanto com a composição camoniana serve de diálogo para suplantar o idílio e impor a crítica. Se é conhecida a relação dos autores moçambicanos com a obra camoniana, é forte, também, a importância dada a autores como o português Fernando Pessoa e o brasileiro João Cabral de Melo Neto, acentuadamente na obra poética de Virgílio de Lemos (1999):

na bruma, sol e sedas do teu corpo, silêncios
e gritos, inventário de mitos, a beleza em busca

de si mesma, confiante, inquieta, fulgurante e neutra
interrogando-se acoplada ao destino de ti. Sangue

O desejo transcende a destreza dos gestos, felino
desdobrava-se em impulsos e garras dos pés à cabeça
teu corpo de unhas e asas, convés dos sentidos

Na manhã azul, a morte lembra à vida, que o Eden
é efêmero, frágil a rede onde os peixes se perdem
entrelaçadas vozes, lábios na vertigem do nada.

A reflexão que emerge do poema tangencia instâncias filosóficas do heterônimo Alberto Caeiro, de Fernando Pessoa. Ela se concentra na remissão ao nada, ou na “vertigem do nada”, no último verso do poema citado, se soma à presença permanente de metáforas inerentes ao corpo feminino e/ou a questões próximas da sensualidade, marca da maior parte da poética de Virgílio de Lemos. Para lembrar Américo Nunes, prefaciador da obra aqui tradada, está sempre presente a “metáfora mulher” (Nunes, 1999, p.7), ou a remissão direta ou indireta do corpo feminino e as possibilidades de criação de jogos “poiéticos” no campo semântico das relações sensuais e/ou sexuais. Para ratificar a afirmativa de que o corpo e as alusões ao corpo feminino servem de base para a criação de metáforas e alegorias, pode-se citar, mais uma vez, Américo Nunes, “o poeta viaja pelo corpo. E pelo corpo da memória” (Nunes, 1999, p. 8). Como se vê, amálgama de questões existencialistas e sensuais estão a serviço da reflexão filosófica, ou, em camadas subliminares, de propulsão crítico-política. Continuando ainda com Américo Nunes, acrescenta-se a dimensão universal:

A partir de 1956, nota-se que sua poesia reparte para outros voos, do esplendor do corpo telúrico, inscrito no mar índico e nos cosmos, nasce o corpo a corpo com a palavra. Fluxo do desejo e do fluxo interior da palavra, seus poemas das ilhas do Índico, ganham uma dimensão. Eles chamaram a atenção de Carmem Tindó Secco, na sua *Antologia do Mar na Poesia Africana de Língua Portuguesa do séc. XX*, UFRJ, 1999, UFRJ (Nunes, 1999, p. 8).

No corpo a corpo com a palavra, para retomar o texto lúcido de Nunes, Virgílio exercita lições por ele apreciadas advindas do brasileiro João Cabral de Melo Neto, que passaram a ser denominadas metapoemas. Mas a lição cabralina parece ter sido trabalhada por Virgílio, apenas pela sua feição da metalinguagem, característica do poema “Catarrhal”, “O Arquiteto” e “O Engenheiro”. Afirma-se isso, baseando tal afirmativa, na presença já citada das instâncias filosóficas pessoanas. A palavra é o reservatório denotativo que serve para o salto das conotações marcantes da língua como “exílio do que sonhas”. A palavra incorpora a vida, mas não é ela em si mesma.

A eroticidade que lhe dá alma está na pele da palavra, mas no corpo utopia. A utopia é um selo que se estampa na base filosófica da poética virgiliana.

O lugar de Virgílio, para retomar a discussão inicial do artigo, está centrado na viagem, na errância, finalmente, no verbo navegar, na substantiva utopia de ir além do dado, ou mesmo das apostas no conhecido. Se a dor do exílio é um motor, a palavra é o veículo do exílio dos sonhos, mas paradoxalmente o lugar escolhido pelo eu-lírico para sobre-viver.

Reflexões finais

Durante o desenvolvimento do artigo, a questão das identidades foram tomando tonalidades diferenciadas, aproximando a questão sociológica das identidades da problemática do lugar, estudada pela geografia humana e, por fim, da capacidade “poiética” de Virgílio de Lemos de aproximar, intuitivamente ou propositadamente, tais questões ao trazer em seu auxílio nuances aparentemente distantes das poéticas de João Cabral de Melo Neto e Fernando Pessoa. Esse auxílio, que aproxima a metapoética cabralina da reflexão ontológica caeiro-pessoana. Tal auxílio serve de “porto” de partida para pensar nas identidades citadas que propiciaram as discussões sobre o tema por parte de autores conhecidos, na contemporaneidade, Stuart Hall, Zigmunt Bauman e Benedict Anderson. Das identidades no mundo contemporâneo, marcadas pela negociação, pela desconstrução da tradição centrada nas identidades nacionais e pelo entendimento de que as identidades devem ser entendidas como marcas das “comunidades imaginadas”.

Às reflexões acerca da identidade, projetando as discussões para momentos distantes do atual pós-modernismo, foi adicionada à problemática do lugar, conforme o estudou o geógrafo humanista Yi-Fu Tuan. Como se disse, ao longo do texto, Tuan diferencia lugar de espaço. Um lugar, para efetivamente sê-lo, deve ser um espaço em que o indivíduo mantenha uma relação de afeto, portanto psicológica. Embora Virgílio de Lemos tenha vivido e escrito sob as instâncias da truculência da PIDE e, motivado pela vigência da ditadura, tenha-se exilado, seu lugar, seu espaço maior de afeto, permaneceu em sua memória e em seus textos. Se a questão da identidade nacional se esvai, nas veias biográficas e poéticas desse moçambicano tornado diaspórico, como Bauman, Hal, dentre outros, a marca de seu lugar caminhará para sempre. A Ilha do Ibo torna-se um continente poético inesgotável. E essa condição de ilhéu, ligado fundamentalmente ao mar, o aproxima, na obra poética escolhida, aqui, de poetas como Camões, Fernando Pessoa e João Cabral de Melo Neto. Navegar torna-se verbo-verso, para travessias “poiéticas” inesperadas, na criação de “metáforas-corpo” que se tornam veículo de uma utopia que o torna navegante, como o Camões de *Os Lusíadas* e Fernando Pessoa, de *Mensagem* (sem olvidar seus heterônimos, marcadamente, Alberto Caeiro). Mas as travessias têm como bússola

a capacidade metapoética virgiliana, que o aproxima do “Engenheiro” “andaluz-brasileiro” das palavras, João Cabral de Melo Neto.

Finalmente, afirma-se, neste artigo, que ele é permeado por tonalidades identitárias múltiplas e/ou simultâneas, que trabalham com temas como as identidades, o lugar e a língua. Se a língua é o exílio do que sonhas, é paradoxalmente, a nave que, pela utopia, leva eterna-a-mente para o sonho (utopia).

Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BAUMAN, Zigmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

COUTO, Mia. II Prefácio. In: LEMOS, Virgílio de. *Eróticos Moçambicanos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Ed. UFRJ, 1999. p. 15-17.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

LEMOS, Virgílio de. *Eróticos moçambicanos*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira; Ed. UFRJ, 1999.

LEMOS, Virgílio de. *L’Obsene pensée D’Alice*. Paris: Éditions La Diference, s.d.a.

MARÂNDOLA Jr, Eduardo. Prefácio. In: TUAN, Yi-fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012. p. 7-11.

JORNAL NEXO. *Alejandro Chacoff*. 1 fev. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/estante/favoritos/2020/5-livros-para-conhecer-a-literatura-diasp%C3%B3rica>. Acesso em: 25 maio 2023.

NUNES, Américo. Gênese dos poemas da Ilha de Moçambique. In: LEMOS, Virgílio. *Ilha de Moçambique: a língua é o exílio do que sonhas*. Maputo: AMOLP, 1999. p. 7-8.

SCHWARZ, Lília Moritz. Imaginar pe difícil, porém, necessário. In: ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 9-17.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

TUAN, Yi-fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

Idemburgo Pereira Frazão é doutor em Literatura Comparada (UFRJ). Mestre em Literatura Brasileira (UERJ). Líder do Grupo de Pesquisa Literatura das Margens. Professor Literatura Brasileira. Temas principais pesquisados: Identidades, culturas, marginalidades; crônica; carnaval; música; rádio; teatro e cultura da Baixada Fluminense. Autores: Lima Barreto; Machado de Assis; Cyro dos Anjos; Carolina Maria de Jesus; Joel Rufino dos Santos; Conceição Evaristo, Solano Trindade e Moduan Matus. Autor de: Lima Barreto: diálogos marginais e identidades periféricas; Literatura de Amanuenses: Burocracia e imaginação em Machado de Assis, Lima Barreto e Cyro dos Anjos; Entrelinhas: Burocracia e imaginação nos romances de Cyro dos anjos; A poética identitária de Moduan Matus – a Gização e a Arte Baixadense. Livros de poemas: “Te-sendo”; “O livro das figuras”, “Maná-ós”, entre outros; e de inúmeros artigos acadêmicos. Co-autoria: “Clementina Cadê Você (FUNARTE)”; “Cantos da Memória: Cultura, identidade e memória em Ipiabas e Conservatória”; “Nas trilhas das identidades, no território das Margens”; (Org.); Cultura e identidades: (Des-caminhos das Margens), dentre outras. Escritor, poeta, cronista, Arte-educador, cantor, compositor, instrumentista, é também conhecido como Guinho Frazão.



Revista Mulemba
e-ISSN: 2176-381X
v. 15, n. 28, p. 100-115, 2023
DOI: 10.35520/mulemba.2023.v15n28a56662

Artigos Livres

As caligrafias de um corpo moçambicano: passeio pelo caderno de memórias coloniais

The calligraphs of a mozambican body: a walk through the colonial memories notebook

El manejo de un cuerpo mozambiqueño: un paseo por el cuaderno de memorias coloniales

Shayara Lorena Arantes Oliveira 

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

E-mail: shayaralorena@yahoo.com.br

Editoras-chefe

Carmen Lucia Tindó Secco
Vanessa Ribeiro Teixeira

Editores convidados

Andrea Cristina Muraro
Gabriel Chagas
Luciana Brandão Leal
Marlon Augusto Barbosa

Autora correspondente

Shayara Lorena Arantes
Oliveira
shayaralorena@yahoo.com.br

Recebido: 28/01/2023

Aceito: 11/06/2023

Como citar:

OLIVEIRA, Shayara Lorena Arantes. As caligrafias de um corpo moçambicano: passeio pelo caderno de memórias coloniais. *Revista Mulemba*, v. 15, n. 28, p. 100-115, 2023. doi: <https://doi.org/10.35520/mulemba.2023.v15n28a56662>

RESUMO

O presente artigo problematiza a relação entre o desenvolvimento da literatura e a construção da identidade moçambicana, vistos a partir da transição de um paradigma colonial para um pós-colonial. Nesse intento, investiga-se por meio do romance *Cadernos de Memórias Coloniais*, como a narradora caligrafa seu corpo feminino na escrita de suas memórias e traumas, se opondo à ordem de escrita colonial e política portuguesa. Busca-se compreender a forma que estas memórias afetivas se inscrevem neste sujeito-mulher e como os signos de sua escrita retornam num processo de elaboração contínua, traçando a relação entre o corpo da narradora, o corpo do pai e o nascer da letra. Utilizando-se de pesquisa bibliográfica, em especial, artigos científicos atinentes à temática do regime colonial moçambicano e de teorias literárias do período pós-colonial, correlacionando com textos científicos de bases psicanalíticas. Concluiu-se que, ao caligrafar sua escrita enquanto corpo (letra), a partir da morte do pai, fez emergir sua inscrição fora do cânone português colonial.

Palavras-chave

corpo, letra, literatura, África, colonialismo.



Abstract

This article discusses the relationship between the development of literature and the construction of Mozambican identity, seen from the transition from a colonial to a post-colonial paradigm. In this attempt, it investigates through the novel *Cadernos de Memórias Coloniais*, how the narrator calls her feminine body in the writing of her memories and traumas, opposing the Portuguese colonial and political writing order. It seeks to understand the way that these affective memories are inscribed in this subject-woman and how the signs of his writing return in a process of continuous elaboration, tracing the relationship between the body of the narrator, the body of the father and the birth of the letter. Using bibliographic research, in particular, scientific articles related to the theme of the Mozambican colonial regime and literary theories of the post-colonial period, correlating with scientific texts with psychoanalytic bases. It was concluded that, by handwriting his writing as a body (letter), after his father's death, his inscription emerged outside the colonial Portuguese canon

Keywords

body, letter, literature; Africa, colonialism.

Resumen

Este artículo discute la relación entre el desarrollo de la literatura y la construcción de la identidad mozambiqueña, vista desde la perspectiva de la transición de un paradigma colonial a uno poscolonial. En ese intento, se investiga a través de la novela *Cadernos de Memórias Coloniais*, cómo la narradora caligrafía su cuerpo femenino en la escritura de sus memorias y traumas, oponiéndose al orden de la escritura colonial y de la política portuguesa. Buscamos comprender cómo estos recuerdos afectivos se inscriben en esta mujer-sujeto y cómo los signos de su escritura retornan en un proceso de elaboración continua rastreando la relación entre el cuerpo del narrador, el cuerpo del padre y el nacimiento de la letra. Utilizando la investigación bibliográfica, en particular, artículos científicos relacionados con el tema del régimen colonial mozambiqueño y teorías literarias del período poscolonial, correlacionando con textos científicos de base psicoanalítica. Se concluyó que, al caligrafiar su escritura como un cuerpo (letra), después de la muerte de su padre, su inscripción surgió fuera del canon colonial portugués.

Palabras-clave

cuerpo, carta, literatura, África, colonialismo.

Identidade Moçambicana e o papel da literatura em Caderno de Memórias Coloniais

Falar da colonização portuguesa é pensar num tempo que se constitui por uma vagarosa e violenta relação de dominação por parte do poder colonial sobre os povos africanos. Moçambique configurou sua independência no ano de 1975, após a Frente de Libertação de Moçambique – FRELIMO. As investidas portuguesas em terrenos moçambicanos sempre tentaram transformar os colonizados em indivíduos alheios e isentos de história, cultura, identidade e subjetividade.

Desse modo, o que estruturou a ação colonial se caracteriza pela universalidade e superioridade da racionalidade dos povos do ocidente. Os indivíduos não ocidentais que buscam ter acesso às conquistas científicas e técnicas, que o mundo ofereceu, foram obrigados, muitas vezes pela via da violência, a se adaptarem a esse modelo ocidental.

Essa noção da política do colonialismo em relação aos africanos os trataram como povos infra-humanos. Na luta pela afirmação e legitimação da identidade do moçambicano, uma função relevante pode ser dada à literatura. “Como se configurou ela no enfrentamento do embate colonial e posteriormente na construção da Nação moçambicana?” Podemos vislumbrar melhor o papel ininarrável desempenhado pela literatura no período pos-colonial e também na construção da identidade nacional em Moçambique. Pela razão de ser uma literatura firmada na política, se pode compreender a construção desta nação como estado-nação. Porém, é no pós-colonialismo que a literatura vai se fixar na participação, a seu modo, na edificação dos muros da moçambicanidade.

Nestes muros encontramos a figura do colonizado e colonizador. O colonizado é apresentado como um ser indiferenciado, de modo estático, que não se inscreve nem como criatura em trânsito para realização nem como história a ser construída. Ele atravessa o olhar do colonizador sem ter neste, o reconhecimento da sua própria existência. Não há subjetividade quando se trata do processo de colonização envolvendo o ser colonizado. Por isso, estamos diante da imagem especular do europeu que, ao buscar educar e reestruturar o Outro-africano, deixa-se levar pelo desenho da própria imagem.

Essa forma de enxergar o outro se constituiu como o cerne da sustentação filosófica que norteou a ação colonizadora de Portugal nos meados do século XIX e durante o século XX, constituindo também como sustentação ideológica (Lopes, 1998, p. 269-285).

O suporte ideológico trava uma discriminação racial violenta que inscreve no contexto social, a tonalidade do ser negro como um ser inferior e incivilizado. Este segmento da incivilidade e discriminação pode ser visto nos próprios gestos do

colonizado que, ao falar com o branco colonizador, o moçambicano negro curva-se e jamais cresce o tom de voz para além da do seu interlocutor. A discriminação também pode ser reproduzida pelos muros arquitetônicos das cidades separadas em dois elementos de cores: a cidade de alvenaria para os brancos colonizadores, e a cidade de palha, para os negros colonizados (Lopes, 1998, p. 269-285).

A produção da realidade literária nacional em Moçambique tem como referência a língua portuguesa, porém equalizando-a para o que podemos nomear por cultura(s) de Moçambique. Um país que ainda não havia se formado plenamente como nação, mas que estava às bordas dessa formação, através da contribuição da voz da literatura.

A língua portuguesa era compreendida pelos autores como uma entidade viva, em constante transição, e que funcionava como um lugar onde iriam convergir os tantos e outros modos de escrita e fala. Com o advento da guerra, contudo, a grande maioria dos escritores passaram não só a perceber como também a expressar em seu saber-fazer literário, as gigantescas perplexidades sociais e existenciais que atravessavam o humano. Porém, essa feitura ainda lhes era limitada.

Analisando a controvérsia da literatura engajada, o escritor moçambicano José Pastor afirma que a literatura, como fator ativo da vida social é sempre tendenciosa, não no sentido perjurativo, mas no sentido bem claro de que ela não é socialmente indiferente. Defendendo que a literatura não pode determinar o caminho de uma sociedade, admite no entanto que a literatura tem enormes possibilidades de a influenciar, graças aos seus próprios meios de apropriação estética da realidade, da vida (Lopes, 1998, p. 279).

Portanto, o campo literário em Moçambique vai se configurar como um elemento central da identidade cultural do estado-nação, mesmo que se evidencie ser o país muito mais do que isso. Com isso, o cenário político, social e, consoante a estes, o literário, de Moçambique, decorrente da situação colonial, se diferencia da Europa e até mesmo de alguns países colonizados do terceiro mundo. A diferença consiste em que, enquanto nestes, a nação era anterior ao estado-nação, na África é o estado colonial que deu forma aos estados-nação, totalmente sem raízes, vozes e antecedentes.

Num cenário desvantajoso e desencorajoso, a literatura tecida em Moçambique surge tecendo textos sob a referência do olhar do colonizador mas que, ao tecer com sutileza e coragem o texto, tece também com orgulho e profundidade a própria identidade do ser moçambicano. Por meio de uma ação deliberada, os escritores moçambicanos buscam legitimar uma identidade própria. Porém, inscritos num tecido textual e social primordialmente produzido numa tradição literária portuguesa e, em um universo discursivo colonial, gera uma escrita que vai de encontro à essa referência colonizadora e ao mesmo tempo, rompe-se com ela.

Pelo fato das formações culturais serem orais, o percurso da literatura africana somente pôde obter forma através do uso da língua colonial européia. Neste sentido, um questionamento central: não deveria essa língua transformar-se em outras línguas, efeito de sonoridades-outras moçambicanas e portuguesas?

O que emerge de uma nova língua, ainda em travessia, faz e refaz-se, num re-tecer contínuo, pelo qual, o sujeito que escreve surge, reinventando-se a cada novo texto em face à realidade literária e também política que surge. Sob essa égide nasce o romance *Caderno de Memórias Coloniais*, da escritora portuguesa nascida em Moçambique, Isabela Figueiredo¹, que trata de importantes elementos de ordem social e política em África, mas também traça caminhos no campo subjetivo da narradora e sua escrita e desta com a figura do pai. O entrelaçamento destes personagens mescla, metonimicamente, o entrelaçar entre a memória individual e a memória coletiva nos tempos de (des) colonização. Todavia, antes mesmo de mergulhar na escrita do romance, vale-se ater ao lugar simbólico e social que origina-se um texto submerso ao mundo literário.

Emerge-se, portanto, a noção de dois importantes filósofos: Platão e Aristóteles (1986). O primeiro considera a arte como cópia da cópia, sendo a linguagem apenas a reprodução de um modelo existente. O segundo considera a literatura não como a mera cópia do real, mas uma construção textual aberta ao social. Porém, é preciso encontrar um caminho intermediário em relação ao dualismo entre o que se cola ao referente ou à auto referência (Paulino; Walty, 2005, p. 138-154).

Nessa direção, introduz-se a importância de abandonar a via dicotômica (literatura fala do mundo ou literatura fala da literatura) para um modelo mais aberto, do aproximadamente, visto que, o sujeito desenvolveu sua relação com a linguagem para tentar dar conta de lidar com algo que é da ordem do real e que a linguagem não consegue se apropriar (Compagnon, 1999, p. 97-138).

Portanto, o conceito de real sofreu atravessamentos sociais, antropológicos e psicanalíticos que culminaram em transformações importantes no campo literário. *Cadernos de Memórias Coloniais* também foi tocado por esse atravessamento. A realidade textual não é tão somente aquela ligada ao mimesis (representação) dos personagens fechados no tempo e espaço da narrativa literária. O que ocorre é um

¹ Em entrevista concedida à editora Angelus Novus, disponível em: <https://angnovus.wordpress.com/2009/12/03/%C2%ABisto-e-a-serio%C2%BB-uma-conversa-com-isabela-figueiredo-i>. A autora é questionada quanto a sua nacionalidade e, em resposta, Figueiredo responde que se sente “uma portuguesa que nasceu em Moçambique. Sempre fui qualquer coisa em transição, mas uma coisa que precisa ser portuguesa para poder reconhecer-se, encaixar-se e sossegar um bocado”. Portanto, a ênfase presente no texto refere-se à transitoriedade, compreendendo, desse modo, a literatura como espaço em que nacionalidades outras podem ser forjadas ou encenadas pelo corpo de linguagem da narradora de forma fragmentada, transitória, e que não corresponde necessariamente à nacionalidade do sujeito civil Isabela Figueiredo.

processo de enunciação, que traz à realidade do texto, um caráter de transitoriedade, um ato social e subjetivo que envolve tanto o autor, o narrador e o leitor. E isso só é possível pela via da linguagem (Paulino; Walty, 2005, p. 138-154).

Neste sentido, retomamos a cena enunciativa de um texto literário, revelando que há um real a ser contestado, emergindo “um efeito de real” (Barthes, 1988, p. 145-171). Também para Iser, ao se referir à obra e sua realidade, acrescenta a disposição da ficção em se apresentar como aparência de realidade. Pode até ser mesmo que a função da dissimulação seja manter intactos os critérios naturais, para que a ficção seja compreendida como uma realidade que possibilita o esclarecimento de realidades (Iser, 1996, p. 955-987).

Ao distanciar-se da representação direta e fechada do mundo, a enunciação literária abarcada no romance em análise, passa a acolher não apenas a representação em si, mas o próprio discurso como forma de refazer o laço (da narradora com o pai, do pai com a nação portuguesa, da narradora com os moçambicanos) com as vozes do texto, ou seja, vozes estas que constituem a realidade não apenas literária, mas também política, social e subjetiva.

Caligrafias de um corpo feminino: Memórias e traumas para além do cânone

Quando falamos do relevante papel da literatura na construção identitária de países africanos como Moçambique, podemos extrair o poder de inclusão de outras racionalidades em direção a outro sentido na criação de espaços literários, com especial ênfase para os das literaturas e ideologias latino-americanas quando entendem que, a compreensão do lugar de cada produção estética passa, conjuntamente com outras literaturas, por uma análise sobre o caminho cultural, político e social de uma geração ou uma nação (Mata, 2014, p. 27-42).

Ao se pensar no campo especificamente literário, é preciso se lembrar, antes de qualquer via de rotulação, que o escritor, em especial o moçambicano, é um sujeito que escreve em seu tempo e espaço ficcional correlacionando o seu texto com o tecido social vigente, como é o caso do tempo colonial exercido por Portugal em Moçambique. A partir disso “a literatura é produção social, parte integrante de uma realidade e de uma história nunca neutras” (Polar, 2000, p. 20).

Por isso, atualmente o problema do eurocentrismo está presente nas reflexões pós-coloniais para legitimar a relevância da descolonização no âmbito também teórico. Ele se faz presente também para analisar elementos estéticos de espaços periféricos e marginalizados (a literatura, a arte ou a música, por exemplo), elementos estes que, no primeiro olhar fazem prevalecer a impressão de que a obra literária de excelência seria aquela que não se restringe no local, a “literatura sem chão” (Mata, 2007, p.

30). Porém, ao se colocar na lateralidade do olhar, há que se ver uma literatura fora do domínio da Europa e de suas ranhuras históricas que marcaram, sob a forma de uma entidade, a produção literária de grande parte do conhecimento dos países do Terceiro Mundo.

Por isso, o estudo de outras literaturas e sua inscrição no campo das literaturas mais consumidas é um manejo relevante para romper com a escrita eurocêntrica da entidade canônica, ou seja, “pode constituir um antídoto à eurocentricidade e à miopia cultural das Humanidades” (Ahmad, 2002, p. 78). Nessa direção, vê-se nos dias atuais, estudos literários tanto dos países do ocidente, quanto dos países periféricos, abarcarem a naturalização da hegemonia europeia ao entenderem que a escrita é lugar de fala e a palavra estrangeira se relacionaria com uma forma de enunciação legítima e exemplar (Mata, 2014, p. 27-42).

Disso emerge um processo lastimável e inevitável, de interiorização da subalternidade por parte destes povos. O que se fazia legítimo pela ação e coerção dos europeus se escancarava por meio da própria face do colonizado.

Com efeito, esse grito de auto submissão é nitidamente o exemplo daquilo que se poderia designar como “imperial eyes” (Mary-Louise Pratt) na história das representações dos objetos literários africanos no Brasil ou em qualquer espaço que reproduza as convenções do Ocidente, ou seja, que funcione como sua réplica ideológica. Isto é, olhar a periferia a partir do centro, e julgá-la, com base em percepções políticas e ideológicas condicionadas pelo imaginário estético-literário e manipuladas pelos meios de comunicação social (Mata, 2014, p. 27-42).

Nesse contexto, quando se propõe o cânone literário como imagem determinante de um determinado paradigma, também pode ser este, um lugar onde se caminha para a desconstrução desse mesmo paradigma, através da descolonização não só da escrita enquanto estética e teórica, como também das subjetividades de quem a escreve.

Para tanto, é necessário que se perceba que a nomeação generalizante é de caráter não exclusivo destas literaturas, e, são sempre vistas pelo olhar do império europeu. Com isso provocam rasgos na individualidade dessas literaturas “como subalternizando-se as relações com as outras literaturas africanas” (Mata, 2014, p. 27-42).

Essas aproximações atravessam as representações identitárias de literaturas advindas de diversos países, bem como o diálogo entre elas, como a literatura moçambicana com a zimbabuiana e a cabo-verdeana; como a literatura do Brasil com a de Portugal por exemplo. E como resposta a tais atravessamentos vale lembrar que, “o que pode ser perigoso é criar identidades-refúgio, identidades que nascem da negação de identidades dos outros” (Couto, 2005, p. 89).

Para percorrer as outras literaturas, em especial a moçambicana, enquanto labor literário de busca da diversidade é relevante compreendê-la como parte do campo histórico que nasce da relação do leitor e o social, em direção ao qual se remete a literatura deste estudo. Por este motivo Martine Burgos, escritora que se dedicou ao âmbito da sociologia e análise crítica, diz da importância de “um trabalho de contextualização reforçada que imponha a análise de textos inscritos numa história, uma cultura outra, reenviando aos meandros políticos, ideológicos” (Burgos, 1995, p. 173).

Esta estratégia literária construída de acordo com uma correlação intercultural que busca estudar as individualidades estéticas e subjetividades dos povos de cada cultura através da escrita de obras que representam o real enquanto individual, social e político, permite que se ouçam as vozes que ecoam dos espaços sociais e signos linguísticos em comum, para enfim, fazer do sujeito que lê, um sujeito inscrito na própria realidade do texto, e não fora dela.

É preciso não esquecer que a construção da identidade, mesmo a literária, é o resultado da dialética da tensão entre o mesmo e o outro. Eis porque cada vez mais a literatura comparada se apresenta como o estudo mais adequado para responder às solicitações da ideologia multicultural, que muito tem a ver com a estética do diverso (Mata, 2014, p.27-42).

É por meio do campo do diverso enquanto verdades discursivas outras, e não da representação, que a obra *Cadernos de Memórias Coloniais* é escrito por uma escritora endereçada a ir mais além do cânone, rumo à contextualização de vozes-outras, numa história arranhada por escoriações coloniais, mas que, reinscreve a literatura sob um campo ideológico que transita pelos tempos coloniais à ascensão do pós-colonial da nação e também, convoca ao lugar de transitoriedade da literatura, dentro e fora de Moçambique.

Nesse processo, a obra apresenta a narradora, que, objeto de nosso estudo, faz ressoar em sua escrita, um olhar não tão inocente, mas não menos lúcido, percebido em seu espaço de significações narradas.

Quem, numa manhã qualquer, olhou sem filtro, sem defesa ou ataque, os olhos dos negros, enquanto furavam as paredes cruas dos prédios dos brancos, não esquece esse silêncio, esse frio fervente de ódio e miséria suja, dependência e submissão, sobrevivência e conspiração. Não havia olhos inocentes (Figueiredo, 2018, p. 46).

A narradora vai se constituir como caligrafia de um corpo feminino se opondo à ordem de escrita colonial e política portuguesa, dando voz a milhares que sofreram das mazelas raciais em Moçambique nos tempos do colonialismo. Isso pode ser visto, inicialmente já na escolha de nomear um caderno de memórias como escrita,

e, ao negar fazer referência ao nome romance. É uma memória que se constrói após a colonização, mas que, faz essa mulher branca e africana ocupar um lugar de fala e escrita por meio dos traumas deixados nela.

A personagem narradora re-trata suas vivências a partir de um antepassado silenciado pelo regime colonial e concomitantemente pela figura de seu pai. Dá voz a milhares que sofreram das mazelas raciais, quando “[...] eram da minha terra, mas que não podiam ser como eu. Eram pretos. Era esse o crime” (Figueiredo, 2018, p. 76). Desse modo, sua narrativa cria voz que faz romper com o silenciamento patriarcal que também a dominava e a fazia calar-se.

A criação dessa voz não se dá sem seus efeitos, visto que, vai incidir não só nas experiências da narradora, já mulher, relembando sua história na África, como em sua relação com o pai em tempos infantes.

Ao mirar nas marcas deixadas pelas caligrafias de um corpo que escreve sem cessar, a narrativa acerta no des-velar das memórias de uma narradora ainda menina, permeada por dois corpos, o corpo da narradora e o corpo do pai, sendo este pai um representante do percurso colonial português e, ao mesmo tempo, uma figura significativa nas memórias, afetos e marcas edipianas deixadas na narradora.

Caderno de Memórias Coloniais, de Isabela Figueiredo foi publicado inicialmente em 2009, sendo revisitado em sua última edição no ano de 2018. Sendo assim, a obra propõe a cada um que embarca na trajetória narrada, transitar na história do colonialismo português na África, em Moçambique, no período final colonial, através da voz ironicamente ardil da que nos narra e do seu olhar marcado por uma sensibilidade ao coletivo.

A narradora mergulha em posições ambivalentes como nos retrata José Gil em breve prefácio à obra:

[...] herdou logo uma série de cisões particulares: a do amor e do medo do pai, a do apelo da sensualidade do corpo e a sua representação pela educação a que se devia submeter etc. Daqui nasceu muito cedo a condenação do colonialismo em oposição a uma tendência em o desculpar e o redimir (para poder continuar a amar o pai, profundamente racista (Figueiredo, 2018, p. 22).

O corpo que escreve é de uma filha de colonizador que, mais do que experienciar as relações nefastas entre brancos e negros moçambicanos, denunciaria, anos mais tarde, a perversidade dos tempos coloniais, como um ato contra a integridade dos sujeitos, sendo ato, no sentido freudiano, um lugar onde a pulsão impera e a palavra (representação) falha.

Por assim dizer, a narradora está ciente da impossibilidade de apaziguamento e conforto. O que se constrói desde então é um relato memorialístico que mostra, com

olhos avessamente inocentes, a experiência de exploração e racismo de Portugal sobre a nação africana na década de setenta, e ultrapassando, em muito, essa proposta, por acenar para um acerto de contas com a memória do pai.

À medida que se percorre o próprio processo de escrita, podemos compreender um vínculo ambivalente entre ambos, pai e filha, no misto de sentimentos que vão do amargor à doçura, da admiração ao ódio, do respeito ao desprezo, em um descolamento de significantes- no sentido lacaniano- que possibilita reinterpretar o passado somente a partir da ideia de afeto.

E o que é este afeto, senão a capacidade de afetar e ser afetado pelo corpo do Outro? É isto que marca, que atravessa e se inscreve no corpo da narradora, até então apagado pelo corpo do pai, sempre pronto a gozar. Foi-se silenciado margem adiante, pelas águas que escoavam da voz paterna, pois “o tempo silencioso apenas se abstém de produzir ruído” (Figueiredo, 2018, p. 8).

É neste não ruído que se fundam elementos importantes, que, para a psicanálise, em correlação com a literatura, trata-se do Édipo, desde os escritos técnicos de Sigmund Freud aos tempos do Édipo e a inscrição da função paterna, em Jacques Lacan (Lacan, 1986). Como se vê, a menina vivenciou o campo de suas próprias fixações edípicas, sem abrir mão desse pai. Gozava desse lugar colada no corpo paterno. Isso lhe era suficiente, branco para sua alma e apaziguador para seu gozo. Porém, o que ser para além desse pai? Não se lhe era possível. Era um dizer edípico intenso e denso que a submetia (sub-inscrita) à voz e à verdade do pai, e isto pode ser visto no início das lembranças da narradora no texto literário.

Sendo assim, fazia operar a marca da lei, sendo bordeada pela inscrição da função paterna em seu próprio gozo:

[...] pois quando somos novos, acreditamos nesse amor ou nesse ódio porque aquele é o rosto de quem amamos. É o amor e o nosso exemplo. A ele estamos expostos. Não há mais ninguém, estamos entregues às mãos dos que nos criaram e dizem sermos seus. E somos. Mas custa ser de alguém a quem se deve uma fidelidade sem limites, mas não absolvemos na nossa consciência (Figueiredo, 2018, p. 144).

Nesse sentido, o gozar desse imperativo edípico rompe-se, no decorrer da narrativa, a partir da própria relação com o pai, vendo o amor ser revertido em injúria, a contemplação ser revertida em contestação, diante do corpo de um pai que escreve de vermelho sua perversidade racista e de uma filha que se inscreve no tecido textual, de cores negras, sua perplexidade íntegra.

Do nascer da mulher ao nascer da letra: Contribuições psicanalíticas

Com o passar do tempo há uma nova posição subjetiva da narradora, que escreve para fazer existir um corpo, ao discorrer sobre “[...] quem é que não foi deixando os seus múltiplos corações algures? Eu há muitos anos que o substituí pela aorta” (Figueiredo, 2018, p. 33). Por se valer dessa retificação que marca sua subjetividade, a narradora há que inventar um corpo que é, antes de tudo, marcado por história e luta, solidão e desejo. Assim em uma das epígrafes por ela escolhida, a primeira é de Paul Auster, do livro *Inventar a Solidão*, e diz:

De cada vez que abria uma gaveta o espreitava para dentro de um armário, sentia-me como um intruso, um ladrão devassando os locais secretos da mente de um homem. A todo momento esperava que meu pai entrasse, parasse incrédulo a olhar para mim e me perguntasse que raio é que eu pensava que estava a fazer. Não me parecia justo que ele não pudesse protestar. Eu não tinha o direito de invadir a sua privacidade (Figueiredo, 2018, p. 29).

Este fragmento anuncia um movimento importante que se dá entre o abrir e o fechar gavetas: aí há um intruso, um ladrão que devassa lugares secretos (inconsciente), e este intruso, o corpo, é pensado, em termos lacanianos como uma casa imaginária que faz habitar um sujeito (Lacan, 1998a, p. 96-103). Nos tempos infantis, em *Cadernos de Memórias Coloniais*, revisitados pelas memórias afetivas da narradora já adulta, o que havia era uma casa imaginária habitada pelo gozo do pai, pelos seus ditames como homem e como colonizador.

Ela vivia “à espera que o pai entrasse” (Figueiredo, 2018 p. 29), não podia se descolar dos meandros edipianos que condecoravam amor e ódio nesta relação. O que para a menina branca o que se escutava era “desinteressadamente, o barulho desequilibrado das vozes, e as emoções que continham. Ouvia de longe. Não ouvia. Só o meu pai me interessava” (Figueiredo, 2018, p. 94).

Se por um lado não ouvia barulhos para além da narrativa racista e violenta advinda da fala do pai, por outro lado, existia o corpo da narradora, que ia ganhando forma e texto, uma caligrafia se inscreve, um corpo ressurgente marcado pelo campo das pulsões e desilusões moçambicanas. Nesse campo, habita uma menina (já mulher) cheia de gozo e, sobretudo desejo, sendo este a mola propulsora do seu movimento de escrita, uma escrita de desejo, ou seja, que comporta uma falta, uma hiância de sentido na história de Moçambique, bem como a hiância do próprio sentido que completaria seu dizer, curioso dizer, que mais provoca reverberações do que produz respostas. Dizer que se transforma em função de escrita.

Da mesma forma, quando voltamos à memória do pai, como caligrafada na narrativa, seja ela boa ou ruim, podemos nomeá-la como sendo também uma memória do corpo, de sua docilidade, de sua maciez, de seu cheiro, das belas pernas, de como ele “protegia-a com os braços, e aos genitais, se bem que os últimos não me causassem interesse. Quando se deitava de lado, se vestia calções largos e curtos, era possível vislumbrar nesses lugares certas sobras medonhas” (Figueiredo, 2018, p. 162).

Anos mais tarde, a narradora, caminhando pelos restos de gozos que sobraram da relação com o pai e da experiência de exploração racial em Moçambique, rumará ao saber-fazer uso do impossível de nomear vivido para tentar dá sombra ao fantasma do pai, agora não mais como estatuto da lei “desse poder absoluto do meu pai” (Figueiredo, 2018, p. 68), mas como alguém que, pela cadeia significativa, também cifra gozo. Isso que pode ser cifrado, só se dá pela via da linguagem, escoamento de ser e de escrita que marca, pela travessia de obra e vida, a ex-sistência da narradora, pois algo insiste e existe para dar voz a um corpo de escrita.

Assim, podemos ver esse encontro com a linguagem a partir do corte, na letra e no corpo escritural da narradora que, por conseguinte alcança a divisão e separação entre o gozo e as vias de escrita passíveis de significação, e, mais, desse modo avança, “[...] esse milagre de ler, essa magia tão rápida no meu cérebro, como se alguém movesse uma varinha à distância ou soletrasse palavras misteriosas, desenfeitiçaram-me” (Figueiredo, 2018, p. 83).

No decorrer da trama, a cada início de significação produzida pela narradora, desde suas experiências vividas na colonização em Maputo, Moçambique, até suas experiências em Lisboa, quando retorna sozinha para morar com sua avó, ela deixa, enquanto sujeito, um traço de escrita, mas também, tanto quanto o que esse traço não alcança, ou seja, “foi quando, comecei a tornar-me a pior inimiga do meu pai. A inimiga lá dentro, calada. Que vê e escuta sem ter pedido autorização, porque está incluída, porque faz parte” (Figueiredo, 2018, p. 84).

É em decorrência disto que, então, reduzido o gozo, sua parte viva continua pulsante e o trajeto de sua satisfação se altera. Algo desse indizível, desse algo intocável ganha uma alteração real, “o meu pai não me arrancou ao que eu era nem ao que pensava; o meu pai não foi capaz de formar o meu pensamento. O meu pai não me dobrou. Escapei-lhe” (Figueiredo, 2018, p. 145).

É nesse instante que, na letra, a narradora mata o pai, para ser o corpo da letra. “[...] nesse momento da partida, vou e venho entre o futuro, que desconheço, e o corpo do meu pai essa partida é um rasgamento. Um parto” (Figueiredo, 2018, p. 179). Ela escreve para tentar dar conta do real, este em que Lacan dimensiona como sendo a parte do nosso psiquismo que está fora de sentido, mas que pode ser apreendido, mesmo sendo através do equívoco, do engano (Lacan, 1998b, p. 238-324).

É por meio dessa memória de caráter fragmentado, e uma história cheia de fraturas, que o nascer da letra se inscreve na narradora, “amei o corpo de carne repetida do meu pai, que confundo com o da terra. Abraço o meu corpo quando não a encontro, nem a ele nela. Eu e este livro estamos cheios de corpo e terra” (Figueiredo, 2018, p. 179). Aqui, há o corpo do pai já morto e o corpo da terra, que vive, que é letra. Isso faz ressoar numa associação com o termo latino original *Litura* (em latim: risco, alteração, mancha e terra). E dessa mancha “[...] não havia forma de poupar o meu corpo às manchas da terra, contudo estava proibida de me manchar dela. Não havia forma de me liberarem dessa necessidade de me manter imaculadamente branca” (Figueiredo, 2018, p. 125).

Ao tratar da escrita da narradora ou daquilo que dela se pode escrever, podemos ver o conceito de letra forjado por Lacan. Ela está entre real e simbólico e pode dar suporte ao que, da intangibilidade do gozo, pode ganhar traçado, litoral. Ela, a letra, vivifica o gozo na escrita. Lacan traz no capítulo “*A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*” o que “designamos por letra esse suporte material que o discurso concreto toma emprestado da linguagem” (Lacan, 1998a, p. 496).

Podemos dizer que, aqui nasce a escritura (escrita psíquica) da narradora para além do cânone. Um registro da linguagem, uma letra que não se lê, que faz atrelá-la ao nível do gozo. Desse modo, diante do gozo, do que não está na linguagem, seguimos adiante, como leitores, os rastros da repetição: “o meu pai”, “o meu pai”, “o meu pai”; buscando uma pista que possibilite abrir novos caminhos.

A partir da função da escrita, debruça-se a sombra do que não se lê, e se abre ao gozo como uma extração da letra, “precisava de uma identidade. De uma *gramática*. Melhor, de poder mostrá-las sem medo. Sou isto, pronto, sou isto, assim, agora, olhem, arranjem-se. Não sabia dizê-lo; tão só senti-lo” (Figueiredo, 2018, p. 125).

A mulher-menina que narra em cadernos sua história faz rasuras nos desenhos da caligrafia paterna para contornar riscos e rabiscos nas caligrafias de seu próprio corpo. A narradora nos leva a um ponto de interrupção na leitura do texto com a passagem à uma escrita peculiar que tangencia o simbólico e o real: o corpo da letra. E sua escrita nada mais implica que a cifração. Nessa lida, leitura e escrita são marcadas pelas vias submersas de um texto sendo elas, as vias do próprio inconsciente, esse corpo de linguagem que faz abrigar e cifrar um sujeito (Lacan, 1998c, p. 496-533).

Assim, a narradora contorna a possibilidade de uma leitura nas entrelinhas das letras, sendo que, se algo está escrito poderá, talvez, ser lido em um processo de escrita. O corpo da letra é caligrafia dessa marca enigmática, e fez com que o sujeito-narradora, pudesse fazer um novo uso dela (marca), rearticulando seu campo de gozo (*savoir-y-faire*). Ao tentar escrever o que não se escreve, a escrita possível é aquela feita de restos, produzida nos avessos da significação.

Em *Cadernos de Memórias Coloniais*, a mensagem ao qual ela, a mulher que escreve produz é tomada pelo avesso da verdade até então contada pela história e, para tanto, ela porta algo da verdade reinterada, visto que, “o recado de que era portadora já me tinha sido repetido inúmeras vezes. Vais contar lá o que nos fizeram. A verdade. Vais dizer” (Figueiredo, 2018, p. 111). Porém, havia algo impossível de ser dito por meio da verdade do branco, e às avessas surge a verdade da narradora, que trai a memória do pai em defesa de uma verdade-outra, a sua e a dos negros em Moçambique, e, sobretudo, ela, já mulher nos diz: “nunca entreguei a mensagem de que fui portadora” (Figueiredo, 2018, p. 132).

É através da narrativa organizada, pluridiscursiva e também enigmática da narradora que sua caligrafia nasce, para ir mais além do que um acerto de contas com a imagem do pai e do passado colonial moçambicano, para então dá contornos à materialidade do corpo morto, como ponto de partida e de chegada, como escreve: “O que dele restou encontra-se arrumado numa gaveta do cemitério do Feijó. Quanto ao resto que lhe pertencia, não consegui arrumá-lo em lugar algum. Não cabia” (Figueiredo, 2018, p. 163).

O corpo, como expressão material do sujeito, ao decompor-se na gaveta do cemitério abre espaço para uma escrita problematizadora, tecitura da letra que aparece como efeito de ficcionalização, como contornos de experiências que trazem à tona, as caligrafias de um corpo colonial e a permanência de seus traumas. Sendo que, para poder dizer do amor que recaiu como resto, nesse corpo, é imprescindível desenhar os seus equívocos, as suas falhas, o real do corpo que inscreve, refazendo, em um acerto de contas, um acervo de contos, que não garante, mas evoca a possibilidade de seguir adiante.

Referências

AHMAD, Aijaz. **Linhagens do presente**. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARISTÓTELES. Tradução. *In*: ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução, Prefácio, Introdução, Comentários e Apêndices de Eudoro de Sousa. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986. p. 103-148.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Tradução Mario Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988. Parte IV, p. 145-171.

BURGOS, Martine. La sociologie de la lecture: médiation, contextualisation et modes de lecture. *In*: VECK, Bernard; VERRIER, Jean (org.). **La littérature des autres: place des littératures étrangères dans l'enseignement des littératures nationales**. Paris: Institut National de Recherche Pédagogique, 1995. p. 172-177.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria:** literatura e senso comum. Tradução Cleonice Paes Mourão e Consuelo Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. cap. III, p. 97-138.

COUTO, Mia. **Pensatempos:** textos de opinião. Maputo: Editorial Ndjira, 2005.

FIGUEIREDO, Isabela. **Caderno de Memórias Coloniais.** São Paulo: Todavia, 2018.

FIGUEIREDO, Isabela. Isto é a sério: uma conversa com Isabela Figueiredo. Entrevista cedida à editora **Angelus Novus**, Coimbra, 3 dez. 2009. Disponível em: <https://angnovus.wordpress.com/2009/12/03/%C2%ABisto-e-a-serio%C2%BB-uma-conversa-com-isabela-figueiredo-i>. Acesso em: 26 jun. 2023.

ISER, Wolfgang. **O ato da leitura:** uma teoria do efeito estético. Tradução Johannes Kretschmer. São Paulo: Editora 34, 1996. 1 v.

LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. *In:* LACAN, Jacques. **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a. p. 496-533.

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. *In:* LACAN, Jacques. **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b. p. 238-324.

LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do eu. *In:* LACAN, Jacques. **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998c. p. 90-103.

LACAN, Jacques. **O Seminário Livro 1:** os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LOPES, José de Souza Miguel. **Literatura moçambicana em língua portuguesa:** na praia do oriente a areia naufraga do ocidente. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 269-285, jan./jun. 1998.

MATA, Inocência. **A literatura africana e a crítica pós-colonial:** reconversões. Luanda: Nzila, 2007.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêntricas. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 27-42, jan./abr. 2014.

PAULINO, Graça; WALTY, Ivete. Leitura literária: enunciação e encenação: Ensaio sobre leitura. *In:* MARI, Hugo; WALTY, Ivete; VERSIANI, Zélia (org.). **Ensaio sobre leitura.** Belo Horizonte: Editora da PUC Minas, 2005. v. 1, p. 138-154.

POLAR, Antônio Cornejo. **O condor coa:** literatura e cultura na América Latina. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

Shayara Lorena Arantes Oliveira. Psicóloga, psicanalista. Mestre em Literaturas de Língua Portuguesa pela Puc Minas. Pesquisadora e doutoranda pela Puc Minas com o eixo temático em Literaturas de Língua Portuguesa na linha de pesquisa Percursos da literatura: histórias, críticas, teorias. Especialista em psicologia clínica e saúde mental. Graduada em psicologia pela Puc Minas. Autora da dissertação “E tem espessura de letra: variações sobre a pulsão à escrita em Na casa de julho e agosto e o processo de cura pela escrita”. Experiência em pesquisa e aprofundamento da teoria e prática lacaniana pela Escola Brasileira de Psicanálise e no laboratório de teorias psicanalíticas pela UFMG. Atualmente trabalha na pesquisa e interseção entre a literatura e a psicanálise, atuando principalmente nos seguintes temas: escrita, poesia, feminino, psicanálise, criação literária e Maria Gabriela Llansol.



Revista Mulemba
e-ISSN: 2176-381X
v. 15, n. 28, p. 116-129, 2023
DOI: 10.35520/mulemba.2023.v15n28a57448

Artigos Livres

Literatura-mundo: modos de olhar, modos de saber

World-literature: ways of looking, ways of knowing

Literatura-mundo: formas de mirar, formas de conocer

Rafael Sarto Muller 

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil
E-mail: rafaelmuller776@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo aprofundar o debate sobre questões epistemológicas centrais em torno da categoria literatura-mundo, em especial: o que é, para que serve e como se aplica. Metodologicamente, valemo-nos da poética de Virgílio de Lemos e das reflexões já iniciadas por Inocência Mata e outras autoras sobre o conceito. A literatura-mundo trata-se de um modo de circulação e leitura descentrada de textos, incorporando-se a cada sistema todos os textos que circulam fora do seu sistema de origem, quebrando com as amarras do dualismo nacional/estrangeiro, universal (cânone)/marginal. Serve, portanto, ao progresso dos estudos literários enquanto categoria analítica crítica, questionando relações hegemônicas e pós-coloniais no campo da cultura e, notadamente, da literatura. Por fim, o pluralismo epistemológico é apontado como norte, ao que Mata aposta na imputação de tradições literárias pensadas como improváveis como ponto de partida da análise.

Palavras-chave

literatura-mundo, Virgílio de Lemos, cânone, decolonialismo, epistemologia.

Editoras-chefe

Carmen Lucia Tindó Secco
Vanessa Ribeiro Teixeira

Editores convidados

Andrea Cristina Muraro
Gabriel Chagas
Luciana Brandão Leal
Marlon Augusto Barbosa

Autor correspondente

Rafael Sarto Muller
rafaelmuller776@gmail.com

Recebido: 15/03/2023

Aceito: 16/07/2023

Como citar:

MULLER, Rafael Sarto.
Literatura-mundo: modos de olhar, modos de saber.
Revista Mulemba, v. 15,
n. 28, p. 116-129, 2023. doi:
<https://doi.org/10.35520/mulemba.2023.v15n28a57448>

Abstract

The present work aims to deepen the debate on central epistemological questions around the world-literature category, in particular: what it is, what it is for and how it is applied. Methodologically, we use the poetics of Virgílio de Lemos and the reflections already initiated by Inocência Mata and other authors on the concept. World-literature is a mode of decentered circulation of reading of texts, incorporating into each system all texts that circulate outside their original system, breaking with the ties of national/foreign dualism, universal (canon)/marginal. It serves, therefore, the progress of literary studies as a critical analytical category, questioning hegemonic and post-colonial relations in the field of culture and, notably, literature. Finally, epistemological pluralism is pointed out as the north, to which Mata bets on the imputation of literary traditions thought as improbable as the starting point of the analysis.

Keywords

world-literature, Virgílio de Lemos, canon, decolonialism, epistemology.

Resumen

El presente trabajo pretende profundizar el debate sobre cuestiones epistemológicas centrales en torno a la categoría literatura-mundo, en particular: qué es, para qué sirve y cómo se aplica. Metodológicamente, utilizamos la poética de Virgílio de Lemos y las reflexiones ya iniciadas por Inocência Mata y otros autores sobre el concepto. La literatura-mundo es un modo de circulación y lectura descentrada de textos, incorporando a cada sistema todos los textos que circulan fuera de su sistema original, rompiendo con los lazos del dualismo nacional/extranjero, universal (canon)/marginal. Sirve, por tanto, al progreso de los estudios literarios como categoría analítica crítica, cuestionando las relaciones hegemónicas y poscoloniales en el campo de la cultura y, en particular, de la literatura. Finalmente, se señala como norte el pluralismo epistemológico, al que Mata apuesta por la imputación de tradiciones literarias pensadas como improbables como punto de partida del análisis.

Palabras-clave

literatura-mundo, Virgílio de Lemos, canon, decolonialismo, epistemología.

Introdução

Virgílio de Lemos, em *Cantemos com os poetas do Haiti* (1960), coloca-se lado a lado com uma poética vertical e combativa, em seu sentido amplo: dos poetas do Haiti ao estilo adotado por Noémia de Sousa. A opção pelo conectivo “com” não é por acaso.

[...]

Tu, Baby, e os poetas nossos irmãos
Que escrevem cânticos do Haiti,
Sabem da **vida incerta e vazia**
Dos negros das ilhas e **Américas**
Dos que sofrem em **África e Oceania.**
Lembras-te daquele **poema universal**
Que falava de desumanidade?
Dos poemas verticais da **Noémia de Sousa**
Sempre em papel amarelo?

[...]

Cantemos **com** os poetas do Haiti
Uma canção amarga que se não perca
Cantemos **com unísono**, porque lá ou aqui
Os segredos são iguais, fundos de angústia,
E os poemas verticais, também de desespero. (Lemos, 2009, p. 266 *apud* Leal, 2018, p. 18, grifos nossos).

Mais que uma multiplicidade no sentido de “colocar-se em lugares outros” – nos termos de Leal (2018, p. 18) –, Virgílio de Lemos parece desenvolver a ideia de circulação ampliada para outros espaços para encontrar outras vozes: circulação possível de seu texto. É um cântico entoado para todo combatente em qualquer lugar do mundo que se precise valer da união como estratégia de batalha, quando tudo o que resta é “vida incerta e vazia”. Não se coloca apenas a si mesmo em outros lugares, mas permite que o leitor, quer esteja onde esteja, o faça também.

Em última instância, mais do que vertical e combativa, a poesia é descentrada e desierarquizada, um tipo de combate em prol de uma causa bastante mais específica. Uma vez posta em causa a hierarquia e seus problemas, transfere-se para ela o polo inimigo a ser combatida, um paradoxo que amplia horizontes: ora, combater a hierarquia é combater a competitividade que escalona os sujeitos, que os diferencia em amigos e inimigos, de modo que o fim almejado (acabar com esse tipo de diferença hierarquizante) é dissonante do meio (vale-se da diferença para agregar a luta contra esse tipo de diferença).

Parece-nos, portanto, que a poesia de Virgílio de Lemos, juntamente com as proposições teóricas de Inocência Mata e outras autoras, tem rendimento o bastante para guiar-nos na conceituação e aplicação de literatura-mundo.

O conceito

A literatura-mundo trata-se de um modo de circulação e leitura descentrada de textos, incorporando-se a cada sistema todos os textos que circulam fora do seu sistema de origem, quebrando com as amarras do dualismo nacional/estrangeiro, universal (cânone)/marginal (Mata, 2020). Essa concepção

não significa ausência de um filtro hierarquizante, pois o espaço das “literaturas centrais” continua a ditar o ponto de partida da perspectiva – isto é, continua a ser o diálogo com as “grandes figuras”, consideradas “universais”, a iluminar as “figuras menores”, na medida em que continua a ser determinante a prescrição canônica e o “eco” internacional de uma obra ou um autor (Mata, 2020, p. 114-115).

Apesar disso, “permite uma interrogação sobre a hegemonia de determinadas expressões culturais e artísticas” (Mata, 2020, p. 116). Uma vez que coloca em questão a validade de tais conhecimentos (expressões culturais e artísticas), configura-se enquanto uma epistemologia, cujo posicionamento é claro em prol do pluralismo.

Sua origem decorre de uma expansão dos horizontes do campo de análise da Literatura Comparada, estando circunscrita a esta, havendo alguns autores que não teciam diferenciações, inicialmente na sua história, com a ideia de uma Literatura Mundial (Figueiredo, 2013).

Isso deu também um caráter disciplinar à Literatura Mundo, enquanto campo de investigação da Literatura Comparada, tendo sido profícuo o debate enquanto se era ou não uma disciplina autônoma e o que isso implicaria para o seu desenvolvimento. Infante de Câmara (2019) é da opinião de que se trata, necessariamente, de uma disciplina proveniente dos estudos comparatistas, uma vez que o desenvolvimento de uma cosmovisão e metodologias próprias dependerá, intrinsecamente, de um trabalho comparado que permita a perspectivação dos textos analisados. Se a circulação transnacional, a hibridização e atenção aos desafios da pós-colonialidade são elementos fundantes da literatura-mundo, naturalmente há que se falar de mais de uma literatura em diálogo, sugerindo sua vinculação à área da Literatura Comparada (Fonseca, 2013).

Com o cosmopolitismo, a hibridização das formas de produção e a ampliação da liberdade dos escritores, o cenário vai cambiando-se.

O leitor encontra-se no terreno do indecível, há uma hesitação justamente porque os romances não são “realistas” (no sentido dos romances europeus do século XIX). A liberdade destes escritores decorre do fato de eles não terem a pretensão de desvelar “a verdade”; é antes uma maneira de conservar uma liberdade que se abre a todas as liberdades. (Figueiredo, 2013, p. 35).

Nessa linha de liberdade, hibridismo e mestiçagem surge na França um manifesto por uma literatura mundo, cujo conteúdo destaca em especial a necessidade de se superar a condição instrumental que por muitas vezes os estudos literários adotaram (Figueiredo, 2013), circunscrevendo a produção literária africana “a uma dimensão estritamente interna e marcadamente político-ideológica” (Mata, 2013, p. 105).

No caso específico da literatura-mundo em português há particularidades que merecem destaque:

os estudos fundadores de Boaventura de Sousa Santos tiveram o mérito de chamar a atenção para o “carácter intermédio da colonização portuguesa”, resultante do facto de Portugal constituir uma sociedade semiperiférica, tendo esta condição marcado a experiência imperial ao longo de cinco séculos. Assim, defende Sousa Santos, se por um lado Portugal era o centro em relação às suas colónias, por outro lado era a periferia da Europa e das potências coloniais hegemónicas, nomeadamente a Inglaterra (Fonseca, 2013, p. 5).

A literatura-mundo, epistemologia pluralista, não nega a relevância de, a determinado tempo, os estudos literários terem enfocado tais dimensões da literatura africana, uma vez que “a literatura foi uma das formas de expressão que os intelectuais encontraram para enfrentar o poder político em tempo de silenciamento musculado de vozes dissonantes” (Mata, 2013, p.105). Ela busca ultrapassar essa fronteira, encenando novos modos de ler as literaturas das margens como algo mais.

Esse “algo mais” buscado envolve a superação de duas tendências principais: de estudar tais literaturas enquanto produções em língua portuguesa e enquanto literaturas politicamente engajadas e nacionalistas. Centrando-se nos cânones portugueses e adotando-se metodologia comparativista estrita a partir desse centro, essas são as duas possibilidades mais imediatas que se colocam uma vez que configuram os pontos mais imediatos de similitude (a língua portuguesa) e diferença (a partir da dualidade opositiva império-colônia), respectivamente.

Embora tais abordagens «contextuais» não sugerissem a diminuição do valor estético das obras estudadas, elas talvez inibissem tanto a exploração de potencialidades temáticas, discursivas, formais,

quanto o tratamento de motivações experienciais e vivenciais das literaturas (Mata, 2013, p. 105).

Enquanto epistemologia, tal categoria reflete sobre o valor dessas e de outras abordagens: não invalida as primeiras, mas resgata e destaca o valor das alternativas. Uma epistemologia por si só não delimita ou especifica a abordagem, mas estabelece as balizas necessárias para sua credibilidade, em um estudo pormenorizado dos conhecimentos gerados a partir delas. No caso da literatura-mundo, parece haver a instituição de uma

geocrítica do eurocentrismo [que] pressupõe a instituição de um desvio em direção a uma gramática alternativa com categorias e perspectivas que neutralizem – ou, pelo menos, façam desvanecer – o peso das mediações metropolitanas da crítica das produções culturais dos “países periféricos”, de espaços perifêricos, relegados a um lugar subalterno na produção contemporânea de conhecimento (Mata, 2014, p. 32).

É dizer também que tal circulação “não visa à unificação, mas a como uma obra de arte se manifesta diferentemente em uma cultura outra em relação àquela na qual se originou” (Buescu, 2017, p. 90).

A função

A literatura-mundo serve ao progresso dos estudos literários enquanto categoria analítica crítica, questionando relações hegemônicas no campo da cultura e, notadamente, da literatura (Mata, 2020). Isso parece ser natural de sua configuração enquanto epistemologia crítica, pluralista, que, como todas as epistemologias que adotam essa postura radical, acabam por criticar dogmatismos e hierarquias.

Uma das questões que se colocam a partir da perspectiva da literatura-mundo e que modifica as formas de abordagem nos estudos literários é a pergunta: “Ora, por que se exige autenticidade de um escritor africano, asiático ou latino-americano, e não se exige autenticidade de um escritor francês ou inglês?” (Figueiredo, 2013, p.39).

A partir dessa perspectivação, cada escritor conquista o direito de partir de suas próprias afinidades, independentemente das origens nacionais de seus correligionários estéticos. A literatura ganha um aspecto transnacional, eliminando fronteiras nacionalistas, territoriais e/ou linguísticas (Figueiredo, 2013).

Não à toa, Mata (2020) aponta que a literatura-mundo opera uma relativização do conceito de “universal”, desvelando o caráter hegemônico, tradicional e conservador da cultura literária. Nas palavras de Buescu (2017, p. 91), ela “nos faz tentar

ler de outra maneira, e, portanto, inventar modos de abordar e ler textos que tentam responder ao estranhamento, à desfamiliarização, e ao que não pertence à mesma família, só para começar”.

Identificamos, a partir dessa operação de relativização uma relação íntima da literatura-mundo com as epistemologias céticas. O ceticismo surge na antiguidade como uma proposta, antes de tudo, de liberdade: de um lado, da libertação emocional da ansiedade de buscar incessantemente a verdade; de outro, da oposição a teses e posturas filosóficas de outros pensadores dogmáticos e acadêmicos (Zamitiz, 2015).

Dentre as suas correntes, o ceticismo pirrônico, em especial com as contribuições de Sexto Empírico, avançou em demonstrar a relatividade e o indecidível, atributos essenciais ao ceticismo. Com isso, tem-se que: a) toda percepção dos objetos sensíveis e conceitos são dependentes do contexto e do sujeito observador; b) toda teoria é indecidível em si mesma, posto que sua oposta é igualmente válida segundo argumentos contrários, de modo que não há nada externo que designar ao filósofo qual teoria adotar e valorizar enquanto verdadeira e qual menosprezar e desqualificar como falsa (Pereira, 2005).

Esses dois elementos correspondem às facetas positiva e negativa do ceticismo, respectivamente. A faceta negativa compreende-se pelo dogmatismo às avessas postulado: para toda teoria se pode opor argumentativamente o seu contrário, de modo que não existe conhecimento verdadeiro e não existe o Absoluto, sendo incoerente buscar tais entidades metafísicas. A faceta positiva é a atitude filosófica centrada na experiência, de modo que a orientação para a vida comum são as próprias experiências, e não recomendações dogmáticas ditas superiores por alguns filósofos (Pereira, 2005).

Como se depreende, a literatura-mundo é uma categoria epistemológica profundamente cética, uma vez que coloca em questão o dogmatismo da orientação centro-margem das análises literárias tradicionais e orienta-se a partir da vida experiencial, dos sujeitos, da cultura e da sociedade. Sendo as sociedades vastamente plurais, partir-se delas para a construção do conhecimento exige que toda epistemologia cética seja também pluralista.

A partir daquilo que é – uma epistemologia pluralista –, a literatura-mundo incorpora no rol da série mundial e história global das literaturas aquelas “histórias minoritárias”, demarcando a sua importância (Mata, 2013). O todo literário, portanto, deixa de ser compreendido apenas a partir da generalização de um recorte canônico – desprezando-se todas as outras produções. A parte (cânone) deixa de substituir metonimicamente o todo, que passa a ser considerado pelo que é: a soma de todas as partes e de suas relações. O paradigma complexo – cujo expoente é Edgar Morin – é, portanto, um primeiro que pode ser compreendido como contemplado nessa nova mundividência dos estudos literários. É nesses termos que Mata (2020, p. 111) postula que a literatura-mundo

permite considerarem-se outros paradigmas, perspectivas, gostos estéticos e, sobretudo, pontos de observação, para dar conta da diversidade das tradições literárias, sem que uma hierarquização se torne bisettriz dos estudos literários.

Sendo a literatura-mundo uma epistemologia e um modo de circular e ler textos independentemente de seu sistema de origem e, com isso, prestar-se a desvelar as relações hierárquicas existentes entre cânone/centro e literatura das margens, resta saber como usá-la, como aplicá-la metodologicamente.

O método

Inocência Mata (2020) aposta na imputação de tradições literárias pensadas como improváveis como ponto de partida da análise. Um exemplo que nos serve de partida é o comentário que faz sobre a perspectivação:

perspectivar literatura-mundo a partir de Cabo Verde seja olhar não apenas para as literaturas africanas em português ou literaturas em português, mas, inevitavelmente, também, para as literaturas insulares ou literaturas da Macaronésia (Mata, 2020, p. 117).

Isso posto, em linguagem mais positivista, aplicar a literatura-mundo significa identificar variáveis outras que não as tidas a priori como majoritárias para guiar os estudos sobre determinado texto literário. Ora, é a partir da ideia hegemônica de identificação de Cabo Verde enquanto país africano de língua portuguesa que a perspectiva majoritária adotada é a de perspectivá-lo enquanto africano (e, portanto, ex-colônia e vivendo um espaço pós-colonial) e falante de língua portuguesa. Identificar, doravante, Cabo Verde enquanto país insular da Macaronésia permitiria um novo olhar para sua literatura. O mesmo poderia ser feito a partir de uma multiplicidade de outras óticas: país dependente do ingresso de capital estrangeiro para manutenção da sua economia; país de economia majoritariamente pesqueira e turística; país em posicionamento geográfico estratégico para atuação das marinhas em espaço atlântico; etc.

Todas essas perspectivações tensionam a escrita sobre a produção literária de determinado país e, necessariamente comparativistas, tensionam a própria noção de nacionalidade, em uma clara tendência internacionalista. Em comum com a literatura-mundo, a noção de performance na escrita possui o tensionamento das fronteiras da produção escrita como eixo central.

Ela encontra sua expressão máxima na experimentação, que lhe atribui a característica de “arte de fronteira”, que “rompe convenções,

formas e estéticas, num movimento que é ao mesmo tempo de quebra e de aglutinação” (Silva; Moreira, 2019, p. 7).

Pensar a literatura-mundo como uma epistemologia delineadora de novos enfoques de pesquisa literária, nesses termos, impõe também pensar quem é o sujeito performático que faz tais delineamentos. Esse sujeito é aquele da experimentação, que promove deslocamentos no processo de escrita e de leitura (Silva; Moreira, 2019).

A noção de performance envolve uma série de comportamentos desses sujeitos performáticos: atuação, interpretação, representação, apresentação, improvisação, composição, produção e mediação. Tal noção acaba por impor pensar a escrita como “ato enunciativo, simultaneamente social e subjetivo, nos termos de Mikhail Bakhtin (1981) e Émile Benveniste (1995)” (Silva; Moreira, 2019, p. 7).

Esse sujeito da escrita performática, capaz da aplicação inovadora das perspectivas de literatura-mundo, está amalgamado a seu ambiente de modo inerente, fazendo com que a separação entre ele e ambiente seja meramente uma arbitrariedade didática. É o sujeito Skinneriano:

não é algo que existe por si mesmo. Sujeito ‘deve ser visto como interação’. Na relação entre homem e mundo, há uma transformação recíproca, onde não existe autonomia nem de um nem de outro. Nesta relação de troca contínua acontece o comportamento, que produz conseqüências sobre o ambiente as quais modificam o comportamento. Assim, o homem e o seu ambiente são intrinsecamente entrelaçados. É através dessa reciprocidade que cada pessoa, ao agir, desenvolve uma maneira de ser que lhe é única.

[...]

Se comportamento é uma relação interdependente num campo multifuncional (Kantor, 1958), a distinção entre a pessoa e seu ambiente é arbitrária, já que o que acontece fora e dentro do organismo é sempre interligado por uma rede densa de relações funcionais. Os eventos encobertos (Skinner, 1942) também chamados de comportamentos sutis (Kantor, 1956) são igualmente inseridos num tecido de contingências. São eventos que participam - com os mesmos direitos quanto estímulos e respostas públicas - nesta rede de relações que permeia e conecta. Numa tal complexidade de interações surge a imagem do ser humano inteiro, floração de interações contínuas dentro de uma multiplicidade de contextos (Kantor, 1956; Staats, 1995; Hayes, Strosahl and Wilson, 1999) (Vieira; Vandenberghe, 2001).

Posto nesses termos – da inexistência do sujeito por si mesmo, mas exclusivamente em interação –, também é sujeito performático o sujeito-leitor, a partir das leituras que faz do texto escrito. Isso porque o texto, no ambiente de interação autor-obra-leitor, serve de ambiente modificador do comportamento do leitor, que precisa performar a escritura de sua leitura (ler é, ao mesmo tempo, um ato de escrita de um discurso sobre o objeto lido).

Isso faz com que recaia sobre o leitor, também, a responsabilidade pela qual clama a literatura-mundo. Tal conclusão seria óbvia: ora, uma vez que uma leitura é determinada, antes, pela perspectivação dada pelo leitor e a opção arbitrária por determinada epistemologia de leitura, a escolha deliberada pela literatura-mundo como epistemologia fornece o tensionamento necessário para configurar tal leitor como performático.

O exercício leitor de uma literatura enquanto literatura-mundo traduz-se em um exercício de perspectivação e, em última instância, performático, de tensionamento das perspectivas até então adotadas.

Virgílio de Lemos: um exercício

Como exercício de perspectivação, olhemos para a poética de Virgílio de Lemos. Moçambicano, não usaremos o recorte político-geográfico para perspectivar sua produção. Como proposta de literatura-mundo, optamos por partir da perspectiva discursiva do próprio autor, a partir da proposta de nova estética literária empreendida por ele. Em seus dizeres, o autor afirma guiar-se “pelo forte desejo de que ‘possa vir a ser de igualdade, fraternidade e liberdade’” (Lemos, 2009, p. 606 *apud* Leal, 2018, p. 9).

O aprofundamento das noções de igualdade, fraternidade e liberdade pode ser reconhecida da literatura teórica em autoras como Moraes e Nadal (2017), que identificam que tais ideais foram deturpados pela ascensão da burguesia ao poder. Tais noções são centrais ao lado de outras - autonomia, horizontalidade, antiautoritarismo, antimilitarismo e antifascismo – no ideário anarquista. Em outros contextos, tais lutas se voltam também contra a situação pós-colonial dos povos africanos.

Tais potenciais mobilizadores do anarquismo enquanto movimento são encontrados também em relatos de Virgílio de Lemos a respeito do caráter que gostaria de dar à sua poesia. É como Leal (2018, p. 92) assim o resgata:

a palavra “Arte” vem escrita com letra inicial maiúscula para enfatizar o desejo do poeta com relação a uma literatura autônoma, independente e com maior potência mobilizadora. Esses anseios se estendiam à sua criação literária; uma tentativa de “abrir a poesia à criatividade, às vivências do outro, dos outros, mundialmente”

(LEMOS, 1999, p. 149). Com esse movimento de incorporação do outro, a poesia se libertaria dos nacionalismos e regionalismos estreitos, além de figurar como estratégia de resistência ao fascismo e a outras formas de autoritarismo. Estas palavras confirmam quais foram as suas principais motivações: “Eu sonhava ir mais longe com a poesia. Pretendia buscar experimentalismos poéticos, em suma, uma outra linguagem que fizesse a poesia imergir no fundo de si mesma, para daí sair renovada” (LEMOS, 1999, p. 149).

“Como se vê, o autor se destaca na luta pela criação da poesia moçambicana, libertando-a dos parâmetros literários coloniais europeus” (Leal, 2018, p. 92). É o que se observa em *Uma temática negra*, longo poema em que Virgílio de Lemos destaca as vivências dos outros – historiadores, artistas e poetas – que contaram a história moçambicana, em especial no que tange à luta contra o fascismo, materializado na censura e nos bloqueios que sofrera tal região.

IV
[...]
Poemas de **Noémia** e do **Zé**
contos do **Honwana** e da **Ceita**
Eugénios e **Polanahs**
música do **Xafurdino** e **Daíco**
ricardos, ruis e **fonsecas**
o ciclo da cólera
contra o assimilado
contra a corrida
pra **acumulação**
a **transferência do lucro**
a delapidação d’almas
e da estética
porque a ética não existia
na **exploração**
(1945 / 1960)
tínhamos “notícias do **bloqueio**”
e **bloqueio** de notícias
censura de brandos e msahos
aqui
e lá antologias
e **Margaridos** da Casa
do Império
(1960 / ?)
puta que pariu

a guerra
e o que é teu
sem ser meu
sendo raiva. (Lemos, 2009, p. 403-406 *apud* Leal, 2018, p. 38-39,
grifos nossos).

Não existe, na (re-)escritura de história, contada a partir dos povos oprimidos, uma hierarquia estabelecida entre historiadores, contistas, poetas, músicos, etc. Do ponto de vista estético, elementos numéricos invadem a poesia, trazendo consigo também a temática do lucro e da acumulação, além da apropriação de riquezas.

A perspectivação econômica dos textos literários parece corroborar também para a investida da filosofia político-econômica do antiautoritarismo que, indo contra toda forma de opressão e exploração, volta-se com frequência às questões econômicas e apropriação de lucros e mais-valia.

Conclusão

Perspectivação e performance são duas categorias profícuas para se pensar a aplicação da literatura-mundo enquanto epistemologia, modo de circulação e crítica pós-colonial aos estudos em literatura comparada. Isso posto, consideramos atingido o objetivo traduzido no título desse artigo: “Literatura-mundo: modos de olhar, modos de saber”.

Como observado, entretanto, não se trata de um exercício manualesco estrito, uma vez que as próprias noções de perspectivação e performance pressupõem a superação de barreiras tais em prol de uma nova ecologia de tradições e mundividências do fazer literário.

Boaventura Sousa Santos quando propõe a necessidade de se convocarem “epistemologias do Sul” (normalmente marginalizadas na produção científica), para dar conta da “diversidade epistemológica do mundo” (SANTOS, 2006, p. 16): podemos entender essa ecologia como sendo de diferentes tradições, visões e corpora literários – para a qual é necessário considerarem-se outras racionalidades alternativas a partir de experiências sociais, políticas e culturais e, também, estéticas, de sistemas e tradições marginalizados pela ideologia do “cânone literário” (Mata, 2020, p. 118).

É preciso, portanto, para que essas novas experiências sociais, políticas e culturais ganhem espaço, invocar o sujeito da escrita performática a colocar-se, a produzir(-se), uma vez que este é o sujeito responsável pelo tensionamento das relações de poder.

Remetendo aos dizeres de Figueiredo (2013, p.45):

A clausura do/no nacional tem impedido a compreensão de que movimentos e tendências surgidos em um país ou área linguística têm correlação com outros muito mais amplos que atingem outras regiões, constituindo-se em macro-regiões. [...] A internacionalização do regional se dá porque novas redes transnacionais se formam permitindo a circulação de ideias e a criação de novos padrões de comportamento, novos gostos, muitos deles bastante hibridizados.

Essa hibridização, flagrante na literatura-mundo e no mundo contemporâneo, enseja um exercício experimental de produção e análise literárias, corresponsabilizando autores e leitores e ampliando o número de vozes participantes do fazer literário coletivo.

Referências

BUESCU, Helena. Literatura-mundo comparada e os mundos em português. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, v. 19, n. 32, p. 89-92, 22 dez. 2017. Disponível em: <https://revista.abralic.org.br/index.php/revista/article/view/441>. Acesso em: 22 jun. 2021.

FIGUEIREDO, Euridice. Literatura comparada: o regional, o nacional e o transnacional. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, v. 15, n. 23, p. 31-48, 4 fev. 2013. Disponível em: <https://revista.abralic.org.br/index.php/revista/article/view/311>. Acesso em: 18 maio 2021.

FONSECA, Ana Margarida. Em português nos entendemos? Lusofonia, literatura-mundo e as derivas da escrita. Configurações. **Revista Ciências Sociais**, n. 12, p. 105-116, 1 dez. 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/configuracoes/2041>. Acesso em: 22 jun. 2021.

INFANTE DA CÂMARA, Patrícia. Literatura comparada e literatura-mundo: enquadramento disciplinar. **1616: Anuario de Literatura Comparada**, v. 9, p. 273-283, 21 dez. 2019. Disponível em: http://revistas.usal.es/index.php/1616_Anuario_Literatura_Comp/article/view/161620199273283. Acesso em: 18 maio 2021.

LEAL, Luciana Brandão. **Virgílio de Lemos: poesia em trânsito**. 2018. 243 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Letras_LealLBr_1.pdf. Acesso em: 8 jun. 2021.

MATA, Inocência. A Mais-Valia epistemológica da categoria Literatura-Mundo comparada nos estudos literários e pós-coloniais. **Estudos de Sociologia**, v. 1, n. 26, p. 111-135, 21 ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/248002>. Acesso em: 8 jun. 2021.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais: Desconstruindo genealogias eurocênicas. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 14, p. 27-42, jan./abr. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/civitas/a/jxc4QhSqpW7xtDBWRPwczkj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2021.

MATA, Inocencia. Literatura-Mundo em Português: Encruzilhadas em África. **1616: Anuario de Literatura Comparada**, v. 3, p. 107-122, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/8950325/Literatura_Mundo_em_Portugu%C3%AAs_Encruzilhadas_em_%C3%81frica. Acesso em: 8 jun. 2021.

MORAES, Luana Aparecida; NADAL, Beatriz Gomes. Educação anarquista: contribuições para a escola e uma educação autêntica. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 17, n. 4, p. 1078-1095, 21 dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8651241>. Acesso em: 20 mar. 2020.

PEREIRA, Oswaldo Porchat. A autocrítica da razão no mundo antigo. In: SILVA FILHO, Waldomiro José da (org.). **O ceticismo e a possibilidade da filosofia**. Ijuí: Unijuí, 2005. p. 9-19.

SILVA, Jane Quintiliano Guimarães; MOREIRA, Terezinha Taborda. Escrita e performance. **Scripta**, v. 23, n. 47, p. 7-10, 24 maio 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/20246>. Acesso em: 8 jun. 2021.

VIEGA, Marla; VANDENBERGHE, Luc. Behaviorismo: reflexões acerca da sua epistemologia. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 3, n. 2, p. 9-18, dez. 2001. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1517-55452001000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 26 abr. 2021.

ZAMITIZ, Héctor. Aspectos histórico-conceptuales del escepticismo: una aproximación al estudio del escepticismo en la política. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, v. 39, n. 157, 24 jun. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/rmcps/article/view/49875>. Acesso em: 2 fev. 2021.

Rafael Sarto Muller. Doutorando em Letras-Literaturas de Língua Portuguesa pela PUC Minas. Graduando em Educação Física. Bacharel em Ciências Econômicas. Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. Licenciado em Letras-Português. Tecnólogo em Análise de Sistemas.



Revista Mulemba
e-ISSN: 2176-381X
v. 15, n. 28, p. 130-134, 2023
DOI: 10.35520/mulemba.2023.v15n28a56686

Resenha

The Africas in the World and the World in the Africas, organizado por Sandra Sousa e Nazir Ahmed Can

The Africas in the World and the World in the Africas, edited by Sandra Sousa and Nazir Ahmed Can

Ana Beatriz Matte Braun 

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Letras, Pato Branco, PR, Brasil

E-mail: anabraun@utfpr.edu.br

Editoras-chefe

Carmen Lucia Tindó Secco
Vanessa Ribeiro Teixeira

Editores convidados

Andrea Cristina Muraro
Gabriel Chagas
Luciana Brandão Leal
Marlon Augusto Barbosa

Autora correspondente

Ana Beatriz Matte Braun
anabraun@utfpr.edu.br

Recebido: 31/01/2023

Aceito: 11/06/2023

Como citar:

BRAUN, Ana Beatriz Matte. The Africas in the World and the World in the Africas, organizado por Sandra Sousa e Nazir Ahmed Can. *Revista Mulemba*, v. 15, n. 28, p. 130-134, 2023. doi: <https://doi.org/10.35520/mulemba.2023.v15n28a56686>

Estar alerta para as dinâmicas coloniais ainda presentes no trabalho de análise literária deve estar sempre em nosso radar, visto que, conforme salienta Said (2011) em *Cultura e imperialismo*, o imperialismo é um empreendimento de caráter contínuo. Sendo o trabalho da crítica literária igualmente forjado dentro de (ou a partir de) formações ideológicas, é preciso que nos atentemos para as lógicas coloniais que ainda prevalecem em nossa prática de análise das literaturas africanas.

The Africas in the World and the World in the Africas, publicado em 2022 pela Editora Quod Manet (EUA) e organizado por Sandra Sousa e Nazir Ahmed Can, é um excelente trabalho de comparativismo literário que deliberadamente se propõe a desobedecer os protocolos de análise de obras e autores(as) que se pautem e restrinjam pelas fronteiras nacionais e/ou por critérios linguísticos. A obra estimula abordagens interafricanas, olhares que cultivem a diversidade linguística e o confronto entre diferentes geografias por meio de leituras que contrastam autores e autoras que não compartilham do mesmo espaço nacional ou da mesma língua. O livro igualmente mostra que a incorporação de uma atitude nômade,

desafiando os protocolos e limites linguísticos (da lusofonia, da francofonia e da anglofonia) que têm pautado as análises comparatistas entre obras e autores em contextos africanos, é capaz de realizar uma necessária oxigenação nos estudos das literaturas relacionadas à África e a contextos africanos diaspóricos.

A coletânea é composta de doze artigos que, apostando na diversificação de leituras sobre “as Áfricas” e orientados pelas possibilidades de análise oferecidas pelo aparato crítico da literatura comparada, discutem, conforme anuncia seu título, as literaturas africanas no mundo ou em relação ao mundo, evidenciando o fato de que muitas obras contemporâneas não se conformam aos limites impostos pelas fronteiras nacionais. Construída em meio à pandemia, conforme informam Sousa e Can (2022) na introdução, a obra reúne textos escritos por acadêmicos e acadêmicas que, falando a partir de diversos lugares do mundo, conferem novos tratamentos para textos canônicos, sugerem a reordenação dos cânones para além de critérios nacionais, elegem novos paradigmas para orientar as análises críticas e promovem aproximações, algumas um tanto inesperadas mas invariavelmente se mostrando muito produtivas.

O desejo de revisar, dissecar e ressignificar leituras e aparato teórico empregados na análise e interpretação dos campos literários africanos é afirmado no texto introdutório, assinado por ambos organizadora e organizador que, já de início, não se furtam em evidenciar, para então discutir, a vinculação entre literatura e política na África desde o século XX. Chamam atenção para a multiplicidade cultural do continente, clamando por uma alternativa aos estudos críticos que se pautam pela unidade nacional ou priorizam analisar autores de um mesmo espectro linguístico. Para que o campo crítico possa avançar, afirmam ser necessário não apenas reconhecer e evidenciar dinâmicas coloniais que ainda persistem no imaginário contemporâneo sobre a África, mas também, e especialmente, renovar o próprio aparato que tem sido empregado pela crítica até hoje. Também postulam a abertura do campo de debates dos estudos literários africanos para que transcenda, ainda que não as descarte de todo, as categorias analíticas pautadas pelo paradigma nacional, para possibilitar a emergência de novas leituras e abordagens. Isso significa, conforme frisam os autores, questionar e remover padrões do passado (colonial) que persistem no presente.

Tal movimento, dizem, significaria a abertura do espaço da crítica para a emergência de abordagens que possam reorganizar a discussão sobre a geografia, as fronteiras e os espaços nacionais, recusando paradigmas herdados da Conferência de Berlim. É amplamente sabido que o estabelecimento e manutenção dos limites territoriais em África tem sido gerador de inúmeras tensões no continente, dificultando a interação entre regiões muitas vezes muito próximas geograficamente, o que impede, por consequência, tanto a aproximação e diálogos entre vizinhos quanto a confecção de quadros mais amplos e integrados nas investigações literárias. Os organizadores

afirmam ainda haver muito por explorar, em termos comparativos, em obras de autores(as) de (e em) espaços geográficos distantes, aparentemente sem ligação, como forma de promover contato entre estéticas divergentes, questionamentos e a desmistificação dos cânones literários nacionais. Nesse sentido, Sousa e Can (2022) pedem a abertura do campo de debates à circulação de ideias em diferentes línguas, materializando-a tanto pela atitude de compilar artigos escritos em inglês e português, como por proporcionar comparações entre literaturas escritas em diferentes registros linguísticos.

A perspectiva ampliada de literatura africana está, desse modo, expressa na concepção e sequenciamento dos artigos, partindo de abordagens pautadas pelo comparativismo dentro do continente e indo à escrita dos afrodescendentes e das escritas diaspóricas, evidenciando uma estrutura de mundo em comum em obras à primeira vista dissemelhantes, saindo da discussão da relação entre história e representação, ou da literatura enquanto tradução de uma suposta essência nacional. O volume é composto por abordagens que se dedicam a analisar obras, autores e campos literários não usualmente comparados, como nos artigos de Fátima Mendonça, comparando o moçambicano Luís Bernardo Honwana com o autor sul africano Alex La Guma, no de Ricardo Luiz Pedrosa Alves, lendo o sul-africano J. M. Coetzee e o moçambicano João Paulo Borges Coelho em relação ao anglo-polonês Joseph Conrad, no de Sheila Khan lendo a ganesa Yaa Gyasi em relação à angolana Djaimilia Pereira e no de Sandra Sousa, lendo Djaimilia Pereira agora em relação à nigeriana Chimamanda Adichie. Há também a discussão sobre formas narrativas e gêneros literários, como no artigo de Juan Miguel Zarandona tratando da autobiografia em contextos africanos, tomando-a como um gênero de caráter memorialístico em combinação com elementos de natureza ficcional. Outros textos, por sua vez, como o de Fernanda Murad Machado, discutem a diáspora africana e a forma como ficcionistas de diferentes nacionalidades percebem os vínculos da África com o resto do mundo, como no caso do moçambicano Mia Couto e do guineano Tierno Monénembo. Há, ainda, textos com abordagens mais panorâmicas, promovendo um mapeamento de obras produzidas em diferentes países/continentes e suas preocupações em comum, como o de Nazir Can traçando um panorama da produção recente da região Índica pela comparação entre a produção literária de Moçambique e Ilhas Maurício. Alguns outros artigos evidenciam, à medida que o distanciamento temporal entre o período colonial e o momento contemporâneo vai se alargando, a necessidade da contínua adaptação e mesmo renovação do aparato teórico empregado para a leitura de textos já canônicos, revisando a literatura produzida ainda no período colonial, considerando novas possibilidades de interação com tais obras e mostrando a relevância de atualizarmos suas leituras. É o caso dos textos de Mayca de Castro, Lisa Nalbone e Iara Cristina Silva Barroca, analisando autores como Bernard Dadié, Daniel Jones

Mathama, Leóncio Evita, Conceição Evaristo e Chimamanda Adichie. Por fim, cite-se o artigo de Daniel F. Silva discutindo capitalismo racial nas obras de Grada Kilomba, Jamaica Kincaid e Conceição Lima, e o artigo de Susana L. M. Antunes analisando memória, língua e oralidade nas obras de Leïla Sebbar e Odete da Costa Semedo.

São, em suma, trabalhos que, buscando romper e superar laços atados pelo colonialismo e que perduram na contemporaneidade, mostram os relevantes resultados que podem ser obtidos quando obras de diferentes tradições linguísticas, muitas vezes marcadas pela dissonância entre produção e recepção, são colocadas em contato. Recorrendo mais uma vez a Said (2011), pensar as diferentes expressões literárias por meio do cruzamento ou sobreposição de experiências e memórias é capaz de produzir sugestões analíticas diversificadas, bem como o entrelaçamento do conhecimento acumulado por diferentes tipos de vivências africanas e diaspóricas. *The Africas in the World and the World in the Africas* é, por isso, um volume muito necessário, na medida em que assume, deliberadamente, a atitude de desmistificar e desobedecer aos protocolos dos campos linguísticos, pela amplificação de ideias que não se restringem ao espectro do nacional, nem incorrem em protocolos neocoloniais de análise. Em paralelo, destaque-se também a ampla variedade de obras, autoras e autores abordados, evidenciando a urgência para discutir a aproximação de obras e conceitos, como, por exemplo, o de escrevivência e o de história única.

Dada a possibilidade de ampliação do projeto, aventada por Sandra Sousa em conversa recente¹, possíveis abordagens para as próximas discussões e incursões críticas poderiam ser a incorporação de mais vozes literárias que falem a partir das Americas, ou as escritas negras da Europa, o aprofundamento das discussões sobre literaturas em trânsito, literaturas africanas no mundo e o mundo nessas realidades nacionais, e as expressões literárias do século XXI, além da construção de um próprio estudo teórico que se proponha a sintetizar as discussões e debates suscitados neste primeiro volume. Uma última possibilidade seria propor abordagens críticas que conciliam a perspectiva histórica com o sincronismo das geografias, esquivando-se do essencialismo de perspectivas históricas que evitam o relacionamento com e dos lugares e de perspectivas culturais ou geográficas igualmente distanciadas dos contextos históricos.

¹ Em conversa recente veiculada no Canal Outro Livro, no Youtube, Sandra Sousa explicou que a ideia inicial era publicar um volume multilíngue.

Referências

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOUSA, Sandra; CAN, Nazir Ahmed. **The Africas in the World and the World in the Africas**: African literatures and Comparativism. Holden, Massachusetts: Quod Manet, 2022.

THE AFRICAS in the World and the World in the Africas, com Sandra Sousa. Publicado por Outro Livro - conversas literárias. [S. l.: s. n.], 19 jan. 2023. 1 vídeo (59 min 1 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WygnodDA9H8&t=2378s>. Acesso em: 30 jan. 2023.

Ana Beatriz Matte Braun. Docente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do campus Pato Branco. Doutora em Letras pela Universidade Federal do Paraná (2016) com pós-doutorado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2023). É autora e coorganizadora do livro *Diálogos com o pensamento social brasileiro* (2020) e do recém-lançado *Molduras: entrevistas sobre literaturas africanas* (2023).

